



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 100 - TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47

Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências,

RETIFICAÇÃO

Na publicação do *Diário do Senado Federal* de 6 de julho de 2005, páginas nºs 22111 e 22112, nas assinaturas apostas à Emenda Constitucional,

Onde se lê:

.....

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Severino Cavalcanti Presidente

Mesa do Senado Federal

Senador Renan Calheiros Presidente

Leia-se:

.....

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Severino Cavalcanti Presidente

Mesa do Senado Federal

Senador Renan Calheiros Presidente

Deputado José Thomaz Nonô
1º Vice-Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Deputado Ciro Nogueira
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Deputado Inocêncio Oliveira
1º Secretário

Senador Paulo Octávio
3º Secretário

Deputado Eduardo Gomes
3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos
4º Secretário

Deputado João Caldas
4º Secretário

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 776, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.781, de 5 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 2005(*)

Suspende a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro de 1989, que alterou a redação do art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, ambas do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro de 1989, que alterou a redação do art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, ambas do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 200.324-7 – Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2005 – Senador **Renan Calheiros** Presidente do Senado Federal.

Republicado por haver saído com incorreções no **DSF** de 29-6-05, pág. 21118

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 108ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE JULHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 762, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando Voto de Congratulações ao povo mineiro, pelo transcurso do centenário do eminente educador Professor Dr. Newton Paiva Ferreira..... 22946

Nº 763, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Aplauso à Seleção Brasileira Masculina de Vôlei, que se tornou pentacampeã da Liga Mundial..... 22947

Nº 764, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando Voto de Aplauso à Seleção Brasileira de Vôlei Masculino, pela conquista do título da Liga Mundial, completando o pentacampeonato para o Brasil. 22947

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2005 (nº 2.681/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM e dá outras providências..... 22947

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2005 (nº 4.659/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, e dá outras providências. **(Tramitação em regime de Urgência, nos termos do art. 64 § 1º, da Constituição Federal)** 22951

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005 (nº 4.300/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e dá outras providências..... 22957

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2005 (nº 3.859/2004, na Casa de origem), de iniciativa do

Presidente da República, que dispõe sobre a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG e dá outras providências..... 22961

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2005 (nº 4.955/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências..... 22966

Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2005 (nº 4.819/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFER-AS-RN e dá outras providências. 22972

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2005, e abertura do prazo único de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 22977

Republicação do texto final do Projeto de Resolução nº 47, de 2005 e da Resolução nº 38, de 2005 e confecção de novos autógrafos, tendo em vista constatação de erro material no texto final do projeto. 22977

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2005 (nº 1.471/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, o projeto vai à promulgação..... 22977

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 61, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera o Regimento Interno do Sena-

do Federal com o objetivo de dar nova disciplina à Hora do Expediente. 22977

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Resolução nº 62, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera o inciso V do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, para limitar o encaminhamento de votação ao autor, relator ou autor de emenda à proposição. 22978

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 256 de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que disciplina o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional. 22978

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta parágrafos ao art. 12 e um artigo 23-A à Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (Lei de Imprensa), para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana. 22979

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Transparência na prestação de contas públicas à sociedade. Defesa da reforma política e da redução de cargos de confiança. 22982

1.2.6 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Wellington Salgado de Oliveira, suplente convocado da representação do Estado de Minas Gerais.

1.2.7 – Comunicação

Do Senador Wellington Salgado de Oliveira, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. 22984

1.2.8 Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA – Pronunciamento de posse em substituição ao Senador Hélio Costa. 22986

SENADOR MARCO MACIEL – Análise das causas que ocasionaram o atentado terrorista em Londres, na semana passada. 22986

SENADOR PAPALÉO PAES – Posicionamento quanto a atual conjuntura política e ao papel desempenhado pelo Poder Legislativo. 22991

SENADOR ALVARO DIAS – Apoio à tese de ampliação dos fatos a serem investigados pela CPI dos Correios. Questionamentos sobre a reforma política. 22991

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Histórico do desenvolvimento socioeconômico da cidade de Boa Vista no transcurso do 115º aniversário de sua fundação. 22993

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Esclarecimentos sobre a origem do dinheiro apreendido pela Polícia Federal no aeroporto de São Paulo em posse de deputado federal. 22995

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações sobre o episódio ocorrido no aeroporto de São Paulo envolvendo deputado federal filiado ao PFL. 22997

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Análise da repercussão na economia brasileira da crise política em virtude das denúncias de corrupção. 23001

SENADOR MAGUITO VILELA – Debate sobre a crise no atendimento dos hospitais públicos. 23003

SENADOR SIBÁ MACHADO – Ponderações sobre o episódio envolvendo apreensão de dinheiro em poder do assessor de deputado estadual filiado ao PT. 23005

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Defesa da continuidade dos trabalhos do Congresso Nacional em julho. Críticas a ingerência do PT no governo. 23007

SENADOR ALBERTO SILVA – Proposta de reconstrução das estradas brasileiras. Benefícios do biodiesel para a economia brasileira. 23009

SENADORA HELOÍSA HELENA – Obstáculos ao acesso dos membros da CPI dos Correios a documentos importantes para a investigação. Questionamentos ao fato de que Fábio Lula da Silva, sem ter capital, seja sócio de uma grande empresa de telefonia. 23011

SENADOR FERNANDO BEZERRA – Apelo para a votação das Leis de Diretrizes Orçamentárias. 23013

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Publicação, no jornal **Folha de São Paulo**, em 9 de junho do corrente, de matéria de autoria do Sr. Eduardo Jorge sobre os motivos de seu desligamento do Partido dos Trabalhadores – PT. 23015

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários à matéria intitulada “O mensalão da perua”, publicada pela revista **Veja**, em 15 de junho do corrente. Registro da matéria intitulada “O PT e o deslumbramento do poder”, publicada no jornal **Estado de S. Paulo** em sua edição de 23 de junho do corrente. 23016

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários a artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 4 de julho do corrente, intitulado “Nota de falecimento”, de autoria do colunista Vinicius Torres Freire. 23019

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários à matéria publicada na revista **Veja**, desta semana, sob o título O Efeito Benéfico da Crise. 23019

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 23021

1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM Sessão ANTERIOR	
Do Senador Alvaro Dias proferido na Sessão do dia 8 de julho de 2005.	23023
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 11-7-2005.	
4 – EMENDAS	
Nºs 1 a 8, apresentadas à Medida Provisória nº 255, de 2005.	23025
5 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
Nº 3.024, de 2005.	23036

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
7 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 108ª Sessão Não Deliberativa, em 11 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes, Valdir Raupp,
Maguito Vilela, Gilberto Mestrinho e Alberto Silva*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, em data oportuna, requerimento de autoria do Senador Hélio Costa que deixou de ser lido na sessão do dia 8 último.

Nesses termos, a Presidência procederá à sua leitura na presente sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 762, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja consignado nos anais do Senado Federal um voto de congratulações ao povo mineiro, pelo transcurso do centenário do eminente educador Professor Dr. Newton Paiva Ferreira.

Justificação

Nascido em 22 de julho de 1905, Newton Paiva Ferreira, educador, advogado, empresário, foi homem de grandes ideais e teve sua vida marcada pela ousadia das realizações. De origem humilde, começou a empreender ainda muito jovem em sua cidade natal, Varginha. Aos 16 anos mudou-se para Belo Horizonte com o objetivo de encontrar na cidade grande as condições para dar continuidade à sua formação educacional.

Já na Capital mineira, para se formar em Direito, precisou complementar sua renda como professor particular de várias matérias.

Mais tarde, como advogado, trabalhou no Estado, ocupando a chefia de gabinete do Chefe da Polícia do Estado, foi Diretor da Associação Comercial de Minas e Diretor dos **Diários Associados** construindo assim, uma grande rede de relacionamentos. Mais tarde, a convite do presidente Juscelino Kubitschek, Newton Paiva Ferreira foi para o Rio de Janeiro para atuar como alto executivo na reformulação da Rede Ferroviária Federal – prioridade do governo de Juscelino.

Mas, foi na educação, que ele mais se realizou vocacionalmente. Gostava do ambiente escolar, da dedicação aos alunos, de conversar com os jovens, de orientá-los e ajudá-los. Aos 30 anos Newton Paiva Ferreira, criou, juntamente com um grupo de jovens idealizadores, a Escola Livre de Direito, que foi o embrião do Colégio Anchieta, precursor da Instituição Universitária que hoje leva seu nome como patrono.

Tendo sempre ao seu lado Dona Maria Antonieta, grande incentivadora de seus projetos, Newton Paiva deixou aos filhos, os Doutores Paulo Newton Paiva Ferreira, Newton de Paiva Ferreira Filho e Maria Elvira Salles Ferreira, ex Deputada Federal pelo PMDB de Minas Gerais, a responsabilidade de dar continuidade à sua obra educacional e uma lição de vida inspirada na dignidade, na solidariedade e no respeito aos valores humanos.

Motivados pelo idealismo do pai, e aliando a ele os seus próprios ideais de dar continuidade a um processo educacional adequado aos tempos presentes, findaram em 1972 o Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira, instituição que se transforma cada vez mais em ponto de referência do ensino.

O nome de Newton de Paiva Ferreira dignifica a história da educação e do ensino no Estado de Minas Gerais e no Brasil, razão de sobejo a justificar a apresentação deste Requerimento.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

REQUERIMENTO Nº 763, DE 2005**Requer Voto de Aplauso à Seleção Brasileira Masculina de Vôlei, que se tornou pentacampeã da Liga Mundial.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Seleção Brasileira masculina de Vôlei, pela conquista do pentacampeonato da Liga Mundial.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do técnico da Seleção, Bernardinho, e, por seu intermédio, a todos os integrantes da equipe.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. Pela quinta vez, o selecionado brasileiro de vôlei masculino conquistou o Campeonato da Liga Mundial, elevando o renome esportivo do País em disputas internacionais.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2005 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 764, DE 2005

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno requeiro seja consignado voto de aplauso à Seleção Brasileira de Vôlei Masculino, pela conquista do título da Liga Mundial, completando o pentacampeonato para o Brasil.

Justificação

Com a retumbante vitória de nosso selecionado de vôlei masculino, temos mostrado ao mundo, que nossa supremacia no esporte, não é restrita somente ao futebol, onde também obtivemos mais um título recentemente mas, também em outras categorias e em especial no vôlei, onde vitórias grandiosas têm sido obtidas pelos nossos atletas.

Muito temos a agradecer aos jovens brasileiros integrantes de nosso selecionado, como também ao grande técnico Bernardinho, um colecionador de vitórias. E a forma que esse Senado da República melhor pode expressar, é inscrevendo em seus anais o reconhecimento dessa Casa aos nossos atletas do vôlei e ao Técnico Bernardinho.

Por isso, propomos que o Senado Federal, associe-se às homenagens pela conquista do pentacampeonato da Liga Mundial de Vôlei Masculino, manifestando seu aplauso.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2005 – Senador **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2005

(Nº 2.681/2003, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)**Transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, com natureza jurídica de autarquia, por transformação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, com sede e foro no município de Uberaba, Minas Gerais, vinculada ao Ministério da Educação.

Art. 2º A UFTM terá por objetivo ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa, em especial, na área da Saúde.

Art. 3º A UFTM, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu Estatuto e Regimento Geral, a UFTM será regida pelo Estatuto e Regimento da FMTM, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 4º Passam a integrar a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados pela Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam igualmente a integrar o corpo discente da UFTM, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFTM todos os cargos, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da FMTM.

Art. 6º Para compor a estrutura regimental da UFTM, ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, 1 (um) cargo de direção CD–1, 3 (três) cargos

de direção CD-3, 11 (onze) funções gratificadas FG-1 e 15 (quinze) funções gratificadas FG-3.

Parágrafo único. Os cargos de direção e funções gratificadas da UFTM ficam alocados de acordo com o Anexo I desta lei.

Art. 7º A administração superior da UFTM será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFTM.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais e/ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UFTM disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFTM será constituído:

I – pelos bens e direitos que integrarem o patrimônio da FMTM, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, à UFTM;

II – pelos bens e direitos que a Universidade vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber;

IV – por incorporações que resultem de serviços realizados pela Universidade.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFTM serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFTM serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais adicionais e transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da FMTM para a UFTM, observadas as mesmas atividades, projetos, operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

Art. 11. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do orçamento aprovado para a FMTM, neste exercício.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Universidade, na forma de seu Estatuto e do seu Regimento Geral, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pra tempore**, pelo Ministério da Educação.

Art. 13. O Ministério da Educação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta lei, tomará as providências necessárias para a elaboração do Estatuto da UFTM, a ser aprovado pela instância própria, na forma da legislação pertinente.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

CARGO	TRANSFERIDOS DA FMTM	EXTINTOS DA FMTM	NOVOS	TOTAL
CD-1	0	0	1	1
CD-2	1	0	0	1
CD-3	4	0	3	7
CD-4	16	0	0	16
Subtotal	21	0	4	25
FG-1	14	0	11	25
FG-3	0	0	15	15
FG-4	43	13	0	30
FG-5	44	4	0	40
Subtotal	101	17	26	110
TOTAL	122	17	30	135

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.681, DE 2003**Transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM, em Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, com natureza jurídica de autarquia, por transformação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, com sede e foro no município de Uberaba, Minas Gerais, vinculada ao Ministério da Educação.

Art. 2º A UFTM terá por objetivo ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa, em especial, na área da Saúde.

Art. 3º A UFTM, observado o princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu estatuto e regimento geral, a UFTM será regida pelo estatuto e regimento da FMTM, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 4º Passam a integrar a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados pela Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam igualmente a integrar o corpo discente da UFTM, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFTM todos os cargos, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da FMTM.

Art. 6º Para compor a estrutura regimental da UFTM ficam criados no âmbito do Ministério da Educação, um cargo de direção CD-1, três cargos de direção CD-3, onze funções gratificadas FG-1 e quinze funções gratificadas FG-3.

Parágrafo único. Os cargos de direção e funções gratificadas da UFTM ficam alocados de acordo com o Anexo I.

Art. 7º A administração superior da UFTM será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFTM.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais e/ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UFTM disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFTM será constituído:

I – pelos bens e direitos que integrarem o patrimônio da FMTM, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, à UFTM.

II – pelos bens e direitos que a Universidade vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber;

IV – por incorporações que resultem de serviços realizados pela Universidade.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFTM serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFTM serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais adicionais e transferências e repasses, que lhe forem conferidos;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da FMTM para a UFTM, observadas as mesmas atividades, projetos, operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

Art. 11. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do orçamento aprovado para a FMTM, no presente exercício.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Universidade, na forma de seu Estatuto e do seu Regimento Geral, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, pelo Ministério da Educação.

Art. 13. O Ministério da Educação, no prazo de 180 dias da publicação desta lei, tomará as providências

necessárias para a elaboração do Estatuto da UFTM, a ser aprovado pela instância própria, na forma da legislação pertinente.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2003.

ANEXO I

CARGO	TRANSFERIDOS DA FMTM	EXTINTOS DA FMTM	NOVOS	TOTAL
CD1	0	0	1	1
CD2	1	0	0	1
CD3	4	0	3	7
CD4	16	0	0	16
Sub-total	21	0	4	25
FG1	14	0	11	25
FG3	0	0	15	15
FG4	43	13	0	30
FG5	44	4	0	40
Sub-total	101	17	26	110
TOTAL	122	17	30	135

MENSAGEM Nº 630, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM, em Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, e dá outras providências”.

Brasília, 20 de novembro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Interministerial Nº 98

Brasília, 28 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, e dá outras providências”.

A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, fundada em 27 de abril de 1953, é uma Instituição Federal Isolada de Ensino Superior, constituída em forma de Autarquia Especial e mantida pelo Ministério da Educação.

Localizada na região do Triângulo Mineiro/MG, Uberaba ocupa uma área total de 4.525 Km², com índice demográfico de 51,34 hab/km² e uma população estimada, em 350.000 habitantes.

O Município se distingue em sua natureza geopolítica pela polarização que exerce através de sua posição estratégica, permitindo uma facilidade de integração com as diversas regiões do país. O referido Município localiza-se aproximadamente a 500 Km das principais capitais: Belo Horizonte, São Paulo e Brasília.

No âmbito da graduação, o curso de Medicina da FMTM foi autorizado a partir de 1954. Desde esta data a instituição desenvolveu-se nos aspectos quantitativo e qualitativo, criando e mantendo o Curso de Enfermagem desde 1989 e de Biomedicina desde de 1999.

A pós-graduação teve início em 1987 com o Curso de Patologia Geral, inicialmente com as áreas de concentração em: Anatomia Patológica e Patologia Forense e Patologia Tropical, e a partir de 1997 a Patologia Geral, passando a ser denominado como Curso de Pós-graduação em Patologia Clínica.

A partir de 1998 iniciou-se a área de concentração em Patologia Clínica e em 2002 a área de Patologia Ginecológica e Obstétrica.

Desde 1987 é oferecido o Curso de Aperfeiçoamento em Medicina Tropical com 10 vagas anuais, onde são recebidos alunos de toda a América Latina.

Em função da alta demanda e buscando a concretização da sua proposta de ampliação das atividades de ensino na área de saúde, em 1990 a FMTM obteve autorização para criar o CEFORES – Centro de Formação Especial de 2º Grau em Saúde, com o objetivo de formar técnicos e auxiliares para atuarem na área de saúde.

A preocupação com a erradicação do analfabetismo é antiga na FMTM, sendo que no ano de 2000 foi implantado curso de alfabetização atendendo aos servidores da Instituição e de serviços terceirizados. Hoje ainda existe esse serviço, atendendo aos funcionários terceirizados.

Em relação à assistência médica, o Hospital Escola da FMTM vem desenvolvendo ao longo dos anos um pronto socorro e atendimento em níveis ambulatoriais e de internação, de média e alta complexidade à população de Uberaba, da Região do Triângulo Mineiro, Sul de Goiás, Norte Paulista e Leste Matogrossense.

A transformação da FMTM em Universidade Especializada na área de Saúde propiciará maior agilidade para responder as necessidades de expansão do ensino em sua área de atuação, bem como a autonomia universitária irá conferir à nova UFTM agilidade para responder à demanda da população em sua área de abrangência de aproximadamente 400 municípios, por novos profissionais da área de saúde.

Possibilitará também que, constatada a necessidade de atualização do perfil dos profissionais formados pela Instituição novas medidas que se fizerem necessárias poderão ser rapidamente implementadas.

Em atendimento ao art. 52 da Lei nº 9.394/96, no que se refere à produção científica, trabalhos docentes têm merecido o reconhecimento de organizações científicas, levando o nome da FMTM e marcando sua presença em encontros e debates de natureza científica, realizados no país e no exterior.

Numa política agressiva de capacitação docente a FMTM conta, hoje, com 151 docentes, dos quais 75 são doutores, 35 mestres, 37 especialistas e 4 graduados, o que representa um índice de quase 73% entre Mestres e Doutores, sendo que, de todo o quadro, 55% trabalham em regime de tempo integral, ou seja, dedicação exclusiva.

A FMTM é um exemplo de instituição vocacionada. Entendendo as Ciências da Saúde como sua vocação institucional, tem crescido quantitativa e qualitativamente dentro desta área.

Pela descrição dessa realidade entende-se chegado o momento de propor a transformação da faculdade em universidade.

A representação judicial da União, nos assuntos pertinentes a UFTM, será feita diretamente pelos órgãos próprios da Advocacia-Geral da União.

Pelo exposto, a estrutura política, administrativa e científica da instituição já é muito parecida com a de uma universidade, razão pela qual a transformação ora proposta praticamente não implicará incremento de despesas para a União. Os únicos gastos adicionais serão com a adequação de estrutura administrativa

da UFTM, que incorporará os seguintes novos cargos: 1 CD-1, 3 CD-3, 17 FG-1 e 15 FG-3 que, por sua vez, serão compensados pela extinção de 13 FG-4 e 4 FG-5 atualmente existentes na FMTM, resultando, ao final, um aumento na despesa anual com folha de pagamento de apenas R\$359,6 mil.

Respeitosamente, – **Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque – Guido Mantega.**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2005

(Nº 4.659/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

(Tramitando em regime de urgência nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, prevista na Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979.

Parágrafo único. A UFGD, entidade de natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º A UFGD terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFGD, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu Estatuto e das demais normas pertinentes.

Parágrafo único. Até que seja aprovado seu Estatuto, a UFGD será regida pelo Estatuto atual da UFMS, no que couber, e pela legislação federal.

Art. 4º Passam a integrar a UFGD, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis, integrantes do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFGD.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFGD os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFMS, disponibilizados para funcionamento do Campus

de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação:

I – os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UFGD;

II – 480 (quatrocentos e oitenta) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo II desta Lei;

III – 96 (noventa e seis) cargos efetivos de médico;

IV – 279 (duzentos e setenta e nove) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior; e

V – 608 (seiscentos e oito) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se referem os incisos II a V do **caput** deste artigo as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, a Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os Cargos de Direção – CD e Funções Gratificadas – FG, necessários para compor a estrutura regimental da UFGD, incluídos os cargos a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo, em número de 45 (quarenta e cinco) CD e 196 (cento e oitenta e seis) FG, sendo:

I – 1 (um) CD-1, 5 (cinco) CD-2, 14 (quatorze) CD-3 e 25 (vinte e cinco) CD-4; e

II – 70 (setenta) FG-1, 65 (sessenta e cinco) FG-4, 3 (três) FG-5 e 48 (quarenta e oito) FG-7.

Art. 7º A administração superior da UFGD será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e pelo Conselho Universitário, no limite de suas respectivas competências a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFGD.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais e/ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UFGD disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 9º O patrimônio da UFGD será constituído de:

I – bens patrimoniais da UFMS, disponibilizados para o funcionamento do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei, formalizando-se a transfe-

rência nos termos da legislação e procedimentos de regência;

II – bens e direitos que a UFGD vier a adquirir ou incorporar;

III – doações ou legados que receber; e

IV – incorporações que resultem de serviços realizados pela UFGD, observados os limites da legislação de regência.

Parágrafo único. Os bens e os direitos da UFGD serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, a não ser nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFGD serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais, observada a regulamentação a respeito;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a finalidade da Instituição, nos termos do Estatuto e Regimento Interno; e

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFGD fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 10. A implantação das atividades e o consequente início do exercício contábil e fiscal da UFGD deverão coincidir com o 1º (primeiro) dia útil do ano civil subsequente à publicação desta Lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da UFMS para a UFGD, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal; e

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não for efetivada a transferência autorizada na forma do inciso I do **caput** deste artigo, correrão à conta dos recursos constantes no orçamento da União destinados à UFMS as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessários ao funcionamento da UFGD.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFGD, na forma de seu Estatuto, os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão

providos, **pro tempore**, pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 13. A UFGD encaminhará sua proposta estatutária ao Ministério da Educação para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO - CD E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNIT.	MENSAL	R\$ 1,00
				ANUAL
CD 1	1	6.464,00	6.464,00	86.165,00
CD 2	5	5.403,00	27.017,00	360.143,00
CD 3	14	4.242,00	59.388,00	791.642,00
CD 4	25	3.080,00	77.012,00	1.026.576,00
Subtotal	45	-	169.882,00	2.264.527,00
FG 1	70	555,00	38.887,00	518.365,00
FG 4	65	161,00	10.482,00	139.732,00
FG 5	3	125,00	375,00	5.004,00
FG 7	48	58,00	2.808,00	37.443,00
Subtotal	186	-	52.554,00	700.545,00
Total	231	-	222.436,00	2.965.072,00

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO - DOCENTE

Classe	Quant.
Auxiliar I	15
Assistente I	133
Adjunto I	308
Titular U	24
Total	480

PROJETO DE LEI Nº 4.659, DE 2004

Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, e dá outras providências:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, prevista na Lei nº 6.574, de 5 de julho de 1979.

Parágrafo único. A UFGD, entidade de natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º A UFGD terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma funcionamento da UFGD observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão serão

definidas nos termos desta Lei, do seu Estatuto e das demais normas pertinentes.

Parágrafo único. Até que seja aprovado seu Estatuto, a UFGD será regida pelo Estatuto atual da UFMS, no que couber, e pela legislação federal.

Art. 4º Passam a integrar a UFGD independente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis, integrantes do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFGD.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFGD os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFMS, disponibilizados para funcionamento do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criadas no âmbito do Ministério da Educação:

I – os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UFGD;

II – 480 cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo II;

III – 96 cargos efetivos de médico;

IV – 279 cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior; e

V – 608 cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se referem os incisos II a V deste artigo, as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, a Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os Cargos de Direção – CD e Funções Gratificadas – FG, necessários para compor a estrutura regimental da UFGD, incluídos os cargos a que se refere o inciso I deste artigo, em número de quarenta e cinco CD e cento e oitenta e seis FG, sendo:

I – um CD-1, cinco CD-2, quatorze CD-3 e vinte e cinco CD-4; e

II – setenta FG-1 sessenta e cinco FG-4 três FG-5 e quarenta e oito FG-7.

Art. 7º A administração superior da UFGD será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e pelo Conselho Universitário, no limite de suas respectivas competências a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFGD.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 9.192, de 1995, substituirão Reitor em suas faltas ou impedimentos legais e/ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UFGD disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFGD será constituído de:

I – bens patrimoniais da UFMS, disponibilizados para o funcionamento do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei, formalizando-se a transferência nos termos da legislação e procedimentos de regência.

II – bens e direitos que a UFGD vier a adquirir ou incorporar:

III – doações ou legados que receber: e

IV – incorporações que resultem de serviços realizados pela UFGD observados os limites da legislação de regência.

Parágrafo único. Os bens e os direitos da UFGD serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, a não ser nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFGD serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais, observada a regulamentação a respeito;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a finalidade da Instituição, nos termos do Estatuto e Regimento Interno: e

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância à legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFGD fica sujeita a existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 10. A implantação das atividades e o consequente início do exercício contábil e fiscal da UFGD

deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil subsequente à publicação desta Lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da UFMS para a UFGD, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal; e

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não for efetivada a transferência autorizada na forma do inciso L, correrão à conta dos recursos constantes no orçamento da

União destinados à UFMS as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessários ao funcionamento da UFGD.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFGD, na forma de seu Estatuto, os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos, **pro tempore**, pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 13. A UFGD encaminhará sua proposta estatutária ao Ministério da Educação para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO - CD E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG

R\$ 1,00				
CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNIT.	MENSAL	ANUAL
CD 1	1	6.464,00	6.464,00	86.165,00
CD 2	5	5.403,00	27.017,00	360.143,00
CD 3	14	4.242,00	59.388,00	791.642,00
CD 4	25	3.080,00	77.012,00	1.026.576,00
Subtotal	45	-	169.882,00	2.264.527,00
FG 1	70	555,00	38.887,00	518.365,00
FG 4	65	161,00	10.482,00	139.732,00
FG 5	3	125,00	375,00	5.004,00
FG 7	48	58,00	2.808,00	37.443,00
Subtotal	186	-	52.554,00	700.545,00
Total	231	-	222.436,00	2.965.072,00

ANEXO II QUADRO DE PESSOAL EFETIVO – DOCENTE

Classe	Quant.
Auxiliar I	15
Assistente I	133
Adjunto I	308
Titular U	24
Total	480

MENSAGEM Nº 855, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, e dá outras providências”.

Brasília, 13 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EMI Nº 82

Brasília, 1º de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, a partir do desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS.

2. A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia são objetivos centrais do Governo Federal e foco do debate sobre a reforma universitária. O desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, com a criação de uma universidade pública numa região onde as instituições de ensino superior não conseguem atender à demanda, é uma clara demonstração de compromisso com o desenvolvimento da região da Grande Dourados, que abrange 37 (trinta e sete) municípios, correspondendo a 15,6% do território estadual e a 41,52% da população de Mato Grosso do Sul. A cidade de Dourados e seu entorno tem a sua economia assentada numa malha rodoviária bem estruturada, e caracterizada pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial. A expansão do ensino universitário público em Dourados desempenhará a função, no contexto regional, de um verdadeiro laboratório difusor de experiências de alta produtividade no País nos setores agropecuários e agroindustriais, voltados para os mercados nacionais e internacionais.

3. Um outro aspecto singular da região da Grande Dourados consiste no fato de grande parte dos municípios que a compõem estarem situados na fronteira com a República do Paraguai, o que lhe confere características econômicas, sociais, políticas e culturais que exigem atenção especial do ponto de vista científico e acadêmico, considerando-se que os espaços fronteiriços são áreas privilegiadas para estudos sistematizados que contemplem a diversidade cultural. Há que se registrar, ainda, a presença da população indígena Guarani (Kaioiwá/Nandeva), que constitui a maior população indígena do Estado, com aproximadamente 25 mil indivíduos, e representa, historicamente, importante papel na construção da identidade socioeconômica e cultural da região.

4. O **campus** de Dourados da UFMS começou a funcionar em 1971, inicialmente com dimensões bastante modestas, passando a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. O Curso de Medicina da UFMS, em Dourados, foi implantado a partir de 2000, contando com a ativação da antiga Santa Casa de Dourados e sua incorporação à UFMS, de modo que se desenvolvessem plenamente as atividades práticas de formação de seus alunos. Quando implantado definitivamente e administrado pela Universidade, o Hospital Universitário permitirá o atendimento não só dos alunos da UFGD, como também da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

5. Atualmente, o **campus** de Dourados da UFMS oferece doze cursos de Graduação, seis cursos de Especialização, quatro de Mestrado e um de Doutorado, e conta com 125 docentes, 100 dos quais pertencentes ao quadro da carreira da UFMS.

6. Com a implantação da UFGD serão criados vinte e seis novos cursos de Graduação, um de Especialização, três de Mestrado e três de Doutorado, que atenderão a 2.000 alunos, além de concretizar a implantação do Hospital Universitário. O quadro de pessoal previsto para a Universidade compõe-se de 480 cargos de docentes, 96 cargos de médicos, 279 cargos de funcionários administrativos de nível superior e 608 cargos de funcionários administrativos de nível médio.

7. A estrutura organizacional proposta assemelha-se às estruturas organizacionais de diversas universidades públicas federais e estaduais. Deverão ser criados os Cargos de Direção e Funções Gratificadas necessários para compor o quadro de pessoal, quais sejam: um CD-I; cinco CD-2; quatorze CD-3; vinte e cinco CD-4; setenta FG-I; sessenta e cinco FG-4; três FG-5 e quarenta e oito FG-7.

8. A repercussão financeira anual, quando da plena implantação da Universidade, referente a pessoal e custeio, está estimada na ordem de R\$48.027.993,46 (quarenta e oito milhões, vinte e sete mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos). Durante a fase de implantação, que terá a duração de quatro anos, o valor estimado para o primeiro ano é da ordem de R\$21.606.998,37 (vinte e um milhões, seiscentos e seis mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos); para o segundo ano é de R\$29.013.996,73 (vinte e nove milhões, treze mil, novecentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos); para o terceiro ano é de R\$41.020.995,10 (quarenta e um milhões, vinte mil, novecentos e noventa e cinco reais e dez centavos); e para o quarto ano é de R\$53.027.993,46 (cinquenta e três milhões, vinte e sete mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos).

9. Acreditamos, Senhor Presidente, que a criação da UFGD trará grandes benefícios para a região da Grande Dourados. Ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de aproximadamente 800.000 habitantes da região, além dos interessados vindos de outras regiões do Estado do Mato Grosso do Sul e do País.

Respeitosamente, – **Tarso Fernando Herz Gengero – Nelson Machado.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.674, DE 5 DE JULHO DE 1979

Não Consta Revogação Expressa

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em obediência ao disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.

LEI Nº 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-Lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI Nº 9.192, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

LEI Nº 10.302, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

Dispõe sobre os vencimentos dos servidores que menciona das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2005
(Nº 4.300/2004, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, com natureza jurídica de autarquia, por transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID, com sede e foro no município de Diamantina, Minas Gerais, e Unidade Acadêmica no município de Teófilo Otoni, vinculada ao Ministério da Educação.

Art. 2º A UFVJM terá por objetivo ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa.

Art. 3º A UFVJM, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu Estatuto e Regimento Geral, a UFVJM será regida pelo estatuto e regimento das FAFEID, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 4º Passam a integrar a UFVJM, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados pelas FAFEID.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam igualmente a integrar o corpo discente da UFVJM, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFVJM todos os cargos, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal das FAFEID.

Art. 6º Para compor a estrutura regimental da UFVJM:

I – fica criado o cargo de Reitor, código CD-1;

II – fica criado o cargo de Vice-Reitor, código CD-2, por transformação do cargo CD-2 remanejado das FAFEID;

III – ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, 15 (quinze) Cargos de Direção – CD, sendo 4 (quatro) 00-3 e 11 (onze) CD-4, e 62 (sessenta e duas) Funções Gratificadas – FG, sendo 7 (sete) FG-1, 14 (quatorze) FG-2, 13 (treze) FG-3, 16 (dezesesseis) FG-4 e 12 (doze) FG-S; e

IV – são remanejados para a UFVJM os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG que, na data da publicação desta Lei? estiverem alocados às FAFEID.

Parágrafo único. Os cargos de direção e funções gratificadas ficam alocados na UFVJM de acordo com o Anexo desta Lei.

Art. 7º A administração superior da UFVJM será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no

âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais e regulamentares.

§ 3º O Estatuto e o Regimento Geral da UFVJM disporão sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º o patrimônio da UFVJM será constituído:

I – pelos bens e direitos que integram o patrimônio das FAFEID, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, à UFVJM;

II – pelos bens e direitos que a Universidade vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber;

IV – por incorporações que resultem de serviços realizados pela Universidade.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFVJM serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFVJM serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais adicionais e transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – auxílios e subvenções que lhe venha a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários das FAFEID para a UFVJM, observadas as mesmas atividades, projetos, operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 11. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do orçamento aprovado para as FAFEID, neste exercício.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Universidade, na forma de seu Estatuto e do seu Regimento Geral, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, conforme dispuser o Ministério da Educação.

Art. 13. O Ministério da Educação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, adotará as providências necessárias à elaboração do Estatuto da UFVJM, a ser aprovado pela instância própria, na forma da legislação pertinente.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

CARGO	REMANEJADOS DAS FAFEID	NOVOS	TOTAL
CD-1	0	1	1
CD-2	1	0	1
CD-3	1	4	5
CD-4	6	11	17
Subtotal	8	16	24
FG-1	8	7	15
FG-2	0	14	14
FG-3	0	13	13
FG-4	11	16	27
FG-5	0	12	12
Subtotal	19	62	81
TOTAL	27	78	105

PROJETO DE LEI Nº 4.300, DE 2004**Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, com natureza jurídica de autarquia, por transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID, com sede e foro no município de Diamantina, Minas Gerais, e Unidade Acadêmica no município de Teófilo Otoni, vinculada ao Ministério da Educação.

Art. 2º A UFVJM terá por objetivo ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa.

Art. 3º A UFVJM, observado o princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu estatuto e regimento geral, a UFVJM será regida pelo estatuto e regimento das FAFEID, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 4º Passam a integrar a UFVJM, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados pelas FAFEID.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam igualmente a integrar o corpo discente da UFVJM, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFVJM todos os cargos, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal das FAFEID.

Art. 6º Para compor a estrutura regimental da UFVJM:

I – fica criado o cargo de Reitor, código CD-1;

II – fica criado o cargo de Vice-Reitor, código CD-2, por transformação do cargo CD-2 remanejado das FAFEID;

III – ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, quinze Cargos

de Direção – CD, sendo, quatro CD-3 e onze CD-4, e sessenta e duas Funções

Gratificadas – FG, sendo sete FG-1, quatorze FG-2, treze FG-3, dezesseis FG-4 e doze FG-5; e

IV – são remanejados para a UFVJM os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG que, na data da publicação desta Lei, estiverem alocados as FAFEID.

Parágrafo único. Os cargos de direção e funções gratificadas ficam alocados na UFVJM de acordo com o Anexo.

Art. 7º A administração superior da UFVJM será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais e regulamentares.

§ 3º o Estatuto e o Regimento Geral da UFVJM disporão sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFVJM será constituído:

I – pelos bens e direitos que integrarem o patrimônio das FAFEID, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, a UFVJM.

II – pelos bens e direitos que a Universidade vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber;

IV – por incorporações que resultem de serviços realizados pela Universidade.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFVJM serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFVJM serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais adicionais e transferências e repasses, que lhe forem conferidos;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários das FAFEID para a UFVJM, observadas as mesmas atividades, projetos, operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previs-

tos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 11. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do orçamento aprovado para as FAFEID, no presente exercício.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Universidade, na forma

de seu Estatuto e do seu Regimento Geral, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, conforme dispuser o Ministério da Educação.

Art. 13. O Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias da publicação desta Lei, adotará as providências necessárias à elaboração do Estatuto da UFVJM, a ser aprovado pela instância própria, na forma da legislação pertinente.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO

CARGO	REMANEJADOS DAS FAFEID	NOVOS	TOTAL
CD1	0	1	1
CD2	1	0	1
CD3	1	4	5
CD4	6	11	17
<i>Subtotal</i>	<i>8</i>	<i>16</i>	<i>24</i>
FG1	8	7	15
FG2	0	14	14
FG3	0	13	13
FG4	11	16	27
FG5	0	12	12
<i>Subtotal</i>	<i>19</i>	<i>62</i>	<i>81</i>
TOTAL	27	78	105

MENSAGEM Nº 717, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e dá outras providências”.

Brasília, 19 de outubro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EMI Nº 24/MEC/MP

Brasília, 28 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que “transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, e dá outras providências”.

As Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID, resultado da transformação da antiga Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina, completaram em setembro passado cinco décadas de tradição no ensino superior. A instituição é constituída de duas Faculdades: Faculdade das Ciências da Saúde e Faculdade de Ciências Agrárias, locali-

zadas no município de Diamantina (MG), pólo de influência e convergência, principalmente nos setores de saúde, educação e econômico social. Diamantina, por sua vez, situa-se no Vale do Jequitinhonha, que cobre uma área aproximada de 14,46% do Estado de Minas Gerais, não atendida por nenhuma outra das demais onze instituições federais de ensino superior localizadas no Estado. Esta área geográfica abrange uma superfície de 85.027Km², congregando cinquenta e sete municípios.

Além da Região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, a área de influência dos cursos oferecidos por esta Instituição abrange também mais de 20 municípios circunvizinhos. Importante se faz ressaltar que, além diversos Municípios, referidos como sendo aqueles cujas relações são mais estreitas com as FAFEID, a Instituição tem, hoje, em seus quadros, alunos oriundos de outras inúmeras cidades de Minas, de outros estados da Federação e também de outros países.

Anteriormente denominada Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina – FAFEOD, foi criada pela Lei Estadual nº 990, de 30 de setembro de 1953 e federalizada pela Lei nº 3.489, de 17 de janeiro de 1960. É um estabelecimento de ensino superior, na forma de Autarquia em Regime Especial, pelo Decreto nº 70.686, de 7 de junho de 1972.

Tendo iniciado suas atividades em 1953, colocou em funcionamento seu primeiro curso superior – Odontologia, graduando, até o ano de 2002, 1.804 Cirurgiões-Dentistas.

Em 1997, foi criado o Curso de Graduação em Enfermagem, que teve seu funcionamento autorizado pela Portaria nº 776, de 24-7-98, publicada no **DOU** de 27-7-98. Contando inicialmente com 30 (trinta) vagas, o Curso de Enfermagem formou a primeira turma em dezembro de 2000, tendo graduado, até o ano de 2002, 86 Enfermeiros.

De acordo com a publicação do **Diário Oficial** de 04/10 e 7-11-2000, foi autorizado pelos órgãos competentes o funcionamento dos novos cursos de Graduação, na área de Ciências da Saúde: Fisioterapia, Farmácia-Bioquímica e Nutrição e na área de Ciências Agrárias: Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal.

Em dezembro de 2001, foi realizado o primeiro processo seletivo para os seis novos cursos de Graduação. O número de vagas oferecidas anualmente para a Graduação totaliza 410, assim distribuídas: 150 vagas para os Cursos de Ciências Agrárias e 260 vagas para os Cursos de Ciências da Saúde.

No que concerne à Pós-Graduação, foi implantado no ano de 1994, o primeiro curso de pós-graduação em Odontologia, em nível de Mestrado, na área de concentração Estomatologia, considerado um grande passo para o incremento da produção científica institucional, já tendo titulado três turmas. Novos projetos de Cursos de Mestrado já se acham em fase final de tramitação na Instituição para serem encaminhados à CAPES, no aguardo de implantação para 2004.

No campo da pós-graduação **lato sensu**, a Instituição hoje oferece quatro cursos na área de Odontologia, totalizando 48 vagas, distribuídas nos cursos de: Endodontia, Odontopediatria, Periodontia, Prótese Dentária e um curso de Saúde Pública para Educação, com 30 vagas.

A estrutura organizacional proposta, tanto administrativa como acadêmica, é extremamente simplificada, desburocratizada capaz de tornar a Universidade ágil, eficiente e de baixo custo operacional.

A Instituição vislumbra ainda a possibilidade de estender ao Vale do Jequitinhonha e Mucuri, a partir das áreas do conhecimento oferecidas, Curso à Distância Tutorado, com módulos semi-presenciais, num intuito de favorecer maior acesso do jovem carente do vale do Jequitinhonha e Mucuri à Universidade, contribuindo dessa forma para a fixação do profissional formado na Região.

O custo de implantação da nova Universidade envolve apenas a criação dos cargos necessários à nova

estrutura. É importante salientar que, quando da transformação da antiga Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina em Faculdades Federais Integradas de Diamantina, não foi providenciada a criação dos cargos para dar sustentação àquela nova situação, fazendo com que a instituição esteja hoje atuando de forma precária no que diz respeito a sua estrutura organizacional, implicando, por conseguinte, a necessidade de saneamento do problema neste momento.

Será necessária a criação dos seguintes cargos: 1 CD-1, 4 CD-3, 11 CD-4, 7 FG-I, 14 FG-2, 13 FG-3, 16 FG-4 e 12 FG-5, com um custo total por ano de R\$992.539,00.

Nesse contexto, as Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID, apresentam seu projeto de transformação em Universidade Federal, conhecido desejo de seu criador o ex-Presidente JK, e de todo o povo do vale do Jequitinhonha e Mucuri que espera ter uma Instituição capaz de não só oferecer ensino gratuito e de qualidade, mas também voltada para a busca de soluções científicas e tecnológicas capazes de sanar dificuldades regionais que não são poucas.

Respeitosamente, – **Tarso Fernando Herz Genger – Guido Mantega.**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2005

(Nº 3.859/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL–MG e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL–MG, autarquia de regime especial, com sede e foro no Município de Alfenas, Minas Gerais, vinculada ao Ministério da Educação, por transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE.

Art. 2º A UNIFAL–MG terá por finalidade o ensino superior de graduação e pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisa e a promoção de atividades de extensão universitária.

Art. 3º A UNIFAL–MG, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu Estatuto e seu Regimento Geral, na forma prevista na legislação, a UNIFAL–MG será regida pelo Estatuto

e Regimento Geral da Efoa/Ceufe, no que couber, e pela legislação federal de educação.

Art. 4º Passam a integrar a UNIFAL–MG, sem solução de continuidade e independentemente de qualquer formalidade, as unidades de ensino que, na data de vigência desta lei, compuserem a Efoa/Ceufe, bem como os cursos, de todos os níveis, que a instituição estiver ministrando na mesma data.

Parágrafo único. Os alunos matriculados regularmente nos cursos ora transferidos a UNIFAL–MG passam a integrar seu corpo discente, independentemente de adaptação ou do cumprimento de qualquer outra exigência formal.

Art. 5º A administração superior da UNIFAL–MG será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais ou temporários.

§ 3º o Estatuto da UNIFAL–MG disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 6º O patrimônio da UNIFAL–MG, mediante escritura pública ou instrumento legal, será constituído:

I – pelos bens e direitos que integrarem o patrimônio da Efoa/Ceufe, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, a UNIFAL–MG;

II – pelos bens e direitos que a UNIFAL–MG vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber; e

IV – por incorporações que resultarem de serviços realizados pela UNIFAL–MG.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UNIFAL–MG serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, vedada a alienação, salvo nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 7º Os recursos financeiros da UNIFAL–MG serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente; e

VII – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da Efoa/Ceufe para a UNIFAL–MG, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as correspondentes categorias econômicas e grupos de despesa previstos na lei orçamentária; e

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessários ao cumprimento do disposto nesta lei.

Parágrafo único. Até que se efetive a transferência autorizada no inciso I do **caput** deste artigo, as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessária ao funcionamento da Unifal – MG correrão à conta dos recursos destinados a Efoa/Ceufe, constantes do Orçamento da União.

Art. 9º Para compor a estrutura regimental da Unifal – MG:

I – ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, 7 (sete) Cargos de Direção – CD, sendo 1 (um) CD-1 e 6 (seis) CD-3, e 44 (quarenta e quatro) Funções Gratificadas – FG, sendo 33 (trinta e três) FG-1, 4 (quatro) FG-2 e 7 (sete) FG-3;

II – ficam extintos, no âmbito da Efoa/Ceufe, os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG nos seguintes níveis e quantitativos: 4 (quatro) CD-4; 4 (quatro) FG-4; e 12 (doze) FG-5; e

III – serão redistribuídos à Unifal – MG os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG que, na data de publicação desta lei, estiverem alocados na Efoa/Ceufe, excetuados aqueles relacionados no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 1º Cabe ao Ministro de Estado da Educação fazer o remanejamento dos Cargos de Direção – CD e das Funções Gratificadas – FG entre o Ministério da Educação e a Unifal – MG.

§ 2º Ficam criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da Unifal – MG.

§ 3º Ficam extintos os cargos de Diretor-Geral e de Vice-Diretor da Efoa/Ceufe.

Art. 10. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, em ato do Ministro de Estado da Educação, até que a Unifal – MG seja implantada na forma de seu Estatuto.

Art. 11. Ficam redistribuídos para a Unifal – MG todos os cargos efetivos, ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal da Efoa/Ceufe.

Art. 12. Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, 80 (oitenta) cargos efetivos de Professor da Carreira de Magistério Superior destinados à redistribuição a Unifal – MG.

Parágrafo único. Aplicam-se aos cargos criados no **caput** deste artigo as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 9.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 13. A Unifal – MG, em 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta lei, submeterá sua proposta de estatuto ao Ministério da Educação, para aprovação pelas instâncias competentes.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 3.859, DE 2004

Dispõe sobre a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE em Universidade Federal de Alfenas – Unifal – MG e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal de Alfenas – Unifal – MG, autarquia de regime especial, com sede e foro no Município de Alfenas, Minas Gerais, vinculada ao Ministério da Educação, por transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – Efoa/Ceufe.

Art. 2º A Unifal – MG terá por finalidade o ensino superior de graduação e pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisa e a promoção de atividades de extensão universitária.

Art. 3º A Unifal – MG, observado o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu estatuto, de seu regimento geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu estatuto e seu regimento geral, na forma prevista na legislação, a Unifal – MG será regida pelo estatuto e regimento geral da Efoa/Ceufe, no que couber, e pela legislação federal de educação.

Art. 4º Passam a integrar a Unifal – MG, sem solução de continuidade e independentemente de qualquer formalidade, as unidades de ensino que, na data de vigência desta lei, compuserem a Efoa/Ceufe, bem assim os cursos, de todos os níveis, que a instituição estiver ministrando na mesma data.

Parágrafo único. Os alunos matriculados regularmente nos cursos ora transferidos a Unifal – MG passam a integrar seu corpo discente, Independentemente

mente de adaptação ou do cumprimento de qualquer outra exigência formal.

Art. 5º A administração superior da Unifal – MG será exercida pelo Reitor pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais ou temporários.

§ 3º O estatuto da Unifal – MG disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 6º O patrimônio da Unifal – MG, mediante escritura pública ou instrumento legal, será constituído:

I – pelos bens e direitos que integrarem o patrimônio da Efoa/Ceufe, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas nas condições a Unifal – MG;

II – pelos bens e direitos que a Unifal – MG vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber; e

IV – por incorporações que resultarem de serviços realizados pela Unifal – MG.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Unifal – MG serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, vedada a alienação, salvo nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 7º Os recursos financeiros da Unifal – MG serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância à legislação pertinente; e

VII – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da Efoa/Ceufe para a Unifal – MG, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as correspon-

dentes categorias econômicas e grupos de despesa previstos na lei orçamentária; e

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessários ao cumprimento do disposto nesta lei.

Parágrafo único. Até que se efetive a transferência autorizada no inciso I deste artigo, as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessárias ao funcionamento da Unifal – MG correrão à conta dos recursos destinados à Efoa/Ceufe, constantes do Orçamento da União.

Art. 9º Para compor a estrutura regimental da Unifal – MG:

I – ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, sete Cargos de Direção – CD, sendo: um CD-1 e seis CD-3, e quarenta e quatro Funções Gratificadas – FG, sendo: trinta e três FG-1; quatro FG-2; e sete FG-3;

II – ficam extintos no âmbito da Efoa/Ceufe, os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG nos seguintes níveis e quantitativos: quatro CD-4; quatro FG-4; e doze FG-5; e

III – serão redistribuídos a UNIFAL – MG os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG que na data de publicação desta lei, estiverem alocados na Efoa/Ceufe, excetuados aqueles relacionados no inciso II deste artigo.

§ 1º Cabe ao Ministro de Estado da Educação fazer o remanejamento dos Cargos de Direção – CD e das Funções Gratificadas – FG entre o Ministério da Educação e a Unifal – MG.

§ 2º Ficam criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da Unifal – MG.

§ 3º Ficam extintos os cargos de Diretor-Geral e de Vice-Diretor da Efoa/Ceufe.

Art. 10. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, em ato do Ministro de Estado da Educação, até que a Unifal – MG seja implantada na forma de seu estatuto.

Art. 11. Ficam redistribuídos para a Unifal – MG todos os cargos eletivos, ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal da Efoa/Ceufe.

Art. 12. Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, oitenta cargos efetivos de Professor da Carreira de Magistério Superior destinados à redistribuição a Unifal – MG.

Parágrafo único. Aplicam-se aos cargos criados no **caput** as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, bem assim o regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 13. A Unifal – MG, em cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, submeterá sua proposta de estatuto ao Ministério da Educação, para aprovação pelas instâncias competentes.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 345, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – Efoa/Ceufe em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL–MG e dá outras providências.”

Brasília, 23 de junho de 2004.

E.M. Interministerial nº 27

Brasília, 28 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o Anexo projeto de lei que transforma a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE, em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL –MG, de natureza autárquica e sede na cidade Alfenas, Minas Gerais.

A Efoa/Ceufe tem uma história de 89 anos, marcada por mudanças e crescimento. No ano de sua criação, implantou-se o curso de Farmácia e, no ano seguinte, em 1915, e de Odontologia. A escola desenvolveu-se, ganhou reputação pela qualidade do ensino que oferece e começou a atrair estudantes de diferentes localidades.

Com base na Lei Federal nº 3.854, de 18 de dezembro de 1960, a Instituição foi federalizada e integrou-se à Estrutura do Ministério da Educação – MEC. Posteriormente, pelo Decreto nº 70.686, de 7 de junho de 1972, foi transformada em autarquia e vinculada ao MEC para efeito de supervisão. Em 2001, passou à condição de Centro Universitário por força da Portaria MEC nº 2.101, de 1º de outubro de 2001.

A transformação da Escola em autarquia representou um marco importante em seu desenvolvimento. Favoreceu sobremodo a criação de novos cursos e habilitações. Aos cursos de Farmácia e Odontologia, originalmente criados, acresceram-se os de Enfermagem, Ciências Biológicas e Nutrição. O curso de Far-

mácia passou a ser oferecido com duas habilitações e o de Ciências Biológicas é ministrado nas modalidades de bacharelado e licenciatura. Foram criados quatro pósgraduações **lato sensu** e três mestrados. Hoje, os alunos da Instituição, em todos os cursos, somam perto de 1,2 mil. Ao processo seletivo para ingresso nas trezentas vagas oferecidas anualmente à população estudantil, vem ocorrendo, em média, um número aproximado de 5,5 mil candidatos.

Além dessa referência ao número de candidatos ao processo seletivo, cabe lembrar, para que se tenha idéia do volume da procura por ensino superior, a existência, em Alfenas, de 6,1 mil estudantes, aproximadamente, matriculados em cursos mantidos pela iniciativa privada.

Para que a Efoa/Ceufe dê continuidade à trajetória de crescimento, como reivindicam as lideranças locais e regionais, afigura-se necessário que passe por nova mudança institucional: sua elevação ao **status** de universidade. Além de aumentar-lhe a visibilidade e o prestígio, a nova roupagem conferirá à Instituição condições mais favoráveis a iniciativas de ampliação e diversificação das atividades de pesquisa, ensino e extensão. Assim, poderá atender mais adequada e prontamente às demandas que lhe sejam dirigidas.

É importante ressaltar que, como Centro Universitário, a atuação da Efoa/Ceufe fica geograficamente limitada. Inexiste, na legislação, a hipótese de centros universitários criarem cursos fora de sede; apenas universidades têm a possibilidade de fazê-lo. Com efeito, a mudança institucional da Escola é indispensável para que ela possa instituir e manter cursos fora de Alfenas e, assim, fazer-se presente em municípios vizinhos, como reivindicam as comunidades locais.

Justificativas para que a Efoa/Ceufe intensifique e diversifique sua atuação fundam-se nas demandas decorrentes do dinamismo da região Sul de Minas Gerais e da Microrregião de Alfenas, que nela está inserida. Situada entre as cidades de Belo Horizonte, de São Paulo e do Rio de Janeiro, a região destaca-se pela intensidade de seu desenvolvimento. Nela localizam-se várias cidades de porte médio, que abrigam projetos industriais expressivos dos setores mecânico, eletroeletrônico, de confecções, de calçados, de minerais não-metálicos, entre outros. Com várias estâncias hidroclimáticas, o turismo tem grande relevância econômica na região: atrai investimentos, cria empregos e propicia oportunidades de geração de renda. As condições de clima e solo têm favorecido o desenvolvimento agropecuário na região, que é a principal bacia leiteira e, ao mesmo

tempo, a principal produtora de café e cana de açúcar de Minas Gerais.

Por sua vez, Alfenas e sua microrregião reproduzem a estrutura econômica da região Sul de Minas. Também combinam agropecuária, turismo e indústria. Em Alfenas, localiza-se importante distrito industrial, com empreendimentos de médio e grande portes de vários setores produtivos, que geram, aproximadamente, 3,5 mil empregos diretos. A represa de Furnas é um recurso gerador de fluxos turísticos. Alfenas sobressai-se como centro de comércio, varejista e atacadista, e de prestação de serviço, na microrregião.

A transformação da Efoa/Ceufe em universidade faz parte da estratégia para assegurar a continuidade do dinamismo da Região Sul de Minas e da Microrregião de Alfenas. Caber-lhe-á intensificar a formação de recursos humanos para o desempenho das múltiplas tarefas que o desenvolvimento requer, investir em pesquisas orientadas para ganhos de produtividade e a solução de problemas que possam entravar o crescimento. Deverá pôr o conhecimento ao alcance e a serviço da sociedade.

Em 2000, de acordo com dados do censo, os 12 municípios da microrregião de Alfenas tinham cerca de 200 mil habitantes; Alfenas, o mais populoso deles, contava com uma população de cerca de 67 mil habitantes, o que resultava na densidade de 87,4 habitantes/km².

A elevação da Instituição à condição de Universidade requererá acréscimos a sua Estrutura Organizacional e a ampliação de seu quadro docente. Prevê-se que, no período de 2004 a 2009, sejam somados oitenta docentes ao quadro atual. Os Cargos de Direção – CD devem passar, de imediato, de onze para quatorze; e as Funções Gratificadas – FG, de quarenta e quatro para setenta e dois.

Estimam-se os custos adicionais da nova estrutura em R\$525.142 (quinhentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta e dois reais) por ano. Essa estimativa assenta-se no pressuposto de que todos os ocupantes de CD optarão pela remuneração do cargo. Observe-se, entretanto, que a prática revela que, na maior parte dos casos, os servidores preferem manter o salário do cargo efetivo com o acréscimo de 40% do valor do CD.

Como os acréscimos ao quadro docente serão feitos gradualmente, em seis exercícios, a partir de 2004, também os acréscimos à folha de salários serão graduais. Calcula-se que, em 2004, somarão R\$1.035.339 (um milhão, trinta e cinco mil, trezentos e trinta e nove reais) e que, em 2009, atingirão R\$4.549.694 (quatro

milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais).

Por conseguinte, a repercussão financeira anual da implantação da universidade, no que respeita ao quadro de professores e à criação de CD e FG, é estimada em R\$1.560.481 (um milhão, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e oitenta e um reais), para 2004, devendo chegar, em 2009, a R\$5.074.836 (cinco milhões, setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais).

Acreditamos, Senhor Presidente, que a criação da UNIFAL-MG trará grandes benefícios para Alfenas e sua região. Ampliará a oferta de ensino superior à população e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à prosperidade e ao bem-estar da população.

Respeitosamente, – **Tarso Fernando Herz Genro – Guido Mantega.**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Vide texto compilado

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2005

(Nº 4.955/2005, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da

Universidade Federal da Bahia – UFBA, criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946.

Parágrafo único. A UFRB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia.

Art. 2º A UFRB terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFRB, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta lei, do seu Estatuto e das demais normas pertinentes.

Parágrafo único. Até que seja aprovado seu Estatuto, a UFRB será regida pelo estatuto atual da UFBA, no que couber, e pela legislação federal.

Art. 4º Passam a integrar a UFRB, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis integrantes da Escola de Agronomia da UFBA.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFRB.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFRB os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento da Escola de Agronomia, na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação para redistribuição a UFRB:

I – os cargos de Reitor e de Vice-Reitor;

II – 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo I desta lei;

III – 134 (cento e trinta e quatro) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível, superior, conforme o Anexo II desta lei; e

IV – 698 (seiscentos e noventa e oito) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio, conforme o Anexo II desta lei.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se referem os incisos II a IV deste artigo as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e a Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, 59 (cinquenta e nove) cargos de Direção – CD e 200 (duzentas) Funções Gratificadas – FG, necessários para compor a estrutura regimental da UFRB,

sendo 1 (um) CD-1, 7 (sete) CD-2, 8 (oito) CD-3, 43 (quarenta e três) CD-4, 144 (cento e quarenta e quatro) FG-1, 7 (sete) FG-2, 48 (quarenta e oito) FG-4 e 1 (um) FG-5.

§ 3º Para o ano de 2005, serão providos apenas os seguintes cargos, necessários à fase inicial de implantação da Universidade: 1 (um) CD-1, 7 (sete) CD-2, 4 (quatro) CD-3, 14 (quatorze) CD-4, 27 (vinte e sete) FG-1, 3 (três) FG2 e 10 (dez) FG-4.

Art. 7º A administração superior da UFRB será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Conselho Universitário, no limite de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFRB.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, substituirá o Reitor em suas faltas e impedimentos legais ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UFRB disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFRB será constituído por:

I – saldos orçamentários transferidos da UFBA para a UFRB, observadas as mesmas categorias de programação e mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, por subtítulo, modalidade de aplicação, fonte de recursos, identificadores de uso e de resultado primário e por grupos de despesa orçamentária, nos exercícios em que a UFRB não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II – bens e direitos que a UFPE vier a adquirir ou incorporar;

III – doações ou legados que receber; e

IV – incorporações que resultem de serviços realizados pela UFPB, observados os limites da legislação de regência.

Parágrafo único. Os bens e os direitos da UFRB serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, salvo nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFRB serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais, observada a regulamentação a respeito;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a sua finalidade, nos termos do estatuto e regimento interno; e

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFRB fica sujeita à existência de dotação específica no Orçamento Geral da União.

Art. 10. A implantação das atividades e o consequente início do exercício contábil e fiscal da UFRB deverão coincidir com o 1º (primeiro) dia útil do ano civil subsequente à publicação desta Lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da UFRB para a UFRB, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que a UFRB não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal; e

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não for efetivada a transferência autorizada na forma do inciso I do **caput** deste artigo, correrão à conta dos recursos constantes no orçamento da União destinados à UFBA as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessários ao funcionamento da UFRB.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFRB, na forma de seu estatuto, os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos, **pro tempore**, pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 13. A UFRB encaminhará sua proposta estatutária ao Ministério da Educação para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I**QUADRO DE PESSOAL EFETIVO - DOCENTE**

CLASSE	QUANTITATIVO
AUXILIAR I	20
ASSISTENTE I	140
ADJUNTO I	238
TITULAR	46
TOTAL	444

ANEXO II**CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

NÍVEL SUPERIOR - NS	QUANTIDADE
Técnico em Administração	63
Secretária	12
Técnico em Informática	2
Advogado	7
Jornalista	1
Técnico de Laboratório	18
Engenheiro Agrônomo	8
Técnico em Assuntos Estudantis	13
Assistente Social	2
Engenheiro Mecânico	1
Engenheiro Civil	1
Bioquímico	4
Nutricionista	2
TOTAL	134

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - NI	QUANTIDADE
Assistente em Administração	412
Técnico em Laboratório	85
Auxiliar de Laboratório	48
Secretária	49
Auxiliar Agropecuário	65
Técnico em Agronomia	35
Operador de Máquina Agrícola	04
TOTAL	698

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.955, DE 2005

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta::

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, desde abril de 1946.

Parágrafo único. A UFRB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia.

Art. 2º A UFRB terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFRB, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu estatuto e das demais normas pertinentes.

Parágrafo único. Até que seja aprovado seu estatuto, a UFRB será regida pelo estatuto atual da UFBA, no que couber, e pela legislação federal.

Art. 4º Passam a integrar a UFRB, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis integrantes da Escola de Agronomia da UFBA.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFRB.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFRB os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento da Escola de Agronomia, na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição à UFRB:

I – os cargos de Reitor e de Vice-Reitor:

II – quatrocentos e quarenta e quatro cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo I desta Lei;

III – cento e trinta e quatro cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior, conforme o Anexo II desta Lei; e

IV – seiscentos e noventa e oito cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio, conforme o Anexo II desta Lei.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se refere os incisos II a IV deste artigo as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e a Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, cinquenta e nove cargos de Direção – CD e duzentas Funções Gratificadas – FG, necessários para compor a estrutura regimental da UFRB, sendo: um CD-I; sete CD-2; oito CD-3; quarenta e três CD-4; cento e quarenta e quatro FG-1; sete FG – 2: quarenta e oito FG-4; e uma FG-5.

§ 3º Para o ano de 2005, serão providos apenas os seguintes cargos, necessários à fase inicial de implantação da Universidade: um CD-1; sete CD-2; quatro CD-3; quatorze CD-4; vinte e sete FG-1; três FG-2; e dez FG-4.

Art. 7º A administração superior da UFRB será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Conselho Universitário, no limite de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento geral.

§ 1º A presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFRB.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 5.540, de 1968, substituirá o Reitor em suas faltas e impedimentos legais ou temporários.

§ 3º O estatuto da UFRB disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFRB será constituído por:

I – saldos orçamentários transferidos da UFBA para a UFRB, observadas as mesmas categorias de programação e mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, por subtítulo, modalidade de aplicação, fonte de recursos, identificadores de uso e de resultado primário e por grupos de despesa orçamentária, nos exercícios em que a UFRB não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal:

II – bens e direitos que a UFRB vier a adquirir ou incorporar:

III – doações ou legados que receber: e

IV – incorporações que resultem de serviços realizados pela UFRB, observados os limites da legislação de regência.

Parágrafo único. Os bens e os direitos da UFRB serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, salvo nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFRB serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos:

II – doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas:

III – recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais, observada a regulamentação a respeito:

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei:

V – receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a sua finalidade, nos termos do estatuto e regimento interno; e

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente.

Parágrafo único. A implantação da UFRB fica sujeita à existência de dotação específica no Orçamento Geral da União.

Art. 10. A implantação das atividades e o consequente início do exercício contábil e fiscal da UFRB deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil subsequente à publicação desta Lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da UFBA para a UFRB, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que a UFRB não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal; e

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não for efetivada a transferência autorizada na forma do inciso I, correrão à conta dos recursos constantes no orçamento da União destina-

dos à UFBA as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessários ao funcionamento da UFRB.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFRB, na forma de seu estatuto, os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão providos, **pro tempore**, pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 13. A UFRB encaminhará sua proposta estatutária ao Ministério da Educação para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação desta Lei.

Art. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO - DOCENTE

CLASSE	QUANTITATIVO
AUXILIAR I	20
ASSISTENTE I	140
ADJUNTO I	238
TITULAR	46
TOTAL	444

ANEXO II

CARGOS EFETIVOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

NÍVEL SUPERIOR (NS)	QUANTIDADE
Técnico em Administração	63
Secretária	12
Técnico em Informática	2
Advogado	7
Jornalista	1
Técnico de Laboratório	18
Engenheiro Agrônomo	8
Técnico em Assuntos Estudantis	13
Assistente Social	2
Engenheiro Mecânico	1
Engenheiro Civil	1
Bioquímico	4
Nutricionista	2
TOTAL	134

NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NI)	QUANTIDADE
Assistente em Administração	412
Técnico em Laboratório	85
Auxiliar de Laboratório	48
Secretária	49
Auxiliar Agropecuário	65
Técnico em Agronomia	35
Operador de Máquina Agrícola	04
TOTAL	698

MENSAGEM Nº 152, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências”.

Brasília, 18 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

E.M.I. Nº 086

Brasília, 20 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que cria a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, com sede na cidade de Cruz das Almas, Estado da Bahia.

2. A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia, promovendo a inclusão social, são objetivos centrais do governo federal e foco do debate sobre a reforma universitária. O desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, com a criação de uma universidade pública, localizada na costa nordestina do Estado, atenderá não só a esses propósitos, como também à demanda de uma região com economia e cultura peculiares. Foi no entorno da Baía de Todos os Santos que se constituiu histórica, social e economicamente a região hoje conhecida como Recôncavo Baiano, área tradicionalmente ocupada pela lavoura cacaueteira, açucareira e pela cultura do fumo. A modernização do Recôncavo e da Capital, Salvador, ocorreu somente a partir da descoberta e exploração do petróleo, marco de ruptura dos antigos padrões de comportamento, poder e relações na sociedade baiana. A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia significará mais que um novo impulso para essa modernização: resgatará, nessa região historicamente marcada pelo comércio de escravos, e hoje densamente povoada, todo um rico acervo de tradições culturais e bens patrimoniais.

3. A Escola de Agronomia, a ser desmembrada, tem suas raízes no Imperial Instituto Baiano de Agricultura, criado em 1859 e instalado no município de São Francisco do Conde. Somente a partir de 1967 passou a fazer parte integrante da estrutura jurídica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nos últimos 5 (cinco) anos, a Escola formou cerca de 700 (setecentos) alunos no curso de graduação em Agronomia,

numa média de 120 alunos/ano. Encontram-se ainda em tramitação, no Conselho Universitário da UFBA, os processos de implantação dos cursos de Zootecnia e Engenharia Florestal. Desde 1979, a Escola atua na área de pós-graduação: conta atualmente com 72 estudantes matriculados e já teve 253 teses e dissertações defendidas. Recentemente, foi aprovada a criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável.

4. O corpo docente da Escola de Agronomia é composto por 68 professores efetivos e 88 servidores técnico-administrativos, distribuídos em cinco departamentos. O patrimônio físico da Escola, avaliado em R\$ 20 milhões, compreende uma área de 1.600 hectares com quatro edificações com salas de aula e laboratórios, uma vila com 22 residências de professores, três alojamentos para estudantes, além das demais instalações necessárias ao seu funcionamento.

5. O modelo institucional e acadêmico a ser adotado para a implantação da UFRB será **multi-campi**, o que permitirá a exploração do potencial sócio-ambiental de cada subespaço do Recôncavo Baiano, servindo, ao mesmo tempo, de pólo integrador desses subterritórios. A implantação dos **campi** será efetivada de forma modular, em quatro anos, nos municípios de Cruz das Almas -sede da nova universidade -, Amargosa, Cachoeira, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e Valença. Com a implantação da UFRB, serão criados 30 novos cursos de Graduação, que atenderão a 2.400 alunos/ano. O quadro de pessoal previsto para a Universidade compõe-se de 444 docentes, 134 funcionários administrativos de nível superior e 698 técnico-administrativos de nível médio.

6. A estrutura organizacional proposta assemelha-se às estruturas organizacionais de diversas universidades públicas federais e estaduais. Deverão ser criados os Cargos de Direção e Funções Gratificadas necessários para compor o quadro de pessoal, quais sejam: um CD-I, sete CD-2, oito CD-3, quarenta e três CD-4, cento e quarenta e quatro FG-1, sete FG-2, quarenta e oito FG-4 e uma FG5. Para o ano de 2005 deverão ser providos apenas os seguintes cargos, a partir do mês de agosto: um CD-1, sete CD-2, quatro CD-3, quatorze CD-4, vinte e sete FG-I, três FG-2 e dez FG-4, necessários ao início da implantação da Universidade.

7. A repercussão financeira anual quando da plena implantação da Universidade, referente a pessoal e custeio, está estimada na ordem de R\$49.131.935,85 (quarenta e nove milhões, cento e trinta e hum mil, novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). Durante a fase de

implantação, que terá a duração de quatro anos, o valor estimado para o primeiro ano é da ordem de R\$10.600.482,90 (dez milhões, seiscentos mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos); para o segundo ano é de R\$25.077.514,40 (vinte e cinco milhões, setenta e sete mil, quinhentos e quatorze reais e quarenta centavos); para o terceiro ano é de R\$37.076.635,81 (trinta e sete milhões, setenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e hum centavos); e para o quarto ano é de R\$49.131.935,85 (quarenta e nove milhões, cento e trinta e hum mil, novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

8. Acreditamos, Senhor Presidente, que a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia trará efetivos benefícios para a Região do Recôncavo Baiano: ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de aproximadamente 900 mil habitantes da região, além dos interessados vindos de outras regiões do Estado da Bahia e do País.

Respeitosamente, – **Tarso Fernando Herz Genro – Nelson Machado.**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

LEI Nº 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI Nº 10.302, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

Dispõe sobre os vencimentos dos servidores que menciona das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2005

(Nº 4.819/2003, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-Arido – UFERSA-RN e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA-RN, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, incorporada à Rede Federal de Ensino Superior pelo Decreto-Lei nº 1.036, de 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. A UFERSA, autarquia especial, vinculada ao Ministério da Educação, tem sede e foro na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A Ufersa tem por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Ufersa, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Interno e das normas pertinentes.

Parágrafo único. Até que seja aprovado seu Estatuto, a Ufersa será regida pelo Estatuto da Esam, no que couber, e pela legislação federal.

Art. 4º Passam a integrar a Ufersa, independentemente de qualquer formalidade, as unidades de ensino que, na data de vigência desta Lei, compuserem a Esam, bem como os cursos, de todos os níveis, que a instituição estiver ministrando na mesma data.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam a integrar o corpo discente da UFERSA, independentemente de adaptação ou do cumprimento de qualquer outra exigência formal.

Art. 5º A administração superior da Ufersa será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e pelo Conselho Universitário, no âmbito das respecti-

vas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Interno.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da Ufersa.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais.

§ 3º O Estatuto da Ufersa disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 6º O patrimônio da Ufersa será constituído:

I – pelos bens e direitos que atualmente integrem o patrimônio da Esam, os quais ficam automaticamente transferidos à Ufersa;

II – pelos bens e direitos que a Ufersa vier a adquirir ou incorporar;

III – pelas doações ou legados que receber; e

IV – por incorporações que resultarem de serviços realizados pela Ufersa.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Ufersa serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, vedada a alienação, salvo nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 7º Os recursos financeiros da UFERSA serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

II – auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – remuneração por serviços prestados decorrentes de acordos e contratos de assistência técnica;

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir os saldos orçamentários da Esam para a Ufersa, observadas as mesmas categorias de programação e mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, por subtítulo, modalidade de aplicação, fonte de recursos, identificadores de uso e de resultado primário e por grupos de despesas; e

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Até a transferência autorizada no inciso I do **caput** deste artigo, as despesas de

pessoal e encargos, custeio e capital necessários ao funcionamento da UFERSA correrão à conta dos recursos destinados à ESAM, constantes do Orçamento da União.

Art. 9º Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFERSA, na forma de seu estatuto, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore** por ato do Ministro de Estado da Educação.

Art. 10. Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação os seguintes cargos:

I – de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido;

II – 8 (oito) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior;

III – 7 (sete) cargos de técnico-administrativo de nível superior;

IV – 10 (dez) cargos de técnico-administrativo de nível médio,

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se refere o **caput** deste artigo as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os Cargos de Direção – CD e Funções Gratificadas – FG necessários para compor a estrutura regimental da UFERSA, em número de 6 (seis) CDs e 17 (dezessete) FGs, sendo (um) CD-1, 5 (cinco) CD-3, 7 (sete) FG-1, 1 (uma) FG-4 e 9 (nove) FG-5.

§ 3º Ficam redistribuídos para a UFERSA todos os cargos, ocupados e vagos, que na data de publicação desta Lei estiverem alocados no quadro de pessoal da ESAM.

Art. 11. Ficam extintos, no âmbito da ESAM, os cargos de Diretor-Geral e de Vice-Diretor, bem como os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG nos seguintes níveis e quantitativos: 4 (quatro) CD-4, 4 (quatro) FG-6; e 4 (quatro) FG-7.

Art. 12. A UFERSA submeterá à aprovação do Ministro de Estado da Educação proposta de Estatuto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.819, DE 2005

Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – RN e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – RN, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, incorporada à Rede Federal de Ensino Superior, pelo Decreto-Lei nº 1.036, de 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. A UFERSA, autarquia especial, vinculada ao Ministério da Educação, tem sede e foro na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A UFERSA tem por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFERSA, observado o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Interno e das normas pertinentes.

Parágrafo único. Até que seja aprovado seu Estatuto, a UFERSA será regida pelo Estatuto da ESAM, no que couber, e pela legislação federal.

Art. 4º Passam a integrar a UFERSA, independentemente de qualquer formalidade, as unidades de ensino que, na data de vigência desta Lei, compuserem a ESAM, bem como os cursos, de todos os níveis, que a Instituição estiver ministrando na mesma data.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam a integrar o corpo discente da UFERSA, independentemente de adaptação ou do cumprimento de qualquer outra exigência formal.

Art. 5º A administração superior da UFERSA será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e pelo Conselho Universitário, no âmbito das respectivas competências a serem definidas no Estatuto e no Regimento Interno.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFERSA.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais.

§ 3º O Estatuto da Ufersa disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 6º O patrimônio da Ufersa será constituído:

I – pelos bens e direitos que atualmente integrem o patrimônio da ESAM, os quais ficam automaticamente transferidos à Ufersa;

II – pelos bens e direitos que a UFERSA vier a adquirir ou incorporar;

III – pelas doações ou legados que receber; e

IV – por incorporações que resultarem de serviços realizados pela Ufersa.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Ufersa serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, vedada a alienação, salvo nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 7º Os recursos financeiros da Ufersa serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

II – auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – remuneração por serviços prestados decorrentes de acordos e contratos de assistência técnica;

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância à legislação pertinente.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir os saldos orçamentários da ESAM para a Ufersa, observadas as mesmas categorias de programação e mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, por subtítulo, modalidade de aplicação, fonte de recursos, identificadores de uso e de resultado primário e por grupos de despesas; e

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessários ao cumprimento do disposto nesta lei.

Parágrafo único. Até a transferência autorizada no inciso I deste artigo, as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessárias ao funcionamento da Ufersa correrão à conta dos recursos destinados a ESAM, constantes do Orçamento da União.

Art. 9º Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Ufersa, na forma de seu estatuto, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore** por ato do Ministro de Estado da Educação.

Art. 10. Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação os seguintes cargos:

I – de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido;

II – oito cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior;

III – sete cargos de técnico-administrativos de nível superior;

IV – dez cargos de técnico-administrativos de nível médio.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se refere o **caput** as disposições do Plano Único de Classificação e retribuição de cargos e empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal os Cargos de Direção – CD e Funções Gratificadas – FG necessários para compor a estrutura regimental da Ufersa, em número de seis CD e dezesete FG, sendo um CD-1; cinco CD-3; sete FG-1, um FG-4 e nove FG-5.

§ 3º Ficam redistribuídos para a Ufersa todos os cargos, ocupados e vagos, que na data de publicação desta lei estiverem alocados no quadro de Pessoal da ESAM.

Art. 11. Ficam extintos, no âmbito da ESAM, os cargos de Diretor-Geral e de Vice-Diretor, bem como os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG nos seguintes níveis e quantitativos: quatro CD-4; quatro FG-6; e quatro FG-7;

Art. 12. A Ufersa submeterá à aprovação do Ministro de Estado da Educação proposta de Estatuto, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 99, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa-RN e dá outras providências”.

Brasília, 18 de fevereiro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EMI Nº 36

Brasília, 17 de junho de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o Anexo Projeto de Lei que transforma a Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM em Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa – RN, de natureza autárquica e sede na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte.

A ESAM é uma das instituições de ensino de ciências agrárias mais respeitadas do país, sendo a única incrustada em área caracterizada como parte do

semi-árido nordestino. Este fato lhe dá a responsabilidade de buscar realizar uma instituição universitária voltada nos seus segmentos de pesquisa, ensino e extensão, para construir um saber relacionado com as soluções dos principais problemas que continuam prejudicando o agronegócio da região;

Inicialmente criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, por meio do Decreto nº 3/67, de 18 de abril de 1967, e inaugurada em 22 de dezembro do mesmo ano, a ESAM teve, na sua fase de implantação, como entidade mantenedora, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Foi incorporada à Rede Federal de Ensino Superior, como autarquia em regime especial, em 1969, dois anos após sua criação, por meio do Decreto-Lei nº 1.036, de 21 de outubro de 1969.

A ESAM oferece atualmente quatro cursos de graduação: Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia e Engenharia – habilitação agrícola. Dois outros cursos de graduação, Engenharia da Pesca e Engenharia Ambiental, estão em fase adiantada de planejamento e contam com o apoio do Ministério da Educação para entrar em funcionamento a partir do primeiro semestre de 2006. Oferece, também, cinco cursos de pós-graduação **lato sensu**: Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais, Bovinocultura, Agronegócio, Irrigação e Drenagem e Carcinicultura, um curso de mestrado e um curso de doutorado em Agronomia: Fitotecnia, autorizados pela Capes/MEC e avaliados com o conceito “4” de acordo com a última avaliação da pós-graduação nacional.

Desde a sua criação em 1967, a ESAM tem no ensino de graduação a marca maior de sua relação com a comunidade de Mossoró e regional. Com o passar do tempo, essa tradição tem sido alterada, na medida em que se consolidam a pesquisa acadêmica e a implantação de programas de pós-graduação. Entretanto, não se perdeu de vista a importância dos cursos de graduação, pois, se por um lado a pesquisa é sua grande fonte alimentadora, de outro, é a graduação que possibilita a ampliação do quadro de pesquisadores, numa relação simbiótica de mútua interação.

A política de graduação desenvolvida procurou fortalecer a relação da ESAM com a sociedade, com o compromisso do aperfeiçoamento do processo de formação profissional, a valorização da docência, a ampliação da oferta de vagas e a melhoria das condições do ensino, da pesquisa e da extensão.

Além de cumprir com os objetivos de ensino, pesquisa e extensão, a ESAM coloca-se também a serviço do progresso e das aspirações da coletividade, segundo os princípios de liberdade, justiça e respeito aos direitos e valores humanos. Esta dimensão pública das instituições de ensino superior se efetiva

simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica.

Para cumprir o seu papel a ESAM contava, na data de apresentação do projeto, com 59 professores no seu quadro efetivo, todos com dedicação exclusiva. Destes 33,9% são doutores, 57,63% são mestres, 6,78% especialistas e 1,69% com aperfeiçoamento. O corpo técnico-administrativo era composto por 194 servidores, distribuídos em três categorias distintas, sendo 35, 110 e 57, respectivamente, de nível superior, intermediário e apoio. Dentre os servidores de nível superior, muitos apresentam título de especialistas e mestres, sendo dois detentores do título de doutor.

O crescimento do corpo discente tem sido notável em virtude da credibilidade na instituição, ampliação da área de influência, aumento do número de vagas, ampliação da estrutura curricular, criação dos cursos de especialização e mestrado. Hoje a Escola conta com 909 alunos, sendo 644 de graduação em Agronomia, 247 de graduação em Medicina Veterinária e 18 de pós-graduação, em nível de Mestrado (CAE, 2002), além de 33 alunos matriculados no curso de Especialização em Clínica e Cirurgia em Pequenos Animais, do Departamento de Medicina Veterinária.

O Índice de Qualificação do Corpo Docente – (IQCD) da ESAM, cujo intervalo de variação é de 1 a 5, é 3,6, considerado entre os melhores das IFES do País.

O Grau de Envolvimento na Pós-Graduação (GEPG) da ESAM é de 3,58% e o conceito CAPES, que indica anualmente a qualidade dos cursos de pós-graduação, do mestrado da ESAM recebeu nota geral 8,2, equivalente ao conceito 4 (bom), semelhante ao conceito obtido por universidades tradicionais do País, o que a credencia para a instalação de um curso de doutorado na área de Agronomia.

A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), que é obtida por meio da relação entre o número de diplomas e o número total de ingressantes é de 32,86% (dados de 2001) e a relação aluno/doutor, cujo cenário ideal dentro dos padrões internacionais é de 30, na ESAM é 44,55 e, se computados os professores que estão cursando doutorado, esta relação cai para 27,85, inferior aos padrões internacionais.

A transformação da ESAM em universidade faz parte de uma estratégia para assegurar a continuidade do dinamismo da Região do Semi-Árido, uma vez que atinge todos os municípios da microrregião salineira, além das áreas de grandes projetos de irrigação, tais como: Baixo-Açu, Chapada do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte, Baixo Banabuiú, Médio Jaguaribe e Região do Cariri, no Estado do Ceará. Caber-lhe-á intensificar a formação de recursos

humanos para o desempenho das múltiplas tarefas que o desenvolvimento requer, investir em pesquisas orientadas para ganhos de produtividade e a solução de problemas que possam entravar o crescimento. Deverá pôr o conhecimento ao alcance e a serviço da sociedade.

A ESAM quer ser uma instituição que, além das respostas às questões da comunidade, estabeleça uma dinâmica interna que signifique uma evolução na administração universitária, de modo a consagrar a idéia de universidade do saber, especialmente voltada para a área das ciências agrárias.

A elevação da Instituição à condição de Universidade não requererá acréscimos a sua estrutura física, necessitando de aumento do quadro de pessoal em 8 professores doutores, 7 técnicos administrativos nível superior e 10 técnicos administrativos nível intermediário.

A estrutura prevista para o funcionamento da nova Universidade implica a criação de novos cargos de direção, sendo 1 CD-I, 5 CD-3, 7 FG-I, 1 FG-4, 9 FG-5, sendo que a instituição oferece como contrapartida a extinção de 4 CD-4, 4 EG-6 e 4 FG-7.

O aumento das despesas de pessoal com a criação dos novos cargos docentes e técnico-administrativos, além daquelas relativas à nova estrutura de CD e FG estão previstas para um total de R\$800 mil por ano. Essa estimativa assenta-se no pressuposto de que todos os ocupantes de CD optarão pela remuneração do cargo. Deve ser observado, entretanto, que a prática revela que, na maior parte dos casos, os servidores preferem manter o salário do cargo efetivo com o acréscimo de 65% do valor do CD.

Acredita-se, Senhor Presidente, que a criação da UFRSA-RN trará grandes benefícios para Mossoró e região. Ampliará a oferta de ensino superior à população e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à prosperidade e ao bem-estar da população.

Respeitosamente, – **Tarso Fernando Herz Genro – Nelson Machado.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....
LEI Nº 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-Lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI Nº 9.192, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 56, 58 a 61, de 2005**, que acabam de ser lidos, vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2005**, que acaba de ser lido, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, onde somente poderá receber emendas perante a primeira Comissão, pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo com o art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, findo o qual, sendo apresentadas emendas, as mesmas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no Diário do Senado Federal e em avulsos para serem distribuídos às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que constatou a existência de inexatidão material no texto final do **Projeto de Resolução nº 47, de 2005**, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sem que houvesse interposição do recurso para apreciação pelo Plenário, nos termos do art. 91, §5º, do Regimento Interno.

O prazo para interposição do referido recurso encerrou-se no dia 23 de junho último e a matéria foi promulgada no dia 28 do mesmo mês, dando origem à **Resolução nº 38, de 2005**.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência, em observância ao disposto no inciso II do art. 325 do Regimento Interno, determinou a republicação do texto final da matéria a fim de registrar corretamente a referência às leis objeto de suspensão, para constar “Lei Municipal nº 1.513” e “Lei Municipal nº 691”, em

substituição às expressões “Lei Estadual nº 1.513” e “Lei Estadual nº 691”.

A Presidência determina que sejam confeccionados novos autógrafos da matéria e republicada a **Resolução nº 38, de 2005**.

É o seguinte o texto final republicado:

TEXTO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 2005

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos dos arts. 48, item 28, e 91, item 2, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Suspende a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro de 1989, que alterou a redação do art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, ambas do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro de 1989, que alterou a redação do art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, ambas do Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 200.324-7 – Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2005** (nº 1.471/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 61, de 2005**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal com o objetivo de dar nova disciplina à Hora do Expediente*; e
- **Projeto de Resolução nº 62, de 2005**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *altera o inciso V do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, para limitar o encaminhamento de votação ao autor, relator ou autor de emenda à proposição*.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, projetos que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2005

Disciplina o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional.

Art. 2º Fica vedado o uso de cassetete de madeira, assim como a condução de espadas, sabres, lanças e armas congêneres, salvo, no último caso, em solenidades, manifestações festivas, comemorativas ou equivalentes.

Art. 3º Os agentes de segurança pública poderão fazer uso, em suas atividades regulares, de cassetete de borracha ou elétrico, de baixa amperagem, de forma suficiente e necessária para garantir a ordem pública e inibir agressões.

Art. 4º Os órgãos policiais manterão livro especial para o registro das situações em que tenham sucedido lesões corporais graves em decorrência do uso de cassetete por agentes de segurança pública, com a indicação do motivo, lavrando-se o termo respectivo, o qual será assinado pela autoridade competente, devendo cópia do mesmo ser juntada aos autos do inquérito policial ou processo judicial resultante.

Art. 5º Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juizes ou tribunais verificarem a existência de abuso ou irregularidade no emprego dos equipamentos referidos no artigo 2º, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários para a apuração da responsabilidade penal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

É cediço que o uso da violência (da coação arbitrária, ilegal, ilegítima, e muitas vezes amadora) estará sempre vedado ao agente do Estado, sobretudo o policial. Já a força, ato discricionário, legal e legítimo, se proporcional ao agravo – sob pena de se convolar em violência -, ainda que intensa, é deferida a todos os agentes de segurança pública em dadas circunstâncias fáticas.

O uso comedido da força – proporcional, ou seja, suficiente e necessário, sem excessos – é inerente ao trabalho do policial, para que, com tranquilidade jurídica, possa exercer suas funções de preservação da ordem pública. O uso legítimo da força, direito exclusivo do Estado, não se confunde com violência. Com efeito, a força legítima pode ser até mais intensa, mais austera e, mesmo assim, mais facilmente aceita do que a menor das violências.

Rechazar manifestações civis à base de equipamentos dotados de extrema capacidade lesiva, tais como cassetetes de madeira e até espadas, como se deu, recentemente, diante do Congresso Nacional, quando um agrupamento de polícia montada da Polícia Militar repeliu manifestantes do Movimento Sem-Terra, está longe de ser admitido como emprego suficiente e necessário da força, constituindo-se, ao contrário, em verdadeiro ato de violência.

Tais excessos podem vir a configurar os crimes de abuso de poder (art. 350, IV, do Código Penal) e abuso de autoridade (arts. 3º e 4º da Lei nº 4.898, de 1965), ante a desproporção entre o agravo e a resposta. A gravidade de situações como essas poderia ser minimizada se as forças de segurança pública fossem dotadas de meios mais adequados ao cumprimento de seus deveres, dentre os quais, ressalte-se, o da preservação da incolumidade física das pessoas (art. 144, **caput**, da Constituição Federal).

É o objetivo do presente projeto de lei: conformar o uso dos meios de emprego da força pelos agentes de segurança pública. A vedação da condução de espadas, sobres, lanças e afins por esses milicianos, salvo os casos que especifica (solenidades, manifestações festivas etc.) ou, ainda, a substituição de cassetetes de madeira por cassetetes de borracha rígida ou elétricos (dotados de baixa amperagem, que não causem danos físicos), contribuirá, sobremodo, para a redução de ocorrências graves, como a citada, e melhor atenderá às exigências constitucionais de preservação da incolumidade física das pessoas envolvidas.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
 - II – polícia rodoviária federal;
 - III – polícia ferroviária federal;
 - IV – polícias civis;
 - V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.
-

LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 3º Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- a) à liberdade de locomoção;
- b) à inviolabilidade do domicílio;
- c) ao sigilo da correspondência;
- d) à liberdade de consciência e de crença;
- e) ao livre exercício do culto religioso;
- f) à liberdade de associação;
- g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;
- h) ao direito de reunião;
- i) à incolumidade física do indivíduo.

Art. 4º Constitui também Abuso de autoridade:

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
- c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;
- e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;

f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie, quer quanto ao seu valor;

g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;

h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal

.....

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2005

Acrescenta parágrafos ao art. 12 e um artigo 23-A à Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (“Lei de Imprensa”), para disciplinar divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

.....
§ 2º Os meios de comunicação e divulgação referidos no § 1º deverão, previamente à publicação de notícia que impute a prática de condutas tipificadas como ilícito administrativo, civil, penal ou com repercussão negativa sobre a dignidade de alguém:

I – proceder à criteriosa investigação de sua veracidade, bem como da autenticidade dos documentos que porventura lhes sirvam de base;

II – levá-la ao conhecimento daqueles a quem ela se refira, dando oportunidade de manifestação, em tempo hábil antes de sua veiculação.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 5.250, de 1967, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 23-A. As penas cominadas nos artigos 20 a 22 aumentam-se de um terço, quando os crimes forem praticados com inobservância do disposto no § 2º do artigo 12.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

No processo de redemocratização e de elaboração do texto constitucional de 1988, uma das maiores preocupações foi a de remover tudo aquilo que representasse o chamado “entulho autoritário”.

Nesse contexto se explica a ampla liberdade de informação consagrada pela Carta Política, que, em diversos dispositivos, além de assegurá-la, rechaça incisivamente a censura, de que são exemplo os artigos 5º, IX e XIV, e 220, §§ 1º e 2º.

Entanto, muitos meios de comunicação têm confundido essa ampla liberdade com uma verdadeira permissividade, o que – a toda evidência – não foi o objetivo do constituinte de 1988. E tanto não foi, que o já citado art. 220 da Constituição, em seu § 1º, condicionou a liberdade jornalística à observância do disposto no art. 5º IV, V, X, XIII e XIV da Carta. Assim, no exercício do direito de comunicar não se permite, por exemplo, o anonimato, tampouco a violação da intimidade, da vida privada, da honra ou da imagem.

Deve se ter em vista, ainda, que o direito de inviolabilidade previsto no inciso X, do artigo 5º, encontra-se inserido dentro do conceito de “dignidade da pessoa humana”, à qual José Afonso da Silva, com a mestria que lhe é peculiar, se refere como sendo “... um valor supremo, que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem,” (Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros, 23ª ed, p. 105).

Dessa forma o direito à preservação da dignidade encontra-se textualizado no lugar mais alto e nobre da hierarquia dos ordenamentos jurídicos (“Título I – Dos Princípios Fundamentais”), devendo orientar a interpretação e aplicação não só da legislação infraconstitucional, mas, também, das próprias regras constitucionais.

Se a liberdade de expressão constitui um direito fundamental, não menos o é o direito à preservação da dignidade – “Princípio Fundamental” e fundamento do Estado democrático de direito –, não sendo legítimo concluir pelo aniquilamento deste sob a alegação de defesa daquele.

Contudo, ainda que estivéssemos diante de um conflito entre normas constitucionais da mesma expressão, o que se concebe apenas para ilustrar o debate, ensina a boa doutrina constitucional, que no caso dessas colisões entre direitos fundamentais, deve-se, o quanto possível, procurar a sua harmonização, evitando-se, mediante concessões recíprocas, que o exercício de um importe em ofensa ao núcleo essencial ou sacrifício total do outro.

A esse respeito, merece registro um dos casos mais emblemáticos do quanto a ausência de limites ao exercício da liberdade de expressão pode ser perniciosa a outros direitos de igual dignidade talvez seja o da Escola Base em São Paulo, ocorrido em 1994, quando os seus proprietários foram acusados de abuso sexual dos alunos, sendo mais tarde provado que eram inocentes. Como se sabe, muitos veículos de comunicação se apressaram em condená-los perante a opinião pública e, por sorte, não se deu o linchamento dos suspeitos. O físico felizmente não ocorreu, o mesmo não se podendo dizer do linchamento moral, uma vez que eles tiveram sua vida, sua reputação, seus negócios arruinados. Trata-se de algo que o dinheiro de indenização alguma recupera. Poderíamos citar ainda o caso do ex-deputado Ibsen Pinheiro e muitos outros. Exemplos, decerto, não nos faltam.

Demais disso, como reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, nenhum direito ou garantia constitucional é absoluto a ponto de se tornar imune a toda e qualquer limitação, ainda que seja para garantir a eficácia de outros direitos de igual estatura. Consoante decidido pela Corte no julgamento do **Habeas Corpus** nº 82.424, em 17 de setembro de 2003, a liberdade de expressão constitui uma garantia constitucional que não se reveste de caráter absoluto, “não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal”.

Ante esse quadro, e como tentativa de assegurar o cumprimento efetivo da Constituição, uma vez que não se pode legitimamente defender a superioridade do direito à liberdade de expressão em relação ao direito à dignidade da pessoa humana, é apresentado o presente projeto de lei. A proposição se destina a alterar a Lei nº 5.250, de 1967 (Lei de Imprensa), respeitando o núcleo essencial da liberdade de informação jornalística e sem prever qualquer medida que possa se assemelhar a alguma espécie de censura. Para tanto, acrescenta parágrafo ao art. 12 da lei, estipulando deverem os meios de comunicação adotar as seguintes medidas prévias, sempre que publicarem notícias que consistam na imputação de um crime, ilícito civil ou administrativo, ou mesmo outro fato com repercussão negativa sobre a reputação de uma pessoa: (i) criteriosa investigação da veracidade das informações e da autenticidade dos elementos em que porventura elas se basearem; (ii) comunicação aos envolvidos, com antecedência da

publicação, com oportunidade para se manifestarem. Além disso, é acrescido à lei o art. 23-A, para determinar que a pena dos crimes contra a honra seja aumentada de um terço quando não observadas as novas prescrições do art. 12.

Convém notar que as modificações sugeridas não tocam na questão do direito à publicação em si das matérias jornalísticas. Apenas prevêem algumas medidas prévias que sequer necessitariam ser positivadas, caso não fosse tão recorrente a demonstração de irresponsabilidade que alguns desses profissionais demonstram no trato de informações que coletam e/ou recebem, algumas até anônimas.

O mínimo que se pode esperar, antes da publicação de uma notícia lesiva à honra das pessoas, é a averiguação da consistência, seriedade e idoneidade das informações e elementos que a fundamentam, bem como a oitiva do que o implicado tem a dizer sobre elas, até mesmo em homenagem a princípios básicos de justiça. Como assinala Jayme Weingartner Neto, com apoio nas lições do grande penalista português Manuel da Costa Andrade:

“A imputação de um fato desonroso com menção expressa de identidade e nome deve antes assegurar ao interessado a oportunidade de oferecer a sua versão e interpretação dos fatos, bem como é de se reconhecer limiares mínimos de prova e de plausibilidade, abaixo dos quais o jornalista deve adiar ou omitir a publicação [...]”

Na mesma linha poderíamos citar o Acórdão nº 130.595, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que, em ação cível na qual se discutia a colisão entre o direito à honra e a liberdade de informação, decidiu se revelar “evidente a falta de razoabilidade quando não se averigua, antes da veiculação da notícia, a fidedignidade de sua fonte, restando, em consequência, evidente a obrigação de indenizar os danos morais.”

Dessa forma, acreditando que as inovações preconizadas contribuirão para coibir que a sagrada liberdade de expressão seja utilizada como pálio para práticas atentatórias de princípios fundamentais consagrados pela Lei Maior, prestigiando os bons profissionais e órgãos de imprensa, e que espera o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º E vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

Art. 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos.

Art. 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena: Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários mínimos da região.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa.

§ 2º Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

§ 3º Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos.

Art. 21. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena: Detenção, de 3 (três) a 18 (dezoito) meses, e multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

§ 1º A exceção da verdade somente se admite:

a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções, ou contra órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública;

b) se o ofendido permite a prova.

§ 2º Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dele.

Art. 22. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decoro:

Pena: Detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

Parágrafo único. O juiz pode deixar de aplicar a pena:

a) quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

b) no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Art. 23. As penas cominadas dos arts. 20 a 22 aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I – contra o Presidente da República, Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Chefe de Estado ou Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos;

II – contra funcionário público, em razão de suas funções;

III – contra órgão ou autoridade que exerça função de autoridade pública.

(Às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo da última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Antes, registro, a inscrição dos Senadores Ney Suassuna e deste Presidente, para comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe sem prejuízo da ordem de inscrição. S. Exª terá dez minutos, mais cinco de prorrogação, se houver necessidade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, subo à tribuna, nesta tarde de hoje, para reclamar da ausência da rotulagem “contendo substâncias transgênicas” nas prateleiras de supermercado.

Na verdade, eu iria discorrer sobre a necessidade de que a lei se aplique no nosso País, incluindo aí as leis que dizem respeito ao uso de substância transgênica nos alimentos. Mas, quando vinha para cá, atravessando o corredor, encontrei um cidadão

que me perguntou: “E, agora, qual é a saída?”. E me falou sobre as malas apreendidas nas mãos de um Deputado do PFL; são cinco ou seis malas, apreendidas repletas de dinheiro.

É evidente que essa descoberta se associa a todas as denúncias, que se reproduzem a cada dia que passa, de malversação, de mal-uso, de dinheiro público. E, portanto, perguntou-me qual é a saída.

Olha, esse problema da corrupção é histórico. Vem desde Pedro Álvares Cabral, quando o escriba da frota pedia ao rei um emprego para um genro seu. E se reproduzem, são recorrentes, as denúncias de corrupção, até porque o Estado brasileiro é fechado. É um Estado que utiliza os recursos do cidadão, os recursos resultantes da contribuição do cidadão sem o conhecimento público.

Ora, qual a saída para este momento? A saída é uma profunda reflexão sobre o Estado brasileiro. E que se operem transformações, mas transformações que interessem, de fato, ao cidadão que mantém esse Estado funcionando, ao contribuinte que trabalha 12 meses por ano, que entrega cinco meses do seu trabalho às mãos do Estado e que não sabe o que é feito com essa dinheirama toda.

Assistimos, ao longo dos últimos anos, a partir de 1995, a um crescimento acentuado da carga tributária, no sentido de tentar cobrir os compromissos da dívida pública. O que ocorreu é que a dívida aumentou, ampliou-se a carga tributária, tirou-se dinheiro da renda familiar para poder pagar a dívida. Venderam-se os ativos, as empresas estatais foram privatizadas, e, apesar disso, a dívida pública continua crescendo.

Recentemente surge a idéia do Déficit Zero. Todos somos favoráveis ao Déficit Zero. E repito aqui que, como, Governador, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, zerei o déficit do meu Estado para poder planejar o desenvolvimento, para poder planejar a utilização do orçamento público.

Há muitas saídas, sim. A sociedade brasileira avançou, é uma sociedade democrática. As instituições estão firmes, mas submetidas a uma brutal desconfiança do cidadão contribuinte.

Eu volto a insistir, eu expliquei a esse cidadão, existem inúmeras saídas: a modernização da burocracia estatal, para a eliminação desse exército de cargos de confiança que provoca a descontinuidade das políticas públicas, das ações de Governo. Porque, quando um Governo chega, muda todo mundo, coloca seus afilhados, coloca seus cabos eleitorais para

governar, e nem sempre eles entendem as políticas públicas do Estado.

Por que não reproduzir, em todo o Estado brasileiro, seja na União, seja nos Estados federados ou nos Municípios a experiência bem sucedida do Ministério das Relações Exteriores? Ali todos crescem apenas por mérito. Só por concurso público podem ascender profissionalmente.

Ou seja, precisamos modernizar a burocracia estatal e acabar com esse exército de cargos de confiança que termina servindo a quem nomeia e não a sociedade a que deveria servir. Essa é uma questão que precisa urgência, e um projeto como esse tem que vir do Executivo, além, é claro, da necessidade da reforma política, sobre a qual já se manifestaram vários Senadores, vários Deputados.

Mas não basta uma ação. É preciso um conjunto de ações para que cheguemos, finalmente, a fazer as mudanças que atendam às manifestações populares.

E, por último, eu diria, precisamos dar transparência à ação pública, à ação do Estado. E essa transparência não é as prestações de contas. Essa transparência é fundamentalmente no uso do dinheiro. Não são as prestações de contas ou os demonstrativos de receitas e despesas que estamos acompanhando na Internet – o próprio Senado Federal já deu uma contribuição, criando o Sistema Integrado de Gerenciamento, o Siga Brasil; o Ministério da Justiça também está colocando nas suas páginas na Internet os demonstrativos de suas despesas; o Governo do Paraná colocou na Internet o demonstrativo de suas despesas, chegando até o empenho, falta que o Governador Requião mande abrir os empenhos.

O que queremos, na verdade – e o que eu entendo por transparência – é a necessidade de que as notas de empenho que são utilizados pelo Poder Público, municipal, estadual e federal, sejam disponibilizadas em tempo real; na hora da sua emissão, que essas notas de empenho cheguem à Internet e estejam disponíveis para a sociedade, como está fazendo o Ministério da Ciência e Tecnologia. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem disponíveis os empenhos de todas as suas despesas na Internet. Pude acompanhá-los. E acabo de fazer um telefonema para a Prefeita de Aquiraz, no Ceará, conversei longamente com S. Ex^a ainda há poucos minutos, porque vi na Internet o empenho de um convênio com a Prefeitura de Aquiraz para a construção de um laboratório de ecoturismo naquele município. Conversei com a Prefeita para saber em que pé estava

o projeto, e a Prefeita disse-me que está fazendo a licitação da obra. Sugerir a ela que colocasse aquele projeto na Internet, para que eu pudesse acompanhar daqui sem necessariamente ter que me deslocar ao Ceará ou ao Município de Aquiraz para fazer a auditoria desse recurso público, transferido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para a Prefeitura desse Município, para a construção de um laboratório de ecoturismo.

O que entendo por transparência é uma vitrine, que por trás dela está a ação dos governos, dos Tribunais de Contas, do Legislativo. Mas também o cidadão poderá ver, do outro lado da vitrine, como estão sendo gastos os recursos da sua contribuição, dos seus impostos.

O que nos permite acompanhar esses gastos? É o detalhamento das despesas. Insisto que, se detalharmos as despesas nas prefeituras, nos governos estaduais, na União Federal, de cada ministério, certamente vamos melhorar a produtividade desses órgãos públicos na aplicação das políticas, porque o cidadão poderá acompanhar da sua casa, de onde estiver por meio de um ponto de Internet. E nosso Ministério da Ciência e Tecnologia está criando algumas casas nas capitais onde o cidadão poderá ter acesso à Internet, por meio de computadores, para fazer acompanhamento dessas despesas.

Não é mais possível, em nome da ética – e penso que aqui já se discutiu muito a questão da confiança e da ética –, acreditarmos que as mudanças que possamos fazer em nossas instituições vão resolver esse distanciamento do cidadão, essa desconfiança que pesa sobre a cabeça de todos aqueles que são gestores de dinheiro público. Para encurtar, para diminuir essa desconfiança é necessário informação. E temos a Internet. Estou aqui com um equipamento fantástico pelo qual posso acessar as contas lá do meu Estado. Posso acompanhar todas as despesas porque todas estão na Internet. Posso acompanhar o detalhamento dessas despesas. Se eu posso acompanhar daqui, imagine o morador de um bairro da Cidade de Macapá ou mesmo de um município mais distante que tenha acesso à Internet. Ele pode acompanhar as despesas, o detalhe da despesa, em que o dinheiro foi gasto, como o dinheiro foi gasto, quem são os beneficiários da emissão dessas notas de empenho e desses pagamentos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – É isso que precisamos tornar claro para a sociedade, e o Senado já fez a sua parte: aprovou o projeto, tornando obrigatório que todos os entes públicos, inclusive as empresas estatais, publiquem informação sobre suas despesas. Não tem sentido empresas como os Correios fazerem um contrato de R\$90 milhões, só de publicidade, e só se saber disso quando aflora o escândalo. Precisamos saber antes, na hora da emissão da nota de empenho, porque aí podemos intervir e impedir o desvio do dinheiro.

Esse projeto que o Senador aprovou está na Câmara Federal. Apelo ao Presidente Lula que fale com seus Líderes na Câmara para que seja colocado em prioridade. Assim, definitivamente, daremos oportunidade ao cidadão de ter informação sobre as despesas públicas em todos os níveis. Tenho a impressão de que essa seria uma grande contribuição neste momento de brutal desconfiança, da qual não vamos nos livrar, simplesmente, com discurso. Essa desconfiança pesa na cabeça de cada Senador, de cada Deputado e de cada agente público. Não é possível, de repente, encontrar um Deputado com sete malas repletas de dinheiro. Ontem, era o assessor de um Deputado, um homem humilde, carregando uma fortuna. De onde vem todo esse dinheiro? Deve estar saindo de alguns órgãos públicos. Se nós tivermos a possibilidade de acompanhar a informação detalhada dos gastos, eu tenho a convicção que nós vamos ajudar – nós, quando eu digo, é a sociedade – a estabelecer um controle rígido e acompanhar o detalhe das despesas e controlar a corrupção em nosso País. Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Valdir Raupp e Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encontra-se na Casa o Sr. Wellington Salgado de Oliveira, Primeiro Suplente do Senador Hélio Costa, da representação do Estado de Minas Gerais, convocado em virtude do afastamento do Titular.

S. Ex.^a encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expede o diploma de 1º Suplente de Senador a

Wellington Salgado de Oliveira

eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, juntamente com o candidato eleito a Senador Hélio Calixto da Costa, que obteve 3.569.376 votos preferenciais, do total de 16.046.298 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2002.

Antônio
Desembargador Antônio Hélio Silva
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Designo comissão formada pelos Senadores Alvaro Dias, Valdir Raupp e Tião Viana para conduzir S. Ex^a ao Plenário a fim de prestar compromisso regimental.

(O Sr. Wellington Salgado de Oliveira é conduzido ao Plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso – os presentes deverão permanecer de pé).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço que todos fiquem de pé, inclusive a assistência.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e

sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Declaro empossado no mandato de Senador da República o nobre Sr. Wellington Salgado de Oliveira, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos desta Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado

de Minas Gerais, em substituição ao Senador Hélio Costa adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: **Wellington Salgado de Oliveira**
Sala das Sessões, 8 de julho de 2005.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, por até cinco minutos, para uma comunicação inadiável, na forma do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que, realmente, pensei em escrever algo para ler neste momento, mas penso que não poderia expressar a emoção que sinto agora em um discurso lido.

Sinto-me orgulhoso de estar aqui representando o Estado de Minas Gerais, o espólio eleitoral do hoje Ministro Hélio Costa, e de estar no PMDB, um grande Partido que, segundo a sua história, nunca se acovardou diante de momento algum no País. Neste momento, a Bancada do Senado, todos os nossos Senadores do Partido estão apoiando o Governo, o que mostra muito mais coragem e determinação do que em qualquer outro momento da nossa história.

O Presidente Lula, que tem um coração maravilhoso e está agora muito bem acompanhado pela Ministra Dilma Rousseff, junto com o PMDB e demais Partidos, acredita no País e crê, como a minha geração, que todos os momentos devem ter solução. Espero participar também deste momento, com uma pequena contribuição, seguindo, é claro, o meu Partido e a orientação do agora Ministro Hélio Costa, a fim de que possamos encontrar uma saída tranqüila, para que os nossos filhos e netos possam encontrar um País melhor, ao qual sempre tivemos orgulho de pertencer, por ser maravilhoso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra o nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo viveu, semana

passada, mais um grande atentado terrorista e uniu-se na condenação ao crime perpetrado.

O Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, classificou de bárbaro, brutal, irracional e fruto do ódio o atentado terrorista ocorrido na capital da Inglaterra, Londres. Com esse sentimento, S. Ex^a certamente expressou não somente a posição do Senado Federal, mas também da sociedade brasileira, que busca, cada vez mais, praticar uma paz que seja fruto da justiça.

Tudo isso nos faz refletir não apenas sobre as consequências das ações terroristas, que atingem sobretudo pessoas inocentes, o que é mais grave, mas também nos faz lembrar que a ação terrorista não pode ser vencida apenas, como muitos pensam, pela vertente militar, pelo apelo às armas.

É fundamental ter mais do que uma consciência, é preciso ter uma convicção de que o terrorismo somente poderá ser vencido por meio de ações políticas, sociais, econômicas, e até, por que não dizer, religiosas.

É bom lembrar que no Oriente Médio vive-se um quadro extremamente difícil. Evidentemente, essa questão não começou agora, mas teve alguns progressos no passado. Eu citaria um fato para comprovar o que estou afirmando, que foram os encontros promovidos pelo Presidente Bill Clinton em Camp David entre o Governo de Israel e líderes palestinos. Enfim, o objetivo era permitir não somente a criação de um Estado palestino, mas também a consolidação de Israel como Estado.

Ali se encontram uma terra, dois povos e três religiões, aliás, as três grandes religiões monoteístas do mundo: o Cristianismo, o Judaísmo e o Islamismo. Isso tudo nos convida a um diálogo, sobretudo, porque o diálogo permite que as pessoas se conheçam. Como dizia Tertuliano, “*deixa-se de odiar quando se deixa de ignorar*”.

No caso do conflito entre Israel e os árabes, fica clara a necessidade crescente de uma ação para promover a paz, porque é “um conflito entre o certo e o certo”, como se poderia dizer parafraseando o escritor israelense Amos Oz. Isso porque entendo que, se deve ser reconhecido o Estado de Israel e criadas condições de segurança para que ele possa sobreviver, de outra parte também não se pode desconhecer que é necessário permitir à organização do Estado palestino que tenha meios de existência econômica e social.

Isso naturalmente nos insere em uma realidade, qual seja, a de trabalhar também mediante ações políticas, para conseguirmos não só reduzir o terrorismo, senão eliminá-lo, e também criar condições para que o mundo viva em paz.

Faço também essa referência, Sr. Presidente, porque o último atentado terrorista de grande porte ocorrido na semana passada coincidiu com o momento em que estavam reunidos na Escócia os Chefes de Estado de 13 países: os sete chamados mais desenvolvidos, a Rússia, que participa também das deliberações políticas do G-8, e cinco países em desenvolvimento – Brasil, China, Índia, México e África do Sul.

Eu consideraria o objetivo dessa reunião extremamente positivo. A agenda era muito rica, porque se iniciava com a análise do Protocolo de Kyoto – que trata da busca de reduzir o efeito estufa provocado pela emissão de gases na atmosfera – e também trazia uma pauta extremamente positiva no que se refere à África.

Com relação, ao primeiro item, o Protocolo de Kyoto, é bom lembrar que houve uma evolução por parte do Governo americano, que reage a subscrevê-lo. O Presidente Bush nessa reunião deixou evidente que se dispõe a avançar no sentido positivo.

O Tratado de Kyoto corre o risco de ser “desassinado” – se assim posso usar esse neologismo – porque até hoje, embora tenha obtido o número de assinaturas para entrar em vigor, não se encontra em condições de ser aplicado. E isso produz conseqüências nefastas para o mundo, sobretudo na busca de melhorar a qualidade de vida, para que se confira um apreço maior à questão ambiental.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje é, sobretudo, o tema que talvez fosse a questão central na agenda da reunião que se realizou na Escócia: a África. Sabemos que a questão africana nos diz muito de perto. Porque temos uma dívida para com aquele Continente, que é muito próximo do Brasil. Não sei se pelo fato de ser pernambucano, nascido no Recife, vejo a África do outro lado. O que nos separa da África são as águas azuis e abissais do oceano Atlântico. A África, de alguma forma, contribuiu, e muito, para a nossa formação étnica e de forma extremamente positiva. Foi isso que levou, certa feita, Bernardo Pereira de Vasconcelos a dizer que “a África civilizava a América”. Naturalmente, essa sua frase foi entendida no sentido negativo de que ele, talvez, por ser um líder conservador, pudesse estar fazendo a apologia do tráfico negreiro. Mas, no fundo, o que ele queria dizer também é que, com a vinda dos africanos para o Brasil – foram mais de quatro milhões –, eles trouxeram também a contribuição da sua cultura e ajudaram a construir no País uma sociedade que se constitui em um modelo para o mundo, porque aqui, além da presença dos aborígenes, dos indígenas, a participação africana, junto a européia, e, posteriormente, no início do Século XX, com a imigração dos asiáticos, muito fez

para que o Brasil produzisse um notável *melting pot* completo, isto é, pudesse argamassar uma sociedade com grande diversidade étnica e grande integração de seu povo. A completar todo esse esforço, convém realçar que conseguimos também um milagre em um território extremamente extenso: falar uma só língua.

Então, falar sobre a África é falar sobre o Brasil. E, portanto, nos interessa e muito trabalhar para que a África melhore a sua condição de vida.

A propósito, Sr. Presidente, eu gostaria de ler pequeno trecho de um artigo de Desmond Tutu, ganhador do Prêmio Nobel da Paz e arcebispo anglicano na África do Sul. Diz ele:

“Quando o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair lançou a Comissão para África, no ano passado, ele se referiu ao continente como uma ‘cicatriz na consciência do mundo’, a única região do mundo onde as pessoas são mais pobres hoje do que há trinta anos atrás”.

E lembrava:

“Mais da metade da população vive com uma renda inferior a um dólar por dia. A pobreza é exacerbada pela difusão da Aids, pela falta de serviços básicos, pelo excesso de corrupção, por maus governos, pela violência e pelo déficit tecnológico”.

Na verdade, essa é a questão e sabemos que é fundamental, portanto, criar condições para que a África se desenvolva, porque há nela uma grande quantidade de nações que vivem abaixo da linha de pobreza absoluta. Das 49 nações do quarto mundo, 34 se encontram na África. E nunca é demais insistir na necessidade, portanto, de melhorar a condição de vida da África e, conseqüentemente, do mundo.

Sr. Presidente, voltando à última reunião do G-8 – que, na realidade, foi uma reunião do G-13 –, devemos dizer que, de alguma forma, houve alguns avanços, sobretudo do chamado Primeiro Mundo com relação à África.

Estabeleceu-se ampliar a ajuda para melhorar a condição de vida dos africanos. A ajuda anual de US\$25 bilhões foi ampliada para US\$50 bilhões. Além disso, trabalhou-se no perdão das dívidas dos países africanos. Fixou-se que até 2010 US\$100 bilhões seriam empregados em programas de desenvolvimento da África. Portanto, isso não deixa de ser uma grande conquista.

Espero que o anunciado no coroamento da reunião desse G-13, se assim posso chamar, seja efetivamente realizado. Não basta, muitas vezes, tão-só e simplesmente, ajuda financeira. No passado, pensou-

se – e há um relatório, da década de 1960, do Bird, “Relatório Pearson”, que falava ser possível melhorar a condição da África por meio de aportes de recursos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O MARCO MACIEL (PFL – PE) – Mas isso, infelizmente, não ocorreu.

Em primeiro lugar, os recursos não vieram nas dimensões previstas. Em segundo lugar, muitos desses recursos foram desviados, o que nos faz refletir sobre a necessidade de, ao lado da ajuda financeira e do apoio econômico, se investir na melhoria da governabilidade nesses países, isto é, que se invista mais na edificação de sociedades democráticas e também em providências que assegurem o bom desempenho dos governos, com reformas institucionais que fortaleçam os partidos, dando transparência à ação do Governo. Se entendemos que a democracia é um regime que assegura a liberdade, devemos entender também que o regime político deve assegurar boas condições de funcionamento dos entes públicos e, conseqüentemente, por esse caminho, conseguir, como fundamental, obter o combate à corrupção, porque não adianta a realização de esforços com vistas a melhorar a situação dos povos mais pobres se a isso não se seguir aperfeiçoar o desempenho das instituições públicas.

Espero que as decisões do G-13 possam contribuir para melhorar a governabilidade. Aliás, a propósito do assunto, afirmou a Ministra das Relações Exteriores e Cooperação de Moçambique, Sr^a Alcinda Abreu, em entrevista recente:

“O desafio é fazer com que a ajuda corresponda a movimentos de boa governança e combate à corrupção para mostrar que somos verdadeiros parceiros no desenvolvimento e que estamos prontos para assumir nossas responsabilidades”.

Considero isso fundamental, porque vivemos tempos de globalização. Se queremos que esta seja não-assimétrica, que assegure o desenvolvimento de todos e de cada um, é primordial que nos possamos unir em torno de objetivos comuns, não somente econômicos, que reduzam as desigualdades sociais, que permitam intercâmbio entre as nações, também em torno de objetivos políticos, um dos quais, naturalmente, passa por fazer com que a liberdade e a paz sejam uma conquista de todo o universo. Assim conseguiremos construir uma sociedade internacional mais justa.

A propósito, gostaria de lembrar palavras do historiador Eric Hobsbawm, em entrevista dada no ano 2000:

Não se trata de aumentar a produção, pois isso já foi alcançado. A verdadeira dificuldade está em distribuir a riqueza produzida ou em combater o apartheid social. Este seria o principal papel do Estado agora que suas funções redistributivas são mais importantes do que nunca. Nossa maior herança para o novo século seria ainda a sublime aspiração à justiça”.

Enfim, que possamos construir uma globalização que assegure não somente a paz, mas o desenvolvimento econômico e social e, sobretudo, uma convivência pacífica entre todos os povos, que nos livre, conseqüentemente, do terrorismo, dos conflitos, e nos livre, sobretudo, do apelo à guerra.

Sr. Presidente. Peço que V. Ex^a autorize que seja dada como lida a íntegra do meu pronunciamento, pois deixei de fazê-lo para que não ultrapassasse o limite de tempo que me foi concedido.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR MARCO MACIEL.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Com apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há razões de toda ordem que justificam fazermos coro com os gestos da comunidade internacional de solidariedade ao povo inglês e de veemente condenação do ataque terrorista em Londres.

Por outro lado, embora não tenha havido manifestação clara nesse sentido, o atentado se liga inevitavelmente à realização da reunião do G-8 que se iniciava naquele dia na Escócia, e cuja agenda de discussões previa como prioridades o combate à pobreza no continente africano e a implementação de medidas de contenção do processo de aquecimento global.

Os debates a respeito dessas prioridades, no entanto, foram abalados pelos atentados terroristas e, dada a gravidade, o tema do combate ao terrorismo, que estava incluído de forma apenas discreta na agenda de discussões do G-8, foi novamente levado a ocupar posição de destaque no encontro de líderes mundiais. Apesar de tudo, é possível dizer que o encontro produziu alguns resultados cuja importância torna-se mais expressiva se o propósito dos atentados era, de fato, prejudicar a realização do encontro do G-8 e comprometer o debate das questões previstas na pauta.

No que se refere à questão do controle do aquecimento global, a declaração final do encontro é vaga mas pode-se dizer que não deixa de ser importante o fato de contar com a adesão do governo dos Estados Unidos, uma vez que qualquer programa nesse sentido precisa da participação americana para que tenha eficácia. As dimensões da sua economia (em especial

o volume de sua produção industrial), o nível de urbanização e o elevado consumo de recursos naturais são alguns fatores que fazem dos Estados Unidos um participante fundamental na construção de qualquer regime ambiental em escala global. De nada adiantam declarações com metas mais ambiciosas e precisas se uma nação como os EUA permanecer ausente, como vinha acontecendo até agora.

Entre as decisões tomadas, a reunião do G-8 incluiu ainda mais um ponto relevante que foi a criação de um programa de ajuda para a recuperação da infra-estrutura econômica da Palestina no valor de US\$ 3 bilhões. Esse programa se afigura importante não apenas pelos benefícios que o aporte de recursos pode trazer em si mesmo, mas reveste-se também de importância pelo seu significado político, especialmente no momento em que ocorre um ataque terrorista de largas proporções numa grande capital da Europa. Os recursos podem se constituir em ajuda decisiva na construção do difícil caminho da paz entre árabes e israelenses.

Com efeito, decidiu-se dobrar a ajuda econômica aos países pobres da África, passando dos atuais US\$ 25 bilhões anuais para US\$ 50 bilhões e também, como queriam os povos e governos africanos, suspender a cobrança das dívidas pendentes dessas nações. Além disso, também a dotação de recursos para os programas de desenvolvimento foi dobrada, prevendo-se um total de US\$ 100 bilhões anuais até 2010.

No sentido dos possíveis efeitos de longo prazo, a retomada do tema do combate à pobreza e da redução das desigualdades por uma instância como o G-8, que reúne as lideranças das nações mais poderosas do planeta, constitui uma notícia muito promissora para a ordem mundial.

Na verdade, em setembro de 2000, a Assembléia Geral das Nações Unidas já aprovara a Resolução que ficou conhecida como a *Declaração do Milênio* e que estabeleceu um conjunto de 7 (sete) Metas a serem atingidas basicamente ao longo das duas primeiras décadas do novo milênio. Uma dessas metas diz respeito especificamente à África: “... dar apoio à consolidação da democracia na África e dar assistência aos africanos na sua luta por uma paz duradoura, pela erradicação da pobreza e pelo desenvolvimento sustentável, promovendo assim a integração da África na economia mundial.” (Item VII, § 27, *UN Millenium Declaration*).

Em certo sentido, essas iniciativas significam retomar, sob novas bases, a disposição de apoiar programas de desenvolvimento em países pobres como ocorreu nas duas décadas que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial.

O quarto de século que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela transformação de dezenas de colônias européias estabelecidas ao redor do mundo em nações politicamente independentes mas econômica e socialmente pobres. A cooperação para o desenvolvimento era uma experiência nova nas relações internacionais, e a modernização e o progresso econômico pareciam caminhos relativamente simples e homogêneos, que a mera adição ordenada de capitais externos parecia capaz de produzir.

O *Relatório Pearson*, produzido pelo Banco Mundial no fim da década de 1960, sustentava com dados essa crença de que a ajuda internacional tinha, efetivamente, a capacidade de transformar facilmente as sociedades e a ordem internacional. A década de 1960 havia sido declarada pelas Nações Unidas como a *Primeira Década do Desenvolvimento* e, na média, mais de meia centena de países em desenvolvimento haviam crescido a um ritmo de 5% ao ano. De acordo com esse *Relatório*, os países do continente africano, apesar de crescerem um pouco menos, ainda assim haviam mantido a taxa média de 4% ao ano. Algo absolutamente extraordinário se considerarmos os índices mais recentes.

Apesar de tudo, a crise do petróleo, iniciada com o primeiro choque, em 1973 e, depois, a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento da década de 1980, marcaram o fim desse modelo de crescimento sustentado pelas agências bilaterais e multilaterais de desenvolvimento.

Desde então, por vários caminhos, chegou-se à conclusão de que havia diferenças de entendimento sobre a ajuda externa e sobre o próprio sentido do desenvolvimento que iam muito além da dicotomia entre socialismo e capitalismo. Chegou-se à conclusão de que os países em desenvolvimento eram muito diferentes entre si e que, em meio a tantas diversidades culturais, era muito difícil aplicar com sucesso um modelo único de desenvolvimento econômico e social. Chegou-se também à decepcionante conclusão de que boa parte dos recursos destinados a projetos para construção de estradas, de sistemas de produção de energia ou de escolas e hospitais acabava sendo subtraída por elites corruptas.

Pode-se dizer que outro fato foi também decisivo para arrefecer o entusiasmo a respeito da ajuda internacional como forma de promover o desenvolvimento: os países da OPEP, apesar de receberem a maior transferência de recursos internacionais já vista na história, continuaram mantendo os mesmos padrões sociais de qualquer outro país classificado como “terceiro mundo” e, mais grave, boa parte desses recursos transferidos para os países da OPEP eram origi-

nários de outros países em desenvolvimento. Apenas o Brasil, por exemplo, nos dez anos que se seguiram ao primeiro choque do petróleo, transferiu para esses países praticamente o equivalente ao Plano Marshall em valores nominais.

Assim, o otimismo quanto aos benefícios automáticos da ajuda ao desenvolvimento foi sendo substituído pelo ceticismo e pelo entendimento de que promover o desenvolvimento em regiões pobres era bem mais complicado do que simplesmente “ensinar a pescar”.

Na verdade, de um ponto de vista mais geral, a promoção do desenvolvimento em regiões periféricas era entendida também como a estratégia mais segura e duradoura para se promover o desenvolvimento internacional, isto é, o crescimento da economia mundial como um todo. Como consequência, o fracasso ou esgotamento daquela estratégia trouxe também a noção de que outra estratégia mais geral para a economia internacional deveria ser procurada. Dessa forma, a busca da competitividade comercial e tecnológica passou a ser a receita predominante. Japão e Alemanha eram exemplos de sucesso a serem seguidos e, mesmo entre as nações chamadas “em desenvolvimento”, as que passaram a ocupar as atenções foram aquelas que, a partir da década de 1980, emergiram como “tigres econômicos”, isto é, aquelas que haviam se integrado com sucesso nos mercados mundiais.

Este é um retrospecto que, certamente, todos aqui têm conhecimento, mas que se afigura importante rememorar para se compreender de forma mais apropriada em que circunstância e em que condições o mundo de hoje começa a voltar seus olhos para a necessidade de integrar dezenas de países pobres na ordem mundial.

Hoje, não se pode tentar repetir as experiências postas em prática no passado, nem mesmo aquelas consideradas bem sucedidas, porque as circunstâncias são completamente diferentes. Pode-se dizer que no atual quadro de possibilidades há dois aspectos essenciais que condicionam essas circunstâncias e que trazem em si, ao mesmo tempo, tanto dificuldades quanto novas oportunidades de cooperação.

De um lado, há a percepção de que não basta apenas transferir recursos para as nações pobres e há também o fato preocupante de que, nas últimas décadas, a distância entre as nações ricas e pobres aumentou de forma substancial não apenas em termos dos itens de conforto proporcionados pela riqueza, mas também em aspectos estruturais das sociedades. O chamado **gap digital** é um exemplo geralmente lembrado como ilustrativo desse fato: a quantidade de conhecimentos embutidos nos produtos e serviços torna cada vez mais difícil a inclusão de sociedades

precariamente instruídas nas modernas cadeias internacionais de produção. Assim, a noção da experiência passada trouxe mais realismo às iniciativas de cooperação mas, ao mesmo tempo, a maior distância entre sociedades ricas e pobres pode significar também oportunidades de investimentos e de ganhos de produtividade mais fáceis.

Outro elemento importante a ser destacado no atual quadro das perspectivas de cooperação com as regiões mais pobres é o fato de que no “desenvolvimentismo” do pós-Segunda Guerra os recursos e oportunidades estavam fortemente concentradas na ação de um único país que detinha os meios de fomentar e promover programas de desenvolvimento. Hoje há outros pólos econômicos e financeiros em condições de contribuir de forma significativa com esses programas. Mesmo entre os chamados países em desenvolvimento, há núcleos de competência e mesmo instituições e empresas com recursos em condições de serem orientados para programas internacionais de cooperação para o desenvolvimento.

Iniciativas específicas como o perdão da dívida dos países mais pobres são válidas e podem ter seu sentido ainda mais valorizado diante de certas circunstâncias dramáticas de crise humanitária. Entretanto, o senso de realismo recomenda que deve-se levar em conta que medidas dessa natureza sempre produzem efeitos negativos sobre a percepção de longo prazo a respeito da cooperação internacional com regiões mais pobres. O perdão da dívida, pura e simples, transforma a cooperação que deveria significar *parceria* em mera *esmola*. Essa é uma percepção que é compartilhada tanto por instituições como as Nações Unidas e o Banco Mundial quanto, individualmente, pelas próprias nações receptoras de cooperação.

Esse é o novo quadro da cooperação e é dentro desse espírito que deve ser vista a retomada da questão da cooperação com os países pobres do continente africano. Apesar de apresentarem em comum os males decorrentes da pobreza e da falta de instituições que garantam a suficiente estabilidade no ordenamento das relações sociais e políticas, são nações muito diferentes entre si. Qualquer ação externa deve levar em conta essa diversidade e é dentro desse ambiente que é preciso entender a retomada do interesse da comunidade internacional pela eliminação da pobreza extrema e pela integração de boa parte do continente africano no convívio das nações modernas.

Países como o Brasil têm nesse quadro um papel de importância a desempenhar por sua localização geográfica, composição étnica de população e ser nação que desfruta de reconhecida interlocução na sociedade internacional. Ao mesmo tempo que demandam

programas de desenvolvimento que permitam trazer mais equidade para integrar parcelas consideráveis de sua população, as nações do continente africano têm com o nosso País afinidades econômicas, históricas e culturais. No momento em que as nações mais ricas e poderosas do mundo apontam para a disposição de repor a África, sobretudo as nações mais pobres do continente entre as prioridades da agenda internacional, deveríamos olhar de forma mais aguda o continente no qual existem nações que ajudaram a construir o Brasil, sendo que algumas delas falam o nosso idioma.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O pedido de V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento Interno.

Intercalando os oradores, concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII do Regimento Interno. Logo em seguida, terá a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, não posso deixar de me posicionar em relação à atual conjuntura política, mesmo porque também sou político e tenho o dever de informar aos meus eleitores, ao povo do Amapá e do Brasil, que nos vêem e escutam por meio do sistema de comunicação do Senado Federal, que esta instituição, Poder Legislativo, é, sem dúvida alguma, indispensável para a manutenção do Estado democrático de direito e para o equilíbrio entre os três Poderes da República, uma vez que, cabe ao Poder Legislativo a função precípua de fiscalizar e julgar.

Fiscalizamos as ações do Governo no todo, mas também somos fiscalizados pelas demais instituições e, sobretudo, pelo povo, razão pela qual temos a obrigação de esclarecer todos os fatos que envolvam qualquer um dos membros que compõem o Congresso Nacional.

Isso está sendo feito com muita competência e aberto a todos. Esperamos que o eleitor em todo o Brasil não venha generalizar, colocando todos os representantes em suspeita, mesmo porque isso não seria bom para a sociedade brasileira perante a comunidade internacional. Afinal de contas, hoje o Brasil é reconhecido como um país democrático, com equilíbrio nas ações governamentais.

Sr. Presidente, temos ouvido com constância, por parte de Sua Excelência o Senhor Presidente da

República e por dirigentes do Partido dos Trabalhadores, a manifestação de que tudo deve ser apurado e de que até na carne se deva cortar, razão pela qual estou confiante de que determinadas críticas, que entendo ser construtivas, não venham a ser concretizadas e de que a vida política nacional retome a sua normalidade, para o bem de todos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para terminar, tenho um pedido a fazer às comissões parlamentares de inquérito que estão trabalhando diuturnamente: que não se deixem motivar por achismos e vaidades, pois isso só prejudicará o trabalho e a seriedade que as comissões devem realizar e, no final, produzir.

Que Deus nos ajude, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a defender a tese suscitada na última sexta-feira pelo Senador Pedro Simon e por nós apoiada.

Diante do pipocar de denúncias, seria forma de oferecer resposta mais convincente à população ampliar o raio de ação da CPMI dos Correios, presidida pelo Senador Delcídio e pelo Vice Maguito Vilela, com relatoria do Deputado Osmar Serraglio.

Ainda no último final de semana mais um escândalo provocou grande indignação na população brasileira: a mala apreendida no aeroporto de São Paulo. Evidentemente, é muito difícil acreditar que isso possa estar ocorrendo no País. É inusitado, Senador Ramez Tebet, alguém justificar o transporte de mala com valores expressivos com a venda de legumes, de verduras no Ceasa paulista. Fica a impressão de que ou a sensação de impunidade afasta o escrúpulo e faz chover demais nesta horta da corrupção, ou o inusitado faz até com que algumas pessoas imaginem ter sido uma armação com propósito deliberado. De qualquer maneira, há necessidade de investigação.

A CPMI dos Correios não pode alcançar esse fato, não pode investigar esse episódio, como não pode investigar tantos outros episódios. Não podemos instalar uma CPMI para cada denúncia, já que há um brotar de denúncias com tamanha insistência e agilidade que impressiona. Não podemos constituir uma CPI para apurar Furnas, outra para apurar fundos de pensão, outra para apurar o DNIT, outra para apurar a Secretaria de Comunicação Social. Enfim, o caminho seria a ampliação do raio de ação da CPMI dos Correios, com a criação de subrelatorias que tratariam de cada caso com especificidade.

Amanhã, Sr. Presidente, haverá uma reunião de lideranças, comandada pelo Presidente Renan Calheiros. Sugiro que o primeiro item da pauta seja esse. Não estou propondo a incorporação da CPI dos Bingos ou da CPMI do Mensalão. Constituídas, devem funcionar e podem contribuir. Não será uma superposição de ação, não será um paralelismo, mas pode ser, isso sim, uma complementaridade. São CPIs que se podem complementar. O que defendo é uma ampliação dos poderes da CPMI dos Correios, para que, neste momento de grande indignação nacional, o Congresso possa oferecer uma resposta compatível com a exigência da nossa sociedade.

Espero que, nessa reunião de lideranças no dia de amanhã, essa proposta seja discutida, que se reflita sobre ela, que se assuma a responsabilidade do Congresso Nacional, enfim, que se ofereça à população do País essa perspectiva de investigação para valer de todos os setores do Governo em que as denúncias dos últimos tempos pipocaram com tanta intensidade.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet, com prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, compartilhar do pensamento de V. Ex^a. O País está estarecido, há uma indignação da população diante de tantos fatos escabrosos. É um vendaval. Eu diria que estamos vivendo um verdadeiro vendaval de corrupção, coisa jamais vista na vida pública do País. A cada hora, a nação brasileira é surpreendida com um fato. Em verdade, é preciso compartilhar, como com-partilho da posição de V. Ex^a. Temos que usar a imaginação e a inteligência de todos nós a fim de encontrarmos uma maneira de que as CPIs, sem perderem a finalidade de investigar tudo, adotem um mecanismo capaz de fazer isso o mais rapidamente possível, pois a sociedade, ao tempo em que está indignada, acredita também que tudo vai acabar em pizza. Há pessoas que dizem que são tantos os fatos de corrupção que parece que é para não acabar. Portanto, temos que ter essa preocupação. Em passado recente, Senador Alvaro Dias, presidi a CPI do Judiciário, e colhi ali alguns ensinamentos que me fizeram apresentar um projeto de lei buscando a eficiência e a agilidade desses processos. O projeto, votado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados e sancionado no ano 2000 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, dispõe que as conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito enviadas ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e às autoridades administrativas de qualquer nível tenham preferência sobre quaisquer outros processos, exceto, evidentemente, aqueles que dizem respeito

às Garantias dos Direitos Individuais – mandado de segurança, **habeas corpus**, **habeas data**. Por quê? Porque eu sentia, já naquela ocasião, os entraves e a indignação da sociedade, que não acredita pela demora no resultado das coisas. Portanto, parabeno V. Ex^a, e torço para que possamos encontrar um caminho célere e seguro para a apuração dos fatos e que redunde, com a maior brevidade possível, na punição, pois o mal do País, Senador, não é a falta de leis, mas a impunidade mesmo. Tomara que, na reunião de amanhã, se encontre uma solução.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Ramez Tebet, pelo apoio a essa tese. Tenho a impressão de que há consenso em relação a isso. Fica mal quando alguém demonstra que não deseja investigar para valer. Fica sob suspeição aquele que resistir à tentativa de se realizar uma verdadeira e completa assepsia, uma limpeza, uma faxina geral. É evidente que um fato como o ocorrido no aeroporto de São Paulo provoca não apenas surpresa, mas uma grande indignação. E a CPMI não pode investigar! Evidentemente, não podemos instalar a CPI da Maleta Preta ou a CPI da Cueca de Plástico, que carrega dólares. Enfim, temos que ampliar os poderes de uma CPI já constituída, que mobilize em torno de si a opinião pública do País a fim de investigar todas as particularidades da corrupção no momento em que extrapola os limites das possibilidades e do bom senso.

Não há como permanecer omissos, em silêncio, diante de fatos estarecedores como os que abalam o País.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há como estabelecer um cenário de convivência, de complacência e de cumplicidade com a corrupção.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a faz um pronunciamento bastante equilibrado e profundo. O momento que vivemos precisa ser aproveitado ao máximo a fim de que possamos remover da vida pública aquelas pessoas que se têm utilizado da coisa pública, do dinheiro público, em benefício próprio. Existem algumas CPIs funcionando: a CPI dos Bingos, da qual sou vice-Presidente, a CPMI da Terra, a CPMI dos Correios e, agora, a CPMI do Mensalão. Creio, inclusive, que as comissões permanentes, como é o caso da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, deveriam ser mais eficientes. Os fatos apontados pelas CPIs deveriam ser monitorados depois pela Comissão de Fiscalização e Controle. Outros mecanismos também deveriam ser

aperfeiçoados. Devemos, inclusive, aprovar leis que regulem, de maneira mais enérgica, a questão do serviço público, do dinheiro público. Nesse sentido, reitero o apelo – e já tenho o apoio das Lideranças de todos os Partidos – no sentido de aprovarmos projeto de minha autoria que se encontra na CCJ e que determina que todo agente público, funcionário concursado, comissionado, eleito, do Vereador ao Presidente da República, do contínuo ao mais alto Ministro, todos eles, ao assumir o serviço público ou transacionar com ele – ou seja, as empresas também –, tenham seu sigilo bancário quebrado. Precisamos aproveitar este momento para colocar o Brasil nos trilhos. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a é daqueles que têm atuado com a postura implacável de combater a corrupção de todas as formas. Hoje, cheguei a imaginar uma proposta mais ousada. Pensei até em ocupar esta tribuna, nesta segunda-feira, e propor a antecipação das eleições. Todos nós – o Presidente Lula e todos os congressistas – renunciaríamos a um ano de nosso mandato a fim de que pudéssemos ter eleições já este ano, interrompendo este processo. Discutir reforma política neste cenário de escândalos é impor mudanças sem a necessária autoridade. O Congresso Nacional, abalado pelas denúncias, está sob suspeição. Não tem autoridade para promover agora a reforma política. A antecipação das eleições permitiria impor como tarefa inicial a reforma política, com um novo Congresso, que convocaria entidades, como a OAB, a Transparência Brasil, a CNBB e tantas outras, para trazer sugestões e subsídios a fim de construir uma reforma política sem a marca do corporativismo, do interesse parlamentar imediato.

É evidente que o que nos impede de apresentar essa proposta é a exigüidade do calendário. Já estamos quase na metade do mês de julho, e não haveria tempo de preparar um processo eleitoral com todas as exigências de legalidade e correção, mas, certamente, poderíamos discutir, na reforma política, inclusive o enxugamento do Poder Legislativo e a recuperação da autenticidade da representação popular, reduzindo o número de Senadores – é uma idéia – de três para dois por Estado, e em 21% o número de Parlamentares da Câmara dos Deputados, buscando mais qualidade em detrimento da quantidade, porque de nada adiantam milhares de Parlamentares espalhados por todo o País, em todas as unidades da Federação, sem o respeito da população brasileira.

A recuperação da autenticidade da representação popular é outro ponto importante, já que estamos com distorções oriundas do período ditatorial. O Congresso Nacional é constituído por representações

desiguais. Alguns Estados são mais representados do que outros...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... porque o critério para a eleição dos Parlamentares não é o populacional.

No pacote de abril de 1977, essa distorção foi plantada e perdurou. Nem mesmo Ulysses Guimarães, do alto da sua autoridade de Presidente da Constituinte, conseguiu convencer aquela Assembléia a alterar as regras desse jogo que impõe uma representação popular distorcida.

Portanto, Sr. Presidente, se não posso fazer porque não quero propor aquilo que não seja exequível – não posso propor a antecipação das eleições, com a renúncia de um ano de mandato de todos nós –, posso propor que esta CPI dos Correios se amplie, alcance todos os setores atingidos por denúncias de corrupção e permita ao Congresso Nacional oferecer à sociedade brasileira a resposta de eficiência que ela tem o direito de exigir neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti por dez minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último sábado, a capital do meu Estado, Boa Vista, completou 115 anos de existência, uma cidade que foi inicialmente uma freguesia do Estado do Amazonas, elevada ao **status** de vila e depois ao **status** de sede do Município de Boa Vista. Com a criação do Território Federal do Rio Branco, passou à condição de sede do Município e, finalmente, capital do Território, hoje Estado de Roraima.

É uma cidade planejada e está localizada em uma área diferente da Amazônia. Quem ouve falar da Amazônia de que os ambientalistas falam; quem ouve falar da Amazônia posta pelos grandes propagandistas internacionais, pensa somente na Amazônia de florestas densas e rios caudalosos. Não é o caso do meu Estado e não é o caso da região da capital do meu Estado; ela está às margens de um rio praticamente inavegável – navegável apenas em período de chuvas –, cujas margens são de campos naturais.

Toda a área é uma planície, praticamente não há altos e baixos. Talvez seja essa a razão pela qual o nome da cidade passou a ser, desde o início, Boa Vista. Quem vinha navegando, vendo matas e matas, deparava-se em um ponto com aqueles campos gerais. Isso, portanto, deve ter inspirado o nome aos navegadores da época. Realmente, é uma cidade que tem uma boa vista.

O primeiro Governador do Território contratou um arquiteto, o Dr. Darcy Derenusson, para planejá-la. Ele deu à cidade a forma de um leque. As avenidas principais convergem para o centro, onde estão localizados os Poderes: o Palácio do Governo, o da Justiça e a Assembléia Legislativa, além, como é praxe, da Catedral da Igreja Católica. Portanto, essa praça central é chamada de Centro Cívico.

A cidade vem crescendo de maneira horizontal; diferentemente da maioria das cidades brasileiras, Boa Vista não se tem erguido no sentido vertical, mas no sentido horizontal. Portanto, vem se espalhando, invadindo os chamados lavrados, que são os campos naturais. Dessa forma, a cidade foi crescendo sem derrubar matas; foi ocupando o espaço dos lavrados, dos campos naturais, numa região muito plana. Inicialmente, Boa Vista foi planejada de uma forma que não apresentasse problemas, mas, ao longo do tempo, foi perdendo sua característica inicial. Hoje, é uma cidade de médio porte, tem cerca de 250 mil habitantes e apresenta inúmeros problemas, que vêm se agravando nos últimos anos pelo descuido e pelo descaso da Administração do Município. Esta apenas se preocupa em fazer das avenidas principais – principalmente a avenida que sai do aeroporto para o centro da cidade e aquelas que abrem o leque, saindo do centro da cidade – vias bem asfaltadas para impressionar visitantes. Temos a avenida Capitão Ene Garcez dos Reis, primeiro Governador do Território, que vai do aeroporto até o Palácio do Governo e depois prossegue como avenida Jaime Brasil até a margem do rio Branco, ao longo da qual foram se construindo áreas de lazer, basicamente de bares, mas também quadras de esporte, enfim, tudo voltado para o aspecto do embelezamento. Enquanto isso, os bairros que circundam a área central ficaram esquecidos. Não se cuidou do esgotamento sanitário; não se cuidou da drenagem pluvial; não se cuidou de asfaltar as ruas de maneira adequada; não se cuidou de colocar nos bairros os equipamentos públicos necessários, como creche, escolas e também transporte. Com isso, nós tivemos uma cidade que cresceu artificialmente de maneira superficial.

Senador Gilberto Mestrinho, que está presidindo esta sessão, V. Ex^a que já foi Deputado Federal pelo território do Rio Branco, conhece muito bem aquela região. Hoje não podemos dizer que estamos comemorando 115 anos; nós estamos chorando o fato de estarmos com 115 anos vivendo uma pandemia de dengue, pelo fato de, na periferia, as ruas estarem todas alagadas. Há bairros onde é possível trafegar apenas em canoas. Em outras regiões, nem canoa é possível usar porque o rio, como eu disse, não é navegável, não é trafegável. Há pessoas morrendo afogadas nessas

ruas. É um absurdo que isso esteja acontecendo! Doenças como a malária ocorria em Boa Vista apenas quando o doente vinha do interior, justamente da região da mata, do Mucajaí para baixo. Agora, não. É o contrário. Está se adquirindo a doença em Boa Vista e propagando-a para o interior. Denunciei aqui que a dengue pode se alastrar para o País todo, porque todos os dias saem aviões de Boa Vista; sai gente doente; sai o próprio mosquito. Saem ônibus diariamente para Manaus; para Venezuela; e vêm ônibus da Venezuela. No entanto, providência adequada, durante todo esse período, não foi tomada.

Boa Vista completa agora, no século XXI, 115 anos, sem esgotamento sanitário e pluvial. Não há sequer a preocupação adequada de dotar os bairros de posto médico, de centro de saúde, de uma unidade que tenha média complexidade, nem a preocupação de construir hospitais e maternidades ao redor desses bairros que hoje são inúmeros e gigantescos. No entanto, ainda se festejam os 115 anos de Boa Vista.

O Corpo de Bombeiros teve de suspender, no dia 02 de julho, as festividades de sua data comemorativa, em razão da situação de emergência que a cidade está atravessando. No entanto, a Prefeitura não decretou estado de calamidade pública. A prefeitura quer tapar o Sol com a peneira. Apesar da epidemia de dengue, do alto índice de malária, das calamidades que estão aí em todos os bairros, a prefeitura teima em vender a imagem de que Boa Vista está às mil maravilhas.

Realmente, quem vive nas ruas centrais talvez não esteja sentindo tanto, mas, mesmo assim, está tendo problemas, porque há colapso com a energia elétrica devido a esses transtornos que citei. Lamento muito, como boa-vistense, como uma pessoa que nasceu em Boa Vista – não estou aqui falando mal; estou lamentando, estou dizendo, com tristeza e até mesmo com dor no coração, o que está acontecendo –, fazer o registro de que em pleno século XXI, ao completarmos 115, ainda tenhamos que assistir a um espetáculo desse.

Quero me solidarizar com a população de Boa Vista, que está doente de dengue, de malária, que está ilhada em suas próprias casas, porque a água invadiu as ruas. Há pessoas estão passando necessidades enormes e estão desalojadas de suas casas.

Quero, lógico, deixar o registro desses 115 anos. Espero que possamos ter realmente uma Boa Vista de verdade, uma Boa Vista em que as pessoas administrem pensando no ser humano, procurando saber do cidadão se na rua, no bairro, em que ele mora melhorou a qualidade de vida, se ele tem escola, transporte, saúde, se ele tem inclusive condições de trabalhar no próprio bairro. Tudo isso é preciso ver. É muito fácil fa-

zer, por exemplo, *shows* nas festas; é muito fácil levar artistas de fora, pagando uma fortuna, para fazer um *show*. Diziam os tiranos de antigamente que o povo precisa apenas de pão e circo. Isso é uma maldade muito grande com as pessoas pobres que, às vezes, sim, estão precisando de pão, mas não estão precisando de circo.

Precisamos ter a seriedade ao administrar, olhando cada pessoa, cada família, pois, assim, estaremos olhando a sociedade. Se olharmos as pessoas mais pobres, nos bairros mais distantes, se prestarmos atenção às crianças, desde o momento mais precoce, dando atenção à vacinação, à alimentação e à educação, estaremos fazendo uma revolução séria, uma melhoria de vida séria. Não é possível continuar esse trabalho de faz-de-conta, em que se planta florzinha, em que se faz calçada, em que se faz pracinha, em que se faz uma orla artificial na beira do rio, para dizer que a cidade é linda, mas se esquece o mais elementar sentimento do ser humano, que é verdadeiramente o amor, a sinceridade, o respeito, a dignidade, que hoje estão faltando para com meu povo de Boa Vista.

Esse registro que faço hoje, Sr. Presidente, é lamentável, no momento em que me refiro ao aniversário da minha cidade. Entretanto, espero voltar aqui para pedir providências enérgicas, já que mudou o Ministro da Saúde. Quanto ao que saiu, eu pedi, denunciei, mostrei e não vi providências. Não tenho notícias de providências. Vou voltar ao Ministério da Saúde para pedir ao novo Ministro essas providências, e também aos outros Ministérios, como o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades, para que façam uma intervenção para valer. Por muito menos, se fez a intervenção na saúde municipal do Rio de Janeiro. O que está acontecendo no meu Estado está a merecer uma intervenção estadual ou federal, porque não é possível, por esse ou aquele tipo de consideração partidária ou política, esquecer o povo. O que está ocorrendo em Boa Vista é isto mesmo: está-se levando em conta A ou B, porque fulana pertence a tal partido ou é esposa de tal político, e não se toma providência em relação ao que o povo está passando.

Quero dizer à população de Boa Vista que fique tranqüila, porque denunciarei aqui reiteradamente essa situação e tomarei as providências legais cabíveis. Espero que o Ministro da Saúde, que assume a Pasta agora, como o das Cidades – não sei se continuará existindo o Ministério das Cidades ou se ele será incorporado ao Ministério da Integração Nacional – e o da Integração Nacional, a quem está subordinada a Defesa Civil, tomem providências no sentido de resgatar a tranqüilidade do povo de Boa Vista, capital do

meu Estado, que hoje lamenta muito estar passando pelo seu aniversário sem poder comemorá-lo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Maguito Vilela, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Gilberto Mestrinho e Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, Líder do PL, por até sete minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, e, a seguir, ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna do Senado Federal prestar um esclarecimento, não como Senador do Rio de Janeiro, mas como membro da Igreja Universal, da qual participo desde a sua fundação.

Tivemos um numerário apreendido pela Polícia Federal em Brasília, em malas que transportavam ofertas de membros da igreja da região da Amazônia e da região de Brasília. Desejo dizer que a Igreja fez um comunicado oficial nessa manhã:

A Igreja Universal do Reino de Deus (URD) é uma entidade religiosa devidamente inscrita, com sua sede nacional sito a Av. João Dias, 1.800, Santo Amaro, São Paulo, onde centraliza os pagamentos de despesas (impostos, aluguéis, empregados, conta de água, luz telefone, aquisição de bens móveis e imóveis etc.) dos seus templos em todo o Brasil, sendo que todos os controles contábeis e financeiros são efetivados exclusivamente em sua Matriz. Esta é uma decisão administrativa da IURD em função da burocracia do sistema bancário.

O dinheiro transportado no avião, apreendido pela Polícia Federal, tinha como finalidade o depósito em São Paulo, e isso foi declarado no embarque desse numerário na cidade de Manaus para o pagamento das despesas referidas no parágrafo anterior.

O dinheiro é resultado de doações dos fiéis em uma comemoração especial ocorrida nos templos da Igreja no sábado, dia 9 de julho, quando a Igreja comemorou 28 anos de existência.

A Igreja Universal do Reino de Deus, por meio de sua diretoria constituída, autorizou por

escrito que pessoas transportassem os valores, uma vez que as agências bancárias não ofereciam condições nos Estados.

Todo valor transportado para depósito em São Paulo era em moeda nacional e não caracteriza nenhum ato criminoso, sendo que teve origem categoricamente comprovada e amparada pela Constituição Federal.

O Deputado Federal e Bispo João Batista, do Partido da Frente Liberal, e os demais presentes no avião portavam autorização expressa da Igreja para o transporte de dinheiro, inclusive com descrição da origem e finalidade dos valores.

O Bispo João Batista, Deputado do Partido da Frente Liberal, portava tal autorização, porque também responde como Presidente da IURD.

Sr. Presidente, desejo fazer esclarecimento de maneira categórica. A Igreja Universal do Reino de Deus tem mais de 10 mil igrejas no Brasil; só na região da Amazônia, mais de mil. No sábado, fez 28 anos de idade, reuniram-se nos templos, e foi feita uma coleta. Ora, mil igrejas, com média de 500 pessoas, e muitas delas têm muito mais do que 500 membros, com cada um dando R\$5,00 (cinco reais), só aí já são R\$2,5 milhões de reais! Todo esse dinheiro apreendido pela Polícia Federal tinha origem: a Igreja que tinha mandado. Os valores eram em notas pequenas, R\$5,00 (cinco reais), R\$10,00 (dez reais), R\$20,00 (vinte reais), 70% do numerário; os outros 25% eram em notas de R\$50,00 (cinquenta reais), e apenas 5% eram em notas de R\$100,00 (cem reais). A Igreja tem mais de 10 milhões de fiéis; a maioria são pessoas simples, que dão à Igreja R\$5,00 (cinco reais), R\$10,00 (dez reais), como fazem também os membros da Igreja Católica e das demais igrejas.

Não é possível pegar R\$3 milhões ou R\$4 milhões, em notas de R\$5,00 (cinco reais) e convencer uma agência de banco, em Manaus, ou no Pará, ou no Rio Grande do Norte, a contar todo esse numerário e depois mandar para São Paulo, onde todos os pagamentos são centralizados. Nenhum gerente de banco há de querer manter quatro, cinco, seis funcionários contando notas tão miúdas, para depois esse dinheiro não ficar na agência e ser transportado para São Paulo, onde se faz o pagamento dos aluguéis, da compra de imóveis, dos salários, da luz, do telefone, de mais de dez mil templos que envolvem, pelo menos, dez milhões de pessoas no Brasil.

Fiquei satisfeito, Sr. Presidente, porque me lembro que, quando a igreja se iniciou, fizemos uma grande reunião no Maracanã e, naquela época, foi capa do

jornal **O Globo** uma fotografia que mostrava obreiros da igreja carregando sacos de dinheiro oriundos da oferta. Naquela época, a igreja era pequena e pairava uma grande desconfiança se aquele dinheiro teria a destinação para a qual o povo deu. Hoje, não pode mais haver essa desconfiança, a não ser por pessoas movidas de má-fé, que acho não é o caso das pessoas daqui.

São mais de dez mil igrejas, catedrais construídas em todas as capitais para, no mínimo, cinco mil pessoas. É uma igreja que alcançou 105 países com brasileiros. É tese no Itamaraty de vários Ministros que querem galgar o cargo de Embaixador, por ser uma entidade brasileira com representação internacional sem precedentes na história recente do País.

É, portanto, dinheiro de doação. Não tem nada a ver com dólares escondidos em cuecas, não vem de corrupção e foi transportado por um Deputado Federal que não se licenciou e continua sendo o Presidente do Partido.

A Polícia Federal interceptou esse dinheiro em Brasília, porque ele foi declarado em Manaus. Ele não entrou no avião sem que fosse do conhecimento das autoridades. E foram eles que avisaram à Polícia Federal e esperaram as ofertas em Brasília. Esse dinheiro foi levado à Polícia Federal não por desconfiarem da origem, mas porque achavam que poderia haver nota falsa. Até o momento, contaram todas essas notas e não encontram nenhuma falsa. Se, por acaso, encontrarem, é de alguma pessoa que deu uma oferta sem saber que se tratava de nota falsa. Mas é claro que, num valor de milhões, poucas notas falsas jamais poderão comprometer o restante.

Portanto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para prestar hoje um esclarecimento. Sei que o contexto dos fatos é conturbado, sei que muitas pessoas apressadas, caluniosas, e outros, por outros interesses – até porque a igreja tem parceria com a TV Record, e isso desperta nos adversários, na concorrência, expectativas –, podem querer difamar, mudar, dar outras interpretações.

O Bispo João Batista é um economista, é uma pessoa que conheço há mais de 25 anos – a igreja foi inaugurada há 28 e ele, possivelmente, participa há 25 –, é uma pessoa ilibada, um Deputado que jamais faltou com o decoro, e ele prestou esse serviço porque não havia outra possibilidade.

É um dinheiro que é necessário à igreja, que tem despesas enormes, e envolve milhões de pessoas. Esse transporte não podia ser feito de outra maneira. Quisera que a igreja não precisasse pagar aluguel de avião para transportar esse dinheiro.

Mas, como eu disse, agências estaduais não aceitam que um volume tão grande, em notas tão pequenas, seja depositado, tenha de ser contado e, depois, transferido para São Paulo, onde, por questões estratégicas e até de custo, toda despesa é centralizada, é feita e é paga.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, esses eram os esclarecimentos que me cabiam, como membro da Igreja, não como Senador do Estado do Rio de Janeiro, onde tive 3,2 milhões de votos. Os membros da Igreja no Rio de Janeiro não passam de quinhentos mil.

Portanto, venho aqui dar um testemunho de quem participa, de quem conhece os fatos. Já avisei tudo isso ao Sr. Ministro da Justiça, logo de manhã, a Igreja preparou uma nota. Eu até gostaria de pedir à Polícia Federal que tratasse o assunto da maneira certa, sem exploração política. Sei que, neste momento, existe talvez uma rivalidade do partido do Governo contra o PFL, e as notícias dão foco sempre como um Deputado do PFL. Não era na situação de Deputado do PFL que ele estava no avião; ele estava ali como Presidente da Igreja e com documentos que o autorizavam a isso.

Qualquer exploração política poderá causar risco de vida a milhares de pastores, que poderão ter as suas igrejas invadidas porque noticiários ou policiais em busca de não sei o quê – de repente a glória – querem expor os fatos e transformá-los num escândalo que não se constitui. Os fatos não se constituem em nenhum escândalo, em nada ilegal. Não existe nada que proíba uma igreja de transportar suas ofertas para fazer o pagamento de suas despesas onde ela tem a sede.

Sr. Presidente, espero ter prestado os esclarecimentos necessários, esclarecido os fatos, e que um trabalho tão bonito feito em 28 anos e que alcança 105 países não sofra com todo o contexto da situação política que vivemos hoje no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o nobre Senador José Agripino, Líder do PFL, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por até sete minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos sete dias, o País foi sacudido por uma onda inédita de denúncias e constatações de práticas de improbidade. E improbidade explícita, ao ponto de se evoluir de mala de dinheiro para dinheiro na cueca, com o perdão da má palavra.

Uma coisa que está indignando o País – mais do que envergonhando, está indignando o País – e que

está produzindo as inevitáveis capas de revistas e as inevitáveis primeiras páginas de jornal, como as que leio rapidamente. **O Globo**: “Efeito Delúbio faz Tarso apertar controle no PT”. O Tarso a que me refiro é o Tarso Genro, ex-Ministro da Educação, guindado à posição de presidente do PT na defenestração inevitável do ex-Deputado José Genoino, irmão do deputado cearense cujo assessor foi apanhado em São Paulo pela Polícia Federal que, em ação rotineira, seqüestrou dinheiro sem origem no valor de R\$209 mil em espécie numa sacola e US\$100 mil embaixo das roupas íntimas.

Senador Arthur Virgílio, “efeito Delúbio faz Tarso apertar controle no PT”.

Controle no PT ou controle do PT sobre o Governo? PT e Governo são a mesma coisa. Não vamos com desfaçatez colocar: “Efeito Delúbio faz Tarso apertar controle no PT”. O PT e o Governo são uma coisa só. O controle que tem que ser exercido é sobre o PT e sobre o Governo, sobre os dois.

Vem a manchete de **A Folha de S.Paulo**: “PT vai investigar ações de ex-dirigentes”. Uma vergonha, Senadora Heloisa Helena! O PT vai investigar a ação do seu ex-presidente, do seu ex-tesoureiro, do seu ex-secretário-geral, todos envolvidos em empréstimos milionários com o aval do Marcos Valério, com o não-pagamento. Empréstimo tomado para não pagar, porque vence e não paga, era empréstimo para não pagar. Supõe-se – todo mundo tem o direito de supor – que era empréstimo feito com o aval de alguém que iria, por antecipação, tomar o compromisso de pagar. Aí vai investigar a ação de ex-dirigentes.

O PT tem que se limpar, e tem que se investigar a ação do Governo como um todo.

Diz o **Correio Braziliense**: “Encurralado, o PT cria plano anticrise”. O plano anticrise, Sr. Presidente, tem que decorrer é das conclusões da CPI dos Bingos, da CPMI dos Correios, da CPMI do Mensalão. O Partido dos Trabalhadores só vai ter autoridade moral para dizer ou fazer qualquer tipo de investigação nos seus na hora em que essa história for passada a limpo, na hora em que as Comissões Parlamentares de Inquérito chegarem a conclusões. Antes disso, está tudo **sub judice**. Porque mudaram os dirigentes, o PT passou a ter autoridade moral para investigar a si e ao Governo? Não! Quem tem autoridade para investigar, e tem que fazê-lo, são as Comissões Parlamentares de Inquérito e os inquéritos que estão investigando as ações nos âmbitos administrativos. E disso não vamos abrir mão.

No meio disso tudo, surge, hoje pela manhã, uma denúncia que incomodou muito a mim, pessoalmente, e ao meu Partido. Graças a Deus, Senador Tião Viana, a minha palavra que está ocorrendo agora foi antecedi-

da pela palavra do Senador Crivella, que leu uma nota que é esclarecedora, para mim, em parte.

O que foi que o noticiário do meio-dia trouxe nas suas manchetes? Que um Deputado Federal, João Batista, PFL – SP ... PFL – SP...havia sido preso, ou havia sido detido, no aeroporto de Brasília, em um avião carregado de malas cheias de dinheiro. A manchete era: “Deputado do PFL de São Paulo Preso com Malas Cheias de Dinheiro”.

Senador Arthur Virgílio, a minha reação foi de indignação e de revolta, porque o PFL, como o seu PSDB, neste momento, são investigadores. Jamais aceito a condição de investigado, por hipótese alguma! Nós não temos contas aprestar. Nós não temos rabo de palha. A minha indignação é pelo que foi colocado no primeiro momento e que começa a ser – apenas começa a ser – esclarecido pela manifestação do Senador Crivella, que disse o seguinte: O dinheiro pertence à Igreja Universal. O avião pertence à Igreja Universal. O dinheiro foi declarado na Polícia Federal em Manaus. Ele tem origem e teria destino.

Então, as coisas estão no âmbito de a quem pertence o dinheiro? estariam limitadas. Não posso duvidar da palavra de um Senador da República nosso companheiro. S. Ex^a leu uma nota oficial.

O que eu gostaria, a par de manifestar minha indignação,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... e peço a V. Ex^a uma pouco mais de tolerância – de colocar duas premissas claras.

O Senador Marcelo Crivella falou sobre a origem do dinheiro. Retira-me meu primeiro incômodo, que era “afaste do PFL esse dinheiro”. O PFL não tem nada com esse dinheiro e não admite as manchetes que foram publicadas de o Deputado João Batista, do PFL de SP, ter sido detido com malas de dinheiro. “Afastem esse dinheiro”. O dinheiro dentro das malas não tem nada a ver com o PFL. Nada.

Segundo ponto: que viagem é essa em que estava o Deputado? Essa viagem não tem nada a ver com a missão do PFL. Nada. Absolutamente nada.

O que tem, sim, e que continua a nos incomodar é que o Deputado João Batista é detentor de uma mandato e o Partido ao qual está filiado é o PFL. Creio que o Deputado João Batista tem a obrigação de prestar urgentes esclarecimentos pedindo uma investigação profunda no episódio como um todo para livrar o incômodo que permanece nos seus companheiros de Partido.

Senadora Heloísa Helena, eu tive oportunidade de conversar com muitos membros da Executiva, com

muitos Deputados e Senadores do Partido que estão extremamente incomodados e na disposição de pedir ao Deputado que se afaste do Partido.

Mas eu não quero fazer nenhum prejulgamento, não quero fazer nenhuma antecipação de fatos. Não quero ser precipitado e acho que o Deputado tem o direito de se manifestar e de oferecer esclarecimentos. Agora, impõe-se que isso aconteça e rapidamente. O PFL não abre mão da sua condição, neste momento, de absoluta isenção. Não vai abrir mão da condição de investigador. Não aceita, por hipótese alguma, qualquer tipo de ilação com malas de dinheiro na sua atividade político-partidária. Que fique claramente esclarecida – e já começou a sê-lo feito pelo Senador Marcelo Crivella – a origem do dinheiro. Agora que fique claro, claríssimo o porquê de o Deputado ter sido encontrado nesta missão, porque, na minha opinião, é incompatível o mandato parlamentar do Deputado João Batista com a presença dele nessa viagem com as malas de dinheiro.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Líder, Senador José Agripino, eu estou ouvindo. E eu estava esperando o pronunciamento de V. Ex^a, porque sei que é da sua natureza política enfrentar os problemas de maneira corajosa, de maneira transparente, de maneira reta. Eu não tenho dúvida de que V. Ex^a faz uma defesa à altura da responsabilidade que tem como Líder do PFL. Entendo que o Partido de V. Ex^a não é merecedor; que, pelo episódio que observamos na manhã de hoje, se procure levar ao PFL uma pecha no direcionamento de também fazer um linchamento moral no PFL pelo ocorrido. É um episódio que deve ser esclarecido, sim. Eu não teria muita concordância com o que V. Ex^a disse de que talvez seja precipitado pedir o afastamento do Deputado. Penso que, nesses casos, é melhor pedir o afastamento, provar a inocência e trazê-lo reconhecido para o seu devido lugar, se for o que está posto nas explicações do Senador Marcelo Crivella. Tenho algumas preocupações diante disso, mas nem por isso faria qualquer insinuação sobre a honradez do PFL. Quando normas apontam que qualquer pessoa que vá transportar mais de R\$10 mil em qualquer aeroporto deve anunciar antes – e neste caso foram milhões – então temos que ver o que está havendo, por que se agiu dessa forma. Mas nem por isso eu ousaria pôr qualquer dúvida na honradez do PFL. Acompanho aqui diuturnamente o posicionamento político, a clareza ideológica, a responsabilidade política de como age o Senador Jorge Bornhausen, de como age V. Ex^a, a maneira direta e sincera de tratar os problemas da República, a responsabilidade que têm como Oposição, e não acho que seria justo pôr

em dúvida a honradez do Partido. O meu Partido, o PT, está passando por um violentíssimo, talvez o mais violento, processo de linchamento moral da História republicana. Também respeito os que agem assim, porque eu acho que o PT se portou tanto tempo como o grande arauto da moralidade, provocou tanto, gerou tanta antipatia em sua história aos seus adversários que pode estar passando mais como uma resposta, porque quem conhece a história do Partido dos Trabalhadores – e eu, que participo de 1981 desse processo de formação política do PT, conheço; agora estava reunido com toda a militância histórica do PT na minha região, na Amazônia Ocidental e sei das virtudes morais das pessoas – como eu não acha justo que se linche generalizadamente a história do PT. O PT não é merecedor da desonra por que está passando. Mas é o momento do processo político que se abateu sobre o PT e nós temos que ter coragem, e personalidade sobretudo, para enfrentar este momento, sem abrir mão das nossas convicções e da visão de Estado e do projeto de Nação que temos sob nossa responsabilidade. Acho que o Presidente do PT, José Genoino, é vítima injustificada neste momento da história republicana. Quero – e faço para isso as minhas orações todo dia – que em breve se comprove a inocência moral do Presidente José Genoino. Não consigo acreditar, pela história, pela biografia, por tudo que ele representa para a minha geração e para o nosso Partido, que ele possa ter algum desvio moral. Então, até prova em contrário, ele é um homem inocente. Já o cidadão que foi pego com dólar até na cueca, aquele, até prova em contrário, é corrupto, é bandido, é ladrão. Não tem jeito de se pensar o contrário. Se não for, que se diga e que se retratem os fatos. Esse caminho da lucidez e de se fazer justiça com os fatos é o melhor caminho para o momento político por que o País atravessa, porque o abate moral não está ocorrendo só sobre o PT, mas sobre toda a representação política da democracia brasileira neste momento. Então, mais uma vez, o meu respeito ao Partido de V. Ex^a e a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu agradeço o competente aparte do Senador Tião Viana, que tem adotado neste episódio toda uma postura sempre muito equilibrada e respeitável. Sou testemunha de que S. Ex^a, no primeiro momento, sugeriu ao Presidente a renúncia coletiva do Ministério e a formação de um novo Ministério, acima de Partidos, com figuras eméritas, como forma de o Presidente recuperar a credibilidade que está neste momento sob questão.

Agradeço a palavra de solidariedade ao meu Partido e as considerações que V. Ex^a faz, e que eu respeito, com relação ao seu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

Ouçõ o Senador Sibá Machado e, em seguida, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, peço desculpas porque estou um pouco anestesiado, pois acabei de vir de um tratamento dentário. Quero falar rapidamente, até porque pretendo me inscrever como Líder para falar um pouco sobre esse assunto.

Já fui abordado diversas vezes, depois dessa notícia, para fazer um gesto que considero até irresponsável, dizendo-me que agora tenho um elemento para fazer um contraponto. Eu digo que não tenho elemento algum. É preciso que saibamos primeiro o que ocorreu, de fato e de direito, para somente depois nos pronunciarmos.

O SR PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Conclua, nobre Senador.

O Sr Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Fico, digamos, aliviado com o pronunciamento de V. Ex^a. Se um filiado do PFL tomou uma atitude num momento como este, fico pensando se, diante de tantas denúncias, de tantas situações, como o fato ocorrido no último final de semana, quando outra pessoa também foi presa com dinheiro em mala e dentro das roupas, não há vontade de alguém – que não sei quem é – de ver a casa pegar fogo. Portanto, fico ao aguardo da posição do PFL, da decisão de um inquérito policial e de fatos mais convincentes para que se possa dizer o que de fato ocorreu nesse último episódio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Acredito que a decisão sobre o parlamentar cabe ao Partido de V. Ex^a, que, com certeza, terá lucidez suficiente...

O SR PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Conclua, Sr. Senador.

O Sr Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...para tomar o encaminhamento que se fizer necessário. Obrigado.

O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a não estava aqui quando o Senador Marcelo Crivella teve a oportunidade de se manifestar, deixando claro que o dinheiro apreendido nas malas no avião em que estava o Deputado João Batista, dos quadros do PFL, pertence à Igreja Universal do Reino de Deus, e que foi declarado. S. Ex^a, enfim, deu a justificativa da origem.

Para mim, isso não é tudo. Repito: para mim, a presença do Deputado, que detém um mandato parlamentar que pertence a um Partido, não era justificável em uma viagem de transporte de valores, sob qualquer justificativa. Mas penso que deve ser dado ao Parlamentar o direito de defesa. Julgo ser oportuno que S.

Ex^a se manifeste com brevidade. Seria de bom alvitre que S. Ex^a até abrisse mão de sua filiação partidária ou pedisse licença do Partido...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...no breve período de averiguação dos fatos, para que, se suas justificativas forem convincentes, se dê por encerrado o assunto. Do contrário, o Partido tomará a iniciativa de desfiliá-lo, por entender que houve quebra de decoro parlamentar e que S. Ex^a traiu a confiança do PFL no trato de dinheiro que, público ou não, envolve ética.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Líder José Agripino, antes de mais nada, parece-me desnecessário fazer essa ressalva quanto a não ser do PFL a responsabilidade desse episódio. O Senador Marcelo Crivella já a chamou para a Igreja Universal, alegando lisura nos procedimentos do Deputado. De certa forma, eu não gostaria de sair para comparações que poderiam parecer pouco normais, até estapafúrdias, do tipo: já que houve uma mala aqui, tem que haver outra mala acolá. E se mistura, nivelando por baixo. Não vejo que isso seja fruto da cabeça de ninguém sensato, nem que possa atingir o cerne, o coração da opinião pública. V. Ex^a cumpre seu dever de líder diligente e presta as explicações que julga cabíveis e, evidentemente, como democrata que é – e esse é o procedimento de seu Partido –, dará ao Deputado acusado o direito de se explicar. Se S. Ex^a se explicar suficientemente aos olhos de V. Ex^a e aos de seu Partido, poderá o Deputado permanecer no Partido; se não, evidentemente, haverá S. Ex^a de ser desligado do PFL. Mas esse procedimento é bem mais simples do que a crise em que está mergulhado o País. Essa crise é que tem que ocupar a inteligência, o esforço, a capacidade criadora e, inclusive, a capacidade investigativa dos brasileiros de bem. Na verdade, temos que avançar na direção da solução para a crise, que passa por irmos ao fundo das investigações e, portanto, às soluções verdadeiras. Mas V. Ex^a cumpre, como sempre, com brilho o papel de líder diligente, atento e responsável, falando em nome de seu Partido, o Partido da Frente Liberal.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, o mal se corta pela raiz, e não vamos nem de longe comparar os fatos. Agora, à mais leve insinuação de convivência com a improbidade, o meu

Partido se manifesta – e eu estou falando pelo PFL. Sugiro ao Deputado João Batista que se licencie, que preste esclarecimentos rápidos, que seja convincente e que mantenha a sua filiação. Caso negativo, o Partido tomará a iniciativa de fazer aquilo que lhe compete: desfiliá-lo para que a opinião pública entenda o PFL. Como? Com responsabilidade e autoridade moral para investigar, porque não convive com improbidades, seja de que natureza for.

Digo isto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na hora em que ocorre uma enorme coincidência. Senadora Heloísa Helena, neste final de semana, três fatos coincidentes foram denunciados. O Sr. Domingos Dutra, do Maranhão, prestou um depoimento na Polícia Federal, confirmando que havia recebido do Diretório Nacional do PT R\$327 milhões, em malas de dinheiro, para pagar contas de campanha. Ao mesmo tempo, a Deputada Neide Aparecida, em Goiás, é acusada pelo motorista, que transportou R\$200 mil. Ele afirma ter entregue esse dinheiro à Deputada Neide Aparecida, do PT de Goiás. Ao mesmo tempo, o Sr. José Adalberto da Silva, funcionário do Sr. José Nobre Guimarães, irmão de José Genoíno, é apanhado no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com aproximadamente meio bilhão de reais.

Parece-me que a pressão que está sendo feita sobre o megasquema de recursos financeiros, envolvendo o PT e Marcos Valério, está provocando a fuga ou a desconcentração do dinheiro...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...do diretório nacional para os diretórios estaduais. E que, para tentar escapar à evidência dos fatos, estariam tentando criar um elemento diversionista: vamos encontrar alguém de outro Partido, que seria do PFL. Do PFL, alto lá! Protestamos à altura. Queremos a investigação. E a posição do Partido é claríssima. O Deputado João Batista, na minha opinião, deve se licenciar de imediato, prestar os esclarecimentos ao Partido, que se reúne, no mais tardar até quarta-feira, para avaliar o comportamento ético de S. Ex^a e decidir sobre o futuro de sua filiação partidária.

Essa é a posição definitiva e irretocável do Partido da Frente Liberal.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Senador, um minuto, por favor.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Agradeço, Sr. Presidente. Não ouvi o discurso de V. Ex^a, Senador José Agripino, entretanto, já estou solidário de saída. Mas não há dúvida de que querem comparar isso aos dólares da cueca. A cueca é do PT, e isso ninguém pode tirar. De que é problema de dízimo da Igreja Universal, eu não tenho dúvida, mas isso eu também não aprovo. Eu não aprovo. Penso que isso é tirar dos pobres enganando a pobreza. De modo que, nesse ponto, concordo inteiramente com V. Ex^a, embora as notícias que tenho desse Deputado sejam boas. Mas não queiram comparar o PT conosco. Tenham paciência! Esta é a hora de o PT colocar a cabeça debaixo das pernas. E que ninguém olhe. Nem mesmo o Sibá, que é tão corajoso, deve apressar-se...

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– ...em falar sobre este assunto. Entretanto, é grave. Ele é que deve explicações à Nação, e a prova disso é que o novo presidente... É sempre assim, sai o Ministro porque é ruim e vai ser dirigente do Partido para fiscalizar os novos Ministros. Quero saber se os Senadores Renan Calheiros e José Sarney aceitarão essa fiscalização.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador

Antonio Carlos Magalhães, eu já havia falado, respondendo ao aparte do Senador Arthur Virgílio, sobre a impossibilidade ou a improcedência de comparação dos dois fatos. Não tem nada a ver! Até porque o Senador Marcelo Crivella já se manifestou aqui, assumindo a responsabilidade sobre a propriedade do dinheiro apreendido. Não vamos comparar alhos com bugalhos. Agora, o que resta e que se impõe – e o PFL não abre mão disso – é a incompatibilidade entre o exercício de um mandato parlamentar e uma viagem...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...carre-

gando milhões de reais, com destino desconhecido do PFL. Não é missão partidária e não é missão de parlamentar acompanhar milhões em aviões particulares. Isso é o que o Partido espera do Deputado João Batista para manter ou não a sua filiação partidária.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, por sete minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, enquanto o Senador Arthur Virgílio vai à tribuna, peço a V. Ex^a minha inscrição como Líder, se possível para falar após o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio ou intercalado com o orador que V. Ex^a considerar mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

S. Ex^a dispõe de sete minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise em curso começou com um episódio que, para setores do Governo, se esgotaria em si mesmo. A crise revelou mil facetas de diversos episódios. Em momentos anteriores, chegamos a ver crises com um episódio e com mil facetas a envolvê-lo. Desta vez, não. Desta vez, a preocupação que temos é, em primeiro lugar, a respeito de quando terminarão as denúncias, de quando cessará a torrente de denúncias; e, em segundo lugar, o alcance da crise do ponto de vista econômico, político e, se Deus quiser, não institucional.

Somente alguém que fosse rematadamente tolo poderia imaginar que uma crise política prolongada não haveria de exercer efeitos nocivos sobre a economia – até vejo que esses efeitos já se manifestam. Por exemplo, investimentos têm sido adiados; percebemos uma queda consistente, pouco a pouco, embora ainda não notável, das bolsas de valores. Isso tudo é fruto da forma desleixada com que o Governo se portou diante das primeiras denúncias.

Lembro-me, Senador Antonio Carlos Magalhães, de que o Senador Demóstenes Torres e eu, ao lermos uma matéria na revista **IstoÉ** a respeito da tal empresa Gtech, pedimos informações e recebemos respostas formais: apenas aquelas que o Ministro manda para não ser processado por crime de responsabilidade e para ganhar tempo, como se o certo fosse não responder efetivamente.

Lembro-me do episódio Waldomiro Diniz, hoje transformado em CPI. Se tivesse sido instalada a comissão parlamentar de inquérito àquela altura, talvez as práticas, que depois se observaram, tivessem sido mortas no nascedouro. Talvez tivéssemos, todos em conjunto, no início do Governo – Governo forte, cheio de projetos a realizar, podendo ainda propor uma ação

legislativa ambiciosa –, extirpado, de uma vez por todas, da perspectiva brasileira práticas que hoje estão aí a incomodar o País, a ameaçar a economia, a incomodar o Presidente da República.

Há, hoje, três comissões parlamentares de inquérito. Por mim, faríamos a junção de duas delas: a tal CPI do Mensalão com a CPI dos Correios, que seriam transformadas na CPI da Corrupção – ou do nome que lhe quisesse dar o Congresso Nacional ou a imprensa. Seria uma comissão parlamentar de inquérito apenas, com subrelatorias funcionando efetivamente para que se investigassem episódios como o do IRB e quaisquer que estejam a merecer esclarecimentos, além do caso Waldomiro, que envelheceu. Ele pode ter uma ligeira – não sei se tão ligeira – ligação com essa história de financiamento a Parlamentares para comprar opinião.

Esse episódio Waldomiro continuaria sendo posto a investigar, mas considero descabido que funcionem três comissões parlamentares de inquérito, com choques de opiniões e certas barafundas, redundâncias e repetições de depoimentos, com uma concorrência entre as comissões, visando cada uma a mostrar que não fracassou e que fez mais do que a outra.

Tenho a impressão de que a sensatez mandaria que trabalhássemos duas CPIs no máximo, dando-se toda a prioridade para essa que já está instalada, que é a CPI dos Correios, que muito bem poderia tornar-se CPI da Corrupção, com os assuntos todos da pauta brasileira sendo ali trabalhados.

Sr. Presidente, não foram poucos os alertas. Preparo um pronunciamento mais longo – e pretendo fazê-lo antes de qualquer hipótese de recesso parlamentar – a respeito exatamente desse tema, ou seja, das vezes em que alertamos o Governo, em que pedimos providências, em que exigimos atitudes. Quando não fomos tratados com desprezo, fomos tratados com desleixo. Quando não fomos tratados como se nos movêssemos por institutos revanchistas quando, na verdade, queríamos contribuir para o funcionamento correto do País.

Em algum momento, Senadora Heloísa Helena, cheguei a sentir uma certa limitação ao meu mandato, isso até em certos setores da imprensa e no debate diário com os meus adversários aqui dentro do Senado Federal. Eu pensava: Será que o meu mandato não é inteiro? Fui Líder e Ministro do Governo passado, e as pessoas diziam: “O Governo passado errou no item ‘a’, errou no item ‘b’, errou

no item ‘c’.” Digamos que tenha havido esses erros. Então, porque fui Líder e fui Ministro, supostamente eu não poderia alertar sobre nada, porque estaria, enfim, me desdizendo.

Então, sem AI-5, querem cassar o meu mandato, quando o meu mandato é pleno, é inteiro, tanto quanto o de qualquer Senador, até porque quem participou de erros tem muito o que falar sobre eles, se tiver honestidade intelectual. E quem crê que não viveu apenas erros, mas também acertos, deve, com honestidade, admitir seus momentos de erro e seus momentos de acerto. Em outras palavras, não se pode dizer assim: “Excluamos da opinião aqueles que governaram no passado!”, senão o Brasil será um País aberto plenamente apenas para aqueles que nunca governaram; e, quando estes governassem, seriam também cassados no seu direito de dar opiniões.

Procurei trazer para este mandato a minha experiência de homem de governo, a minha experiência anterior de homem de oposição ao Regime Militar, a minha experiência de quem, hoje, tem o dever e o direito de fazer oposição ao Governo que aí está, a equívocos do Governo que aí está, não aos interesses maiores do País.

Portanto, voltarei à tribuna brevemente para mostrar os momentos de advertência que fizemos, os momentos em que não fomos ouvidos, os momentos em que, se ouvidos, poderíamos ter conduzido o País a novos caminhos. E hoje temos uma crise, Senador Tião Viana, tão absurdamente grande, tão ameaçadora, não completamente delimitada nos seus efeitos, ainda não conformada no seu tamanho, ainda nem sequer delimitada e conformada nos seus episódios, que não sabemos mais qual será o próximo episódio, pois já aconteceu de tudo, estamos beirando o grotesco! A crise sai dos limites da política e entra nos limites ilimitados do “Casseta e Planeta”, com os episódios todos que estamos vendo.

Temos que dar respostas, e este País – pela milésima vez aqui advirto – tem um tempo político que corre contra ele próprio e que corre contra o Governo. Quanto mais cedo vierem as respostas, quanto mais profunda seja a investigação, quanto mais sério seja o procedimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, mais poderemos passar este País a limpo.

Se me permite, Sr. Presidente, mais um minuto, apenas gostaria de lembrar o que tenho dito muito a pessoas do Governo e a pessoas da Oposição em relação a como vejo o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Entendo que todo depoente merece respeito, porque está ali em

uma condição desigual. Meu pai me dizia: “Nunca seja grosseiro com alguém com quem você não possa sê-lo no elevador. Não seja grosseiro só porque você é Parlamentar e a outra pessoa está de mãos atadas.” Isso não compõe muito com o que recebi como lição familiar.

Além disso, as pessoas do Governo devem perceber que as investigações serão feitas na inteireza: quem tem que ser ouvido será ouvido, quem tem esclarecimentos a prestar vai prestá-los. Por outro lado, se nos deparamos com alguém que é simbólico para o Governo, a Oposição tem que ter a sensibilidade de saber explicar, conversar, negociar para dentro da CPI, para que não fique sempre uma sensação de trauma.

Vai ter que ouvir o senhor fulano de tal, que é muito importante para o PT. É importante que isso seja colocado para os membros da CPI, em reuniões que têm que acontecer, em reuniões reservadas, abertas, sinceras, como uma necessidade do momento, não como tentativa de impor humilhação a quem quer que seja.

Amanhã vem depor aqui o Sr. José Genoíno. Ele tem que ser tratado com respeito, tem que ser tratado com todo o respeito. Eu, pessoalmente, acredito que dificilmente ele terá se locupletado de qualquer dinheiro. Dificilmente. Acredito que errou e a sucessão de erros resvalou mesmo pelo mau uso da coisa pública. Mas, quando vier aqui o ex-Presidente do PT, ele vai ter que ser ouvido com respeito, vai ter que ser ouvido com acatamento. Vai-se perguntar a ele tudo o que se tem que perguntar, sem deixar nada de fora, mas não precisa ser aos gritos, não precisa ser nada que beire o desrespeito à figura política que ele sempre representou.

Desejo que essa CPI se realize como entidade capaz de buscar a verdade, apenas a verdade, somente a verdade. Se ela conseguir isso, ela estará atingindo seu objetivo. Seu objetivo não é outro. Seu objetivo não é colocar para baixo do tapete e nem fazer espetaculosidade, mas, sim, prestar um serviço ao País, porque a crise do Executivo passou para o Legislativo, é uma crise que está virando uma crise brasileira, com escândalos que se sucedem a cada momento e com a opinião pública perplexa.

Portanto, desejo muita lucidez a todos que têm responsabilidade neste momento e que cada um cumpra com o seu dever. O nosso, antes, foi o de advertir; o nosso, agora, é o de investigar; o nosso é, também, advertindo ontem, investigando hoje, o de procurar sempre não perder de vista os caminhos a serem

percorridos por esta Nação, que é a nossa vida, esta Nação chamada Brasil.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, por até 15 minutos.

A seguir falarão o Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco, o Senador Alberto Silva, pela Liderança do PMDB, a Senadora Heloísa Helena e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são tantos os problemas hoje vividos no Brasil, como o caso da corrupção que está sendo investigado, que será investigado profundamente, os problemas de violência, os problemas de desemprego, enfim, que a sociedade brasileira realmente está atônita.

Hoje, acordei com a notícia de que uma médica estava sendo detida porque se negou a prestar atendimento a uma criança, um fato também extremamente lamentável. Ela, depois, deu algumas desculpas, mas parece que não convenceu. Enfim, é um problema que tem que ser debatido também e é sobre essa crise na área da saúde que quero falar um pouco hoje.

A crise de atendimento nos hospitais públicos traz à tona um dos principais problemas deste País, que é o atendimento.

Um passeio pelo Brasil mostra-nos que em menor ou maior grau este é um problema endêmico. Fala-se muito em combater o desemprego e a violência, e isto é certo, porque são cânceres que maltratam a vida dos brasileiros, mas é preciso transformar esse dueto em um trio de prioridades, incluindo a saúde.

Priorizar a saúde, investir na melhoria do atendimento é investir na vida quando ela está mais fragilizada. No momento da emergência, a diferença entre morrer ou continuar vivo está no fato de o médico estar ou não presente na unidade de atendimento no momento exato e no detalhe de um aparelho funcionar ou não. Essa é uma questão cujas soluções não podem ser mais adiadas.

A responsabilidade pelo setor da saúde é dividida entre as três esferas de Poder. É fundamental, portanto, que todos façam sua parte, Prefeituras, Governos Estaduais e Governo Federal.

A saúde é também um dos poucos setores que têm verbas carimbadas. Ou seja, constitucionalmente, é obrigatório investir parte dos recursos arrecadados nesse setor. Mesmo assim, em qualquer pesquisa sobre demandas sociais, a saúde aparece como uma das reivindicações mais urgentes. E por que isso acontece? Porque, muitas vezes, mesmo com a existência de recursos, não se prioriza as ações corretamente.

Existem alguns problemas no Brasil que não dependem apenas de mais recursos, mas de iniciativas corretas. Às vezes chegamos a uma cidade e nos deparamos com a construção de um grande hospital público, mas ali na esquina já existe outro e não funciona direito. O que vai contribuir mais para a melhoria do atendimento? Investir no aperfeiçoamento do que já existe ou gastar rios de dinheiro em novas obras apenas para colocar uma placa com o nome de quem a inaugurou? Eu tenho a convicção de que a resposta certa é a primeira. É preciso fazer funcionar o que existe para depois avançar em novas iniciativas.

A cada dia ficam mais escassos os recursos em investimentos, mesmo para áreas prioritárias. É essencial sermos racionais e investir na qualidade e não na quantidade, a não ser que isso seja absolutamente fundamental.

É preciso melhorar a qualidade do atendimento. Quando um cidadão com problema de saúde necessita de um médico, ele precisa ter esse médico ao seu alcance.

Outro ponto é investir na prevenção. Os programas de agentes da família, em que os profissionais vão até as casas das pessoas, precisam ser ampliados. Está provado que essa é uma iniciativa inteligente e eficiente. Além de resolver os problemas menos graves, desafoga os hospitais, deixando-os mais livres para os casos de emergência.

Outra iniciativa é direcionar investimentos para obras de saneamento básico. A cada cinco anos, aproximadamente 300 mil crianças morrem no Brasil em função de doenças adquiridas pela ausência de saneamento básico. Os programas sociais que dão condições de melhorar a alimentação de famílias carentes também são investimentos importantes em saúde.

Para mudar a realidade do caos é preciso que os governantes firmem um compromisso prioritário com a saúde neste País. Investir na saúde é investir na vida. Mais do que isso: é melhorar a qualidade de vida das

pessoas. E isso é primordial para que o cidadão tenha uma vida digna.

Ouçó, com muito prazer, o ilustre Senador Alberto Silva, ex-Governador do querido Estado do Piauí.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Maguito, ouço com muita atenção o discurso de V. Ex^a, que aborda um assunto da maior importância para o nosso País. V. Ex^a fala em investir na qualidade em vez de na quantidade e também, no decorrer do seu discurso, menciona que os agentes de saúde têm de ser em número maior para que, se alguém necessitar de um serviço médico, haja a pronta ação daquele agente. Tudo certo, tudo correto, tudo bem. Mas, Senador Maguito, V. Ex^a, que, como eu, foi Governador, sabe que há um fato preocupante: aquele que não se alimenta adoece mais rapidamente, fora as doenças viróticas, das quais não se pode escapar. Cheguei a esta conclusão todas as vezes em que tratei deste assunto em meu Estado e o mesmo deve ter ocorrido com V. Ex^a. Mas, na verdade, grande parte das doenças do povo brasileiro parte da fome crônica, pois o desemprego o impede de almoçar, de jantar e de ter o seu café. Come-se uma vez por dia. Assim, a família, sem qualquer condição, tem seu organismo debilitado, suas defesas orgânicas ficam diminuídas e as doenças a atacam com mais facilidade. Então, neste instante, o problema número um do Brasil é empregar a população, oferecer um programa que possa chegar a todos, como aquele do campo, de que falei em pronunciamento anterior. Quanto a ele, eu me reportarei oportunamente. Mas V. Ex^a aproveita a oportunidade e traz ao plenário um assunto da maior importância e o faz com o brilho habitual. Meus parabéns!

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço-lhe o aparte e incorporo as palavras tão bem mencionadas por V. Ex^a. É uma realidade. O Brasil tem que se preocupar muito com a alimentação do seu povo, principalmente dos pobres e daqueles que, mais do que pobres, são indigentes.

Tenho o orgulho de dizer que, quando governei Goiás, criei os programas sociais mais robustos deste País. O Programa do Leite e do Pão distribuía todos os dias pão e leite nas 246 cidades. Quando o sol raiava no horizonte, 110 mil litros de leite eram distribuídos a 110 mil criancinhas pobres em todas as cidades goianas, bem como o pão vitaminado. Tratava-se de pão desenvolvido de forma diferente dos demais, que possuía, inclusive, mais propriedades. Recordo-me de que o Programa do Leite e do Pão ajudou a diminuir muito a mortalidade infantil

em Goiás. Além de socorrer as criancinhas pobres, fornecíamos pão e leite para praticamente todas as entidades filantrópicas. Todas as entidades filantrópicas de Goiás eram beneficiadas pelo programa, além de receberem uma cesta de 28 kg, todos os meses. Falo de 152 famílias.

As 100 mil famílias mais pobres do nosso Estado não pagavam energia nem água. Era um programa extraordinário. Muitas vezes, quanto ao pobrezinho que tem duas lâmpadas e não tem uma geladeira, um freezer, a empresa de energia gasta mais para emitir os documentos e mandar um funcionário fazer a leitura. Às vezes, fica mais barato para o Governo isentar essas famílias.

Isentávamos, pois, as famílias mais pobres de Goiás do pagamento da água e da luz. São programas que ajudam, sem dúvida alguma, para uma alimentação melhor daqueles que não têm emprego ou que, quando o têm, não ganham o suficiente para uma alimentação digna. Agradeço muito a V. Ex^a o aparte.

Sr. Presidente, antes de finalizar, apresento as boas-vindas ao nosso querido Senador Wellington Salgado de Oliveira, que tomou posse hoje no lugar do ilustre Senador Hélio Costa, de Minas Gerais. O Senador Wellington Salgado de Oliveira é voltado para a educação, inteligente e, sem dúvida alguma, vai trazer boas idéias, luzes para o Senado, apresentar importantes projetos de lei, emendas à Constituição, requerimentos e participar das Comissões. Enfim, Wellington Salgado de Oliveira vai brilhar no Senado Federal. Por isso, desejo a S. Ex^a boas-vindas e êxito na sua missão no Senado da República.

Ao mesmo tempo, desejo ao Senador Hélio Costa, que se licencia para assumir o Ministério das Comunicações, que possa, sem dúvida alguma, fazer um grande trabalho em favor do Brasil e dos brasileiros. Hélio Costa tem uma longa trajetória como jornalista, como correspondente internacional, como político e, por certo, dará uma contribuição muito grande no Ministério das Comunicações.

Portanto, meus cumprimentos ao Senador Hélio Costa e ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, que assume uma cadeira nesta Casa.

Agradeço, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, e, a seguir, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que está inscrito para uma breve comunicação.

O Senador Sibá Machado tem a palavra nos termos do art. 66, parágrafo único, por sete minutos. Depois do Senador Antonio Carlos Magalhães, falará o Senador Alberto Silva, que é orador regular, e a Senadora Heloísa Helena.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir à tribuna no dia de hoje, em que pese estar com a boca anestesiada, com as palavras saindo pela metade. Vou tentar expor um pouco do meu pensamento principalmente quanto aos episódios desse final de semana.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, num aparte feito ao Senador José Agripino, ficou muito claro que nós do PT não estamos nem um pouco interessados em fazer, no que se refere a qualquer fato que envolva qualquer pessoa de qualquer Partido político ou agremiação social, campeonato de acusação. Longe de nós. Isso está reiterado. V. Ex^a já o disse e responde pela vontade de todo o nosso Partido. Isso não vai ocorrer.

Fico, às vezes, pensando como é que as notícias chegam. A primeira notícia que tratou desse avião falava em menos de R\$1 milhão – foi a primeira versão que ouvi. Depois, foi para R\$20 milhões; agora, para R\$6 milhões. Fico imaginando, no meio de tantas expectativas, como fica a cabeça de uma pessoa que não tem acesso à velocidade dos meios de comunicação.

A outra coisa é o que ocorreu com esse funcionário do gabinete do Deputado Estadual Guimarães, do PT do Estado do Ceará. Eu estava naquele momento em São Paulo, numa reunião a que ele também estava presente e percebi que houve, do momento da notícia à chegada de algumas das explicações, um verdadeiro baque, uma pancada no coração.

O Deputado nos trouxe a seguinte versão: esse funcionário, de fato, trabalha com ele e é filiado ao PT do Estado do Ceará há algum tempo. É um dos funcionários conhecidíssimos do PT do Ceará, pessoa sempre vista como ímpar no que diz respeito ao seu trabalho, e não havia jamais qualquer perspectiva de essa pessoa estar envolvida com qualquer cena dessa natureza.

O que ocorre de estranho? Na quarta-feira da semana passada, pela manhã, ele teria feito uma ligação para o Deputado Guimarães, que já estava em São Paulo para participar dessas reuniões que tivemos. O Deputado conversou com esse funcionário como se ele estivesse em Fortaleza, tratando da sua agenda para

esta semana que iniciamos. Essa versão do telefone está comprovada. A última vez que se falaram por telefone foi exatamente na quarta-feira de manhã.

Depois, ele saiu da cidade de Fortaleza dizendo que estava indo passar um final de semana prolongado na casa de seus familiares, na cidade de Aracati, porque estava muito cansado e gostaria de passar um final de semana mais tranquilo. Foi essa a versão que ele deixou ao sumir da cidade. Todos imaginaram que ele teria ido para Aracati.

Depois que foi flagrado pela Polícia Federal com as malas de dinheiro e com dinheiro dentro das roupas, o intervalo de tempo entre a sua prisão e o telefonema que foi feito para a contratação de um advogado foi muito curto, de menos de trinta minutos. O advogado para quem ligou pertence a uma das bancas mais renomadas do Estado de São Paulo, uma das bancas mais caras do Estado de São Paulo. Não é para qualquer “bico” o acesso àquele apoio jurídico. Depois, fechou-se em copas. Não falou com ninguém, absolutamente com mais ninguém.

José Genoio tomou a iniciativa de pedir que os advogados do PT fossem conversar com ele, saber o que estava ocorrendo, e ele se recusa a falar com o advogado do PT.

Estamos aqui imaginando, Sr Presidente. Vamos dizer que o PT tivesse dinheiro guardado na sua sede e que estava querendo mandar o dinheiro para fora. Será que somos tão burros? Será que somos tão idiotas? Se tivéssemos dinheiro guardado dentro de mala na sede do PT iríamos mandá-lo por um “babaca”, para pegar um avião? Eu não admito. Não posso admitir que queiram nos transformar em imbecis desse quilate.

Sr. Presidente, eu gostaria mesmo que a Polícia Federal pudesse nos dizer a todos o que esse cidadão foi fazer em São Paulo e a mando de quem. Estamos querendo saber que notícia é essa. Ninguém mais do que nós está interessado. Tudo leva a crer que ou esse cidadão, durante esses anos todos, se tornou um agente duplo ou esse cidadão, em algum momento, foi convencido por alguém a prestar um grande serviço a não-sei-quem.

A que grande serviço me refiro? Naqueles dias, Delúbio e Silvío Pereira foram prestar esclarecimentos à Polícia Federal; naquele dia, estava reunida em São Paulo a corrente majoritária do PT chamada Campo Majoritária do PT, chamada Campo Majoritário, para avaliar a situação do Presidente José Genoio. E era véspera da reunião do Diretório Nacional do PT, que tomaria determinadas deliberações a respeito do funcionamento de sua Executiva. É muita coincidência!

Ninguém mais do que eu gostaria de ouvir a explicação da ligação desse cidadão.

Portanto, fique o PFL tranquilo que, da parte do PT, esse tipo de insinuação jamais haverá. De nossa parte, não! E não falta esse tipo de conselho. Repito a V. Ex^a, Senador José Agripino, que, hoje pela manhã, me disseram que agora eu tinha uma boa matéria para fazer contraponto. Eu disse: “Contraponto coisa nenhuma! Estamos tratando de coisa muita séria, muito séria mesmo. Não vamos tomar esse tipo de atitude”.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Lembro que, na campanha eleitoral, um cidadão conhecido de muitos tentou sugerir que o PT fizesse uma peça de acusação de recursos financeiros do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que refutamos de imediato. Não vamos entrar nesse tipo de caminho. Sr. Presidente, infelizmente, estamos entrando em uma situação que é uma verdadeira onda de terror que quer acabar com a vida de pessoas, que é o que há de mais sagrado.

Ouçõ, com atenção, o aparte do Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a demonstra ser um homem sensato e equilibrado pelo fato de não ter acolhido o mau conselho que lhe deram de fazer o contraponto entre o que está ocorrendo com o PT e o que supostamente ocorreu com o PFL, pois V. Ex^a teria sido desautorizado por seu correligionário, o Senador Marcelo Crivella, que assumiu dessa tribuna, desse mesmo lugar, a propriedade e a legitimidade dos recursos pela declaração na Polícia Federal de Manaus, no Amazonas, e teria dito que o dinheiro pertencia à Igreja Universal do Reino de Deus. A única dúvida que o PFL tem e da qual não abre mão de ver investigada é por que o Deputado João Batista, que detém um mandato parlamentar que pertence ao PFL, acompanhava essa viagem. Isso não aceitamos, a menos que S. Ex^a venha a se justificar com propriedade. Mas o dinheiro, que é o dolo, o fulcro central, e talvez oferecesse o contraponto a que se referia V. Ex^a, já foi devidamente esclarecido pelo Senador Marcelo Crivella, que leu uma nota em que teria deixado V. Ex^a muito mal se tivesse estabelecido o contraponto casos do PT versus caso do Deputado João Batista com a Igreja Universal do Reino de Deus.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e reitero que nós também não estamos nem um pouco dispostos a esse tipo de situação.

Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex^a para concluir meu pensamento no que diz respeito ao desafio da nova Executiva de nosso Partido. O Ministro Tarso Genro, que deve deixar a pasta em breve, assumindo a Executiva do Partido dos Trabalhadores, tem a missão de reiterar para os filiados do Partido, que são mais de 800 mil, e para a sociedade brasileira a correta e bem sucedida política externa do Governo Lula, de reiterar para nossos 820 mil filiados e para a sociedade brasileira a correta condução da política econômica do País pelo Presidente Lula, e de reiterar aquilo que a sociedade sugere que se avance ainda...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...mais, nas políticas sociais. Essa é a missão do novo Presidente, nosso querido companheiro Tarso Genro.

Gostaria também de frisar, Sr. Presidente, que não me sai da cabeça que há diversos tipos de interesse em jogo no cenário atual: interesses políticos, com a antecipação das eleições, pelo menos no debate a esse respeito; interesses na elucidação dos fatos que ocorrem, se há ou não ligação verdadeira no que se diz; interesses, quem sabe, do passado, de algum saudosista que pensa que há uma relação pejorativa, asquerosa, contra o Presidente Lula, por um operário de pouca escolaridade ter assumido a Presidência da República. E digamos que nessa junção de interesses, de pontos de vista que não se conciliam ideologicamente, mas que podem se conciliar, sem sombra de dúvida, em matéria ocasional, conjuntural, de dizer que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Mais um minuto, improrrogável, a fim de que V. Ex^a possa concluir, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Diante de tudo isso, o Partido dos Trabalhadores está com a consciência tranqüila de que nosso papel na CPI dos Correios, na CPI dos Bingos ou na CPI do Mensalão, que será instalada, ou em qualquer outra CPI que vier a se instalar nesta Casa, é o de contribuir ao máximo a fim de que a elucidação seja feita em tempo recorde. E por que dizemos isso? Porque quem

tem de responder publicamente somos nós, principalmente, pois nossos nomes foram citados. A ninguém mais do que nós interessa isso.

Concluindo, Sr. Presidente, acerca dos episódios da semana passada, por que houve tanto grito naquele momento? Porque ninguém é criança. Havia, naquele momento, uma condução meramente política. Não estávamos ali discutindo uma atuação imediata que precisava ser resolvida. Portanto, digo, em alto e bom som, para todo o Brasil: “Não temos medo de investigação”. E reitero: qualquer companheiro nosso que estiver envolvido, com certeza pagará com relação ao que a lei atribui a essa pessoa, seja no âmbito da...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...investigação policial ou no âmbito da investigação nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por até sete minutos.

A seguir, Senador Alberto Silva e Senadora He-loísa Helena.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, nosso Partido está inteiramente certo em não permitir que esta Casa entre em recesso diante dos graves acontecimentos que o País vive. Não podemos votar a LDO porque não queremos autoconvocação, não queremos que o Presidente da República convoque, não queremos que os Presidentes da Câmara e do Senado convoquem, porque, assim, os Senadores e Deputados terão que ganhar ajuda de custo. E se prorrogarmos a LDO, como estamos fazendo, não vai se pagar a ninguém, e todos terão a obrigação de trabalhar.

Hoje é um dia incomum. Há poucos Senadores porque às segundas e sextas-feiras não há um grande comparecimento. Entretanto, alguns pontos devem ser tratados agora.

Em primeiro lugar, já expliquei que o caso do Parlamentar do PFL é muito diferente do caso do PT. O problema – e pediria a atenção do Senador Sibá Machado – é saber a origem do dinheiro, de onde veio esse dinheiro e, pelo discurso do Senador Sibá Machado, que hoje lidera o Partido dos Trabalhadores, evidentemente, houve uma conspiração contra José

Genoíno; alguém fez tudo isso a fim de que José Genoíno perdesse a Presidência. Pergunto: por que os senhores aceitaram? Por que aceitaram derrubar o Genoíno assim, tão facilmente?

V. Ex^a quer me apartear?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com o maior prazer, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre esse fato, estávamos há duas horas de conversa, com todos analisando a importância de o Genoíno permanecer na Presidência do PT. Ele disse: "Não façam nenhum cavalo de batalha. O que for melhor para todos eu aceito". Foi exatamente nesse interstício que surgiu a notícia do cidadão com dinheiro dentro das roupas. Quando viu aquilo, ele disse: "Fico impossibilitado espiritualmente de continuar à frente do PT. Peço que vocês compreendam a situação". Porém, a nossa decisão era a de que ele permanecesse. Temos certeza da inocência do Presidente do Partido, e de que não há qualquer ligação dele com esse tipo de episódio. Entretanto, ele disse: "Vou para casa. Preciso descansar. Estou muito cansado. Se necessário for, voltamos a tratar do assunto em outro momento". Naquele momento, ele pediu encarecidamente que entendêssemos. Nós compreendemos e demos a ele o direito de ir para casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A benevolência me faz aceitar o aparte de V. Ex^a e tomá-lo como verdadeiro.

Quero dizer, entretanto, que há casos graves no Partido dos Trabalhadores. Um deles – não desejo falar para não magoar a figura do Presidente da República – é o problema em relação ao seu filho. Aliás, penso que o filho do Presidente Lula é menos culpado do que a empresa que tentou suborná-lo ou que o subornou. Como esse fato é muito pessoal, não quero tratar do assunto antes de ficar totalmente elucidado, mas tem que ser elucidado. A Telemar não colocaria esse dinheiro gratuitamente. Não é isso que os homens ricos fazem, e a empresa só tem homens ricos. Portanto, não trato desse caso em respeito à figura do Presidente da República, mas vai ser tratado.

Quero tratar principalmente dos fundos de pensão, que darão muita dor de cabeça a V. Ex^{as}, porque é aí que está a principal ação dessas figuras que estão desmoralizando a política no Brasil mediante compra de votos.

As coisas que acontecem com esse Marcos Valério... Já se tem elementos de sobra para colocá-lo na cadeia. E o que se publica? Que ele tem o telefone do meu gabinete. O telefone do meu gabinete todo mun-

do pode ter, até um ladrão como Marcos Valério, mas nunca recebi telefonema dessa figura, nunca o conheci nem quero conhecê-lo, a não ser quando o vejo na CPI pagando o preço da sua desonestidade.

O mal do Partido de V. Ex^a foi ter confundido Partido com Governo; e, quando se confunde Partido com Governo, o resultado não é outro.

Agora, o que se vêem? Os derrotados. O Presidente Tarso Genro não é um derrotado; é um homem até de valor, não há dúvida, Sr. Presidente. Mas o Delúbio é realmente um ladrão, está mais do que provado. O Sílvio Pereira era um distribuidor de cargos para roubar. Esses foram expulsos. Logo depois, veio o Deputado José Genoíno. É uma crueldade com ele. V. Ex^{as} foram pouco corretos, pouco amigos e pouco solidários com o Genoíno.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já terminarei, Sr. Presidente.

Mas apuraremos tudo aqui. Este mês tem que ser de apuração de todos esses casos. Quantas CPIs forem necessárias devem ser feitas. Faz-se depois uma grande CPI, mas vamos investigar tudo nas CPIs que estão já formadas para não haver atrasos. A CPI dos Correios já poderia estar muito mais adiantada se fosse pela vontade de alguns Senadores e Deputados que dela participam. Mas, infelizmente, a direção – que é de um homem de bem, o Senador Delcídio Amaral – tem sido pouco ativa em colocar as coisas nos devidos lugares.

Quem perde com isso é o Congresso Nacional. Os políticos passam a ficar desmoralizados na rua. Nós todos ficamos igualados àqueles que recebem mensalão. Que o mensalão existe, o Presidente Lula sabia. Isso ninguém pode ignorar. Tenho certeza de que a carta do Sr. Marconi Perillo, já que ele não quer vir pessoalmente depor, vai provar isso, porque ele avisou – assim como Miro Teixeira e Roberto Jefferson avisaram. Então são três pessoas que avisaram ao Presidente há muito tempo. De certa época em que ele recebeu o aviso, mandou suspender, mas já estava muito em curso, tinha mais de dois anos de mensalões. E agora vem a Presidência do PT dizer que vai monitorar os seus ministros.

Veja que independência vai ter este Governo, que já começa com o PT comandando. Mesmo que monitorasse, que não tornasse público para não desmoralizar as figuras que estão sendo nomeadas hoje pelo próprio PT. E, mais ainda, se eles vão vigiar, vão vigiar também os ministros do Renan Calheiros e do José Sarney, do PMDB. Serão todos vigiados, porque não é justo que só vigie e monitore os homens do PT.

É justo que monitore todo o Governo, já que o Partido monitora, e o Presidente não comanda.

V. Ex.^a há de ver que, para haver monitoração do Partido, é porque o Presidente da República não comanda os seus ministros. Se ele comanda, não precisa de monitor; se ele não comanda, é preciso de monitor, e o Tasso Genro já se colocou como esse monitor.

Meus amigos, eu tenho muito interesse em que essas coisas fiquem logo claras, que tudo fique certo para o Brasil encontrar o caminho. Ninguém mais pode ficar aceitando as coisas que ocorrem.

Eu teria muito mais a falar, mas, obediente que sou ao Presidente, terminarei. Amanhã, se possível, voltarei para debater com V. Ex.^a certamente esses assuntos que são do interesse não meu, mas do País. O Brasil não pode continuar com o Governo que está. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva por até quinze minutos. A seguir, a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nós, das duas Casas do Congresso, estamos perplexos, porque os acontecimentos que se sucedem nos colocam em uma posição quase vexatória. Afinal de contas, estamos aqui, somos responsáveis por propor, na legislação do País, reformas, mudanças, criação ou aprovação daquilo que vem do Executivo. É o nosso papel.

De repente, os nossos Senadores e Deputados estão todos ocupados em três CPIs a respeito do que está ocorrendo no País, e a população inteira do País a imaginar sobre todos nós. O Senador Antonio Carlos Magalhães disse que acabamos nos nivelando. Eu queria fazer uma observação, e a população tem que prestar atenção nisto: o Congresso tem 503 Deputados e 81 Senadores. O que nós temos que fazer neste momento, nesta hora que vive o Brasil? O meu Partido tomou a posição de indicar três ministros: o das Comunicações, o de Minas e Energia e o da Saúde.

O Senador Antonio Carlos acaba de fazer uma observação: que o PT, por intermédio de seu novo dirigente, vai monitorar os ministros do Partido, e recomenda que também faça o monitoramento dos ministros do PMDB.

Como eu faço parte do PMDB há mais de 30 anos – antes havia o MDB e nós éramos PP; depois se juntaram e criou-se o PMDB –, neste instante faço uma observação. Nós temos dois problemas sérios no Brasil. Temos vários problemas, temos muitos problemas. Quando olho para o Senador Antonio Carlos, lembro-me dele Governador, como eu; ele três vezes,

e eu, duas vezes; depois, ele ministro, e eu, presidente de outras empresas. De qualquer forma, nós estivemos presentes neste País desde a época do regime militar e depois no democrático. Passamos por tudo isso e estamos aqui novamente os dois.

O que eu acho que deveríamos fazer neste instante? O que falei de importante neste momento? Vou dizer mais uma vez. Mantive entendimento, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, com a Associação Nacional dos Construtores, das empresas que constroem rodovias, que constroem barragens, que constroem usinas, enfim, a engenharia nacional, e pedi a eles que nos dessem o retrato do dia de hoje: quantas estradas brasileiras federais já estão contratadas pelo Ministério dos Transportes, que está aí há dois anos e meio e ainda não pôde fazer aquilo que suponho que ele gostaria de fazer, mas o Brasil está esperando, porque o Brasil tem um déficit enorme. O Brasil está tendo um prejuízo, vou repetir – nunca é demais repetir –, de R\$6 bilhões por ano, as carretas estão jogando óleo diesel fora. Quem quiser pegar uma aulinha de termodinâmica, estou pronto para dar. Uma carreta de 50 toneladas, ao desacelerar, o motor joga óleo fora, porque perde a carga. Para acelerar, ele é obrigado a usar toda a potência. Para arrancar da velocidade zero para alguma velocidade, ele usa a potência toda do motor, desnecessariamente, porque ele pára e acelera, pára e acelera. Fiz um estudo de sucessivas aproximações e cheguei a um número espantoso: 30% a mais, as carretas gastam nessa história de parar e acelerar por causa dos buracos. Como são 30 mil quilômetros, isso multiplicado, dá 30%. Trinta por cento de 14 bilhões de litros, dá quase 4 bilhões e fração de litros de óleo diesel jogados fora; isso a R\$1,50, totalizam R\$6 bilhões por ano. A Petrobras importa, vende para os frentistas e os frentistas vendem para o povo, para a carreta, e a carreta joga fora. Quem pagou? As transportadoras aumentaram o frete mais ou menos 30%, para compensar esse prejuízo, e ainda não tira o prejuízo e ainda não o elimina por completo, porque o seu patrimônio está se arrebatando em pneumático, em vidas humanas, que não é o seu patrimônio, mas é patrimônio brasileiro. E tudo isso está acontecendo. Tem remédio? Tem.

Pretendo, em breve, oferecer um documento à Ministra Dilma Rousseff e tenho certeza de que ela aceitará a proposição. Creio que o documento – estou esperando informações que pedi – será mais ou menos assim: aproximadamente 200 empresas de engenharia... Eu falava em cem, mas o Presidente da Associação disse que poderíamos colocar duzentas empresas brasileiras, algumas maiores, outras médias e algumas

pequenas para consertar os trinta mil quilômetros de estradas federais destruídas neste País.

Então, admitimos quinze mil quilômetros por ano, três bilhões por ano, da Cide ou da Petrobras.

A Petrobras, na verdade, não teve prejuízo, quem tem o prejuízo é o povo. A Petrobras importa o óleo, distribui e vende para os frentistas a dinheiro, os quais também vendem a dinheiro. E a carreta joga fora porque há buraco no caminho.

Isso está em português, está claríssimo. Não há dúvida sobre isso. Isso é palmar. Se conserto a estrada, não tenho nem os seis bilhões de prejuízo, nem os 35% de aumento do crédito.

Então, vou fazer essa proposta à Ministra, vou pedir uma audiência ainda esta semana, porque é urgente. Espero que os três Ministros do meu Partido não cheguem lá apenas para serem Ministros do PMDB. É verdade que o Ministério dos Transportes não é nosso, mas o problema é de todos nós. Nesse caso, eu passo o documento: a estrada é isso aí, vou fazer uma proposta para consertarmos isso em 18 meses – 18 meses, repito. Duzentas empresas de engenharia trabalhando fazem mesmo e balançam este País – não tenho dúvida disso – e geram dois milhões de empregos de saída. O projeto seria iniciado em todos os Estados, ao mesmo tempo e no mesmo dia. Isso é possível? É, sim, desde que haja um comando unificado, que deve ser lá na Presidência da República, um secretário-executivo, algo que estou estudando juridicamente para não fazermos nada que possa ser considerado ilegal. Isso, com relação às estradas.

E o biodiesel está solto, sem dono. Todo mundo fala em biodiesel e se constrói usinas. E há biodiesel por todo lado. E os chineses, a Europa e o Japão querendo biodiesel, e nós podemos fazer biodiesel. Pelo amor de Deus, podemos fazer álcool e biodiesel. Temos o que eles não têm: somos um país tropical, com sol. O sol é que faz o biodiesel. Ele transforma as plantas virgens da luz solar e da água. É aí que a mamona cresce e produz óleo. Aí é dom de Deus. Produz óleo. Esmago o óleo, tiro o óleo de mamona e o transformo em biodiesel. Posso fazer quantos litros? Quantos milhões de hectares tem o Brasil?

Falta só arrumar a casa, mas, para isso, tem que ter um comando. O álcool tinha um comando; era o Proálcool; era um programa. A Petrobras financiou este programa durante anos; agora, ele é independente e nós já estamos produzindo 14 bilhões de litros de álcool por ano, mas podemos ir para 20, podemos ir para 30 e exportarmos isso para aumentar a receita de nosso País com aquilo que podemos fazer, gerando empregos.

Nós fizemos um ensaio no Piauí: em três hectares, podemos colocar uma família, que pode produzir três toneladas de mamona, fazer 1.500 litros de óleo, que darão 1.500 litros de biodiesel. Se empregarmos um milhão de pessoas, cada uma com três hectares, teremos três milhões de hectares – isso não vale quase nada –, pois só o meu Estado tem 20 milhões de hectares e no Mato Grosso outro tanto. Então, vamos fazer o biodiesel de mamona. Vamos gerar emprego.

E a soja? Por que nós vendemos grãos de soja? Quarenta milhões de toneladas, se não me engano... Nós vendemos grãos! Por que não esprememos esses grãos aqui, extraímos o óleo, fazemos biodiesel do óleo de soja, porque ele é produzido à máquina (é plantado e colhido à máquina)? E o farelo de soja, o que faremos dele?

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós já estamos com a pesquisa bem avançada. O farelo de soja pode dar farinha panificável... Pão! Pão para aqueles que precisam de pão, e como precisam os brasileiros... Os pequenos, as crianças, como precisam de pão. E nós podemos usar a soja de duas maneiras: nós podemos tirar o leite de soja e fazer a farinha de soja – que dá pão –, e podemos fazer o óleo.

Há duas maneiras de tratar a soja. Já está testado. Estamos fazendo essa experiência no Piauí e vamos mostrar ao Brasil que isso é possível.

Falta uma ação. O biodiesel deveria ser um combustível renovável. Vamos criar uma empresa? Assim como foi criada a Petrobras para os combustíveis fósseis, vamos criar uma empresa que comande as ações dos combustíveis renováveis: álcool, biodiesel, energia solar. Tudo o que não for fóssil estará sob o comando de uma nova empresa. É complicado fazer? Não. Poderíamos criar uma empresa vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, que cuida do problema da industrialização do País, da exportação. Essa empresa poderia ser vinculada a ele. Poderia ser a Companhia Brasileira de Combustíveis Renováveis, algo como Combrás. Devemos ter um comando para que a questão não fique dispersa como está. No meu Estado, por exemplo, já construíram uma usina com capacidade de 90 mil litros de biodiesel/dia. Chamaram os lavradores e disseram: “Agora, vocês vão vender mamona para nós.” Os lavradores perguntaram: “Por que mamona?” E responderam: “Porque temos uma usina para fazer biodiesel.” Sabe o preço que estão querendo oferecer? Cinquenta centavos por quilo. O lavrador, por sua vez, entende que é melhor plantar milho, mandioca e feijão do que mamona. Estamos invertendo essa situação. Estamos criando associações dos produtores, dos pequenos lavradores, três hectares para cada um. Cinco mil reunidos fazem

uma pequena usina para cinco mil lavradores. Eles colhem a mamona deles e entregam para a usina, que faz óleo, faz biodiesel, e ainda pega o pé de mamona e faz adubo orgânico, que o Brasil não tem. O Brasil usa NPK importado. Se ele fizer adubo orgânico, economiza 70% de adubo importado. Creio que, no momento, esses seriam os dois problemas que o Governo Lula poderia resolver.

Vou combinar com os Ministros do meu Partido: não fiquem apenas como Ministros. Vamos nos reunir. Se o problema é biodiesel e estrada, vamos nos reunir e chamar o homem do Ministério dos Transportes. Eu não sei de qual Partido é, mas, de qualquer forma, é Brasil. Nós estamos precisando fazer algo. Estou colocando aqui uma oportunidade à consideração dos meus Pares das duas Casas e aos brasileiros que estão me ouvindo. Vamos fazer isso...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu vou convocar os meus Companheiros, pedir uma audiência à Ministra Dilma Rousseff e levar isso lá. Tenho certeza de que ela é uma mulher decidida, não é daquele núcleo duro em que não falávamos com ninguém. Creio que ela é capaz de endossar essa idéia e colocá-la em ação para, afinal de contas, o Brasil caminhar um pouco, porque ele está parado, cheios de CPIs por todo lado. Cada dia, mais outra, mais denúncias etc., e o País parou. Vamos ver se fazemos ele andar.

É a contribuição que eu quero dar, acreditando que o Presidente Lula seja ainda uma pessoa que esteja precisando disso para decolar e afastar aqueles que são más companhias, como disse um dos Ministros dele, e que servem de motivo para toda essa onda que está no Brasil. O Presidente sabia...

(Interrupção do som.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Terminou, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

Que os brasileiros que estão me ouvindo aguardem, porque eu não sou de dizer e não fazer. Vou fazer, vou levar isso à Presidência da República, através da Ministra Dilma Rousseff, e tenho certeza de que, se ela aprovar, o Brasil balança com o biodiesel e com as estradas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena por até 15 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez vou tratar de um tema que, é evidente, não me causa

nenhuma alegria, mas faço por me sentir na obrigação constitucional de fazê-lo e também pela minha própria consciência.

Na vida do pobre há um ditado que diz assim: todo dia com sua agonia. Então, certamente a grande maioria do povo brasileiro repete para si mesmo que, na vida do pobre, todo dia uma agonia; na vida do rico, todo dia uma patifaria.

Todos os dias, acho que desde a semana passada, podemos presenciar o cinismo e a dissimulação de muitos agentes públicos que, como eu já tive a oportunidade de dizer aqui, várias vezes, “através da oferta”(entre aspas) e da generosidade do atual Governo, copiando a metodologia infame do Governo anterior, resolveram partilhar a máquina pública para promover uma verdadeira guerra de gangues partidárias.

É isso o que está acontecendo no caso específico dos Correios. É claro que, quando falamos dos partidos, não estamos fazendo uma generalização perversa com todos os seus militantes e com todos os seus quadros partidários. Mas, por honestidade intelectual, temos a obrigação de dizer o que acontece dentro dos Correios. Pelo menos pelo que temos analisado até agora, com muitas dificuldades, porque nunca vi tantos mecanismos para obstaculizar o acesso dos membros da CPI aos documentos. Nunca vi uma coisa dessas. Os documentos não chegam. O relator da CPI diz que estão oficiando, que estão mandando, mas não chega nenhum documento.

Não é à toa que os dados alarmantes que a opinião pública tem visto, em relação ao Sr. Marcos Valério, são apenas com relação ao repasse de informações que foi dado dos saques em espécie em uma única agência bancária do Banco Rural em Belo Horizonte. A CPI quebrou os sigilos bancário, fiscal e telefônico, e não tem nenhum dado para ser analisado. Nenhum dado!

Amanhã, mais dois dos ex-diretores irão depor na Comissão Parlamentar de Inquérito. Não existe nenhuma informação. Porque contrato, papel de contrato... qual é o delinquente de luxo que deixa a sua digital em um papel de contrato? Não deixa! A delinquência, as gangues partidárias que atuaram dentro dos Correios, as gangues do PT, do PMDB e do PTB que atuaram dentro das estruturas dos Correios fraudavam desde o início, criando uma demanda, uma necessidade, uma especificação técnica, desde o início do processo de instrução para o edital de licitação.

O gestor operacional dos Correios é composto por sete áreas, incluindo a Presidência. Para qualquer processo começar a andar, é preciso que dois diretores

criem uma demanda, uma especificação técnica, uma suposta necessidade, fazendo com que, já anteriormente acordado, em conluio com empresários apaniguados pelo poder – e esses empresários apaniguados pelo poder mudaram de tal forma o maquinário que conseguiram ser a única empresa, em todo o planeta Terra, a ter aquela especificação técnica, justamente carimbado para ganhar – ,fraudaram o processo de licitação de tal forma que arranjaram duas ou três empresas laranjas do mesmo grupelho, da mesma camarilha, para fazer de conta que o processo era legal. Colocavam o preço lá embaixo, ganhavam a licitação, e, depois, a gangue dos Partidos dentro dos Correios fazia a recomposição dos preços para que eles ganhassem do mesmo jeito.

Os empresários que ganhavam essas operações fraudadas compensavam as gangues partidárias com dinheiro que, por sua vez, era redistribuído em forma de “mensalão” para os Parlamentares vendidos do Congresso Nacional.

Então, fica realmente muito difícil se ter paciência com uma situação como essa. Eu já tive oportunidade de dizer várias vezes: os velhos humanistas espanhóis diziam que a mesma lei, o mesmo papel configurado como lei, ao ser aplicado, tinha que ser flexível com o fraco, firme com o forte e implacável com o contumaz. Aqui é o contrário. Se um pai de família roubar um pão para alimentar o filho, seu destino será a cela imunda, o Carandiru, a Beldemiro, em Alagoas, ou os maus-tratos no aparato penitenciário.

O delinqüente de luxo, não. Muitos dos que estão roubado hoje são conhecidos não batedores de carteira no ponto de ônibus, pois batedor de carteira é coisa de pobre. Esses senhores delinqüentes de luxo, que já roubavam em governos anteriores – portanto, nada havia de inocência em entregar um cargo para um delinqüente de luxo que já havia saqueado os cofres públicos no Governo anterior –, foram reconduzidos aos cargos no atual Governo, para que continuassem a roubar e a parasitar. Ou seja, esses senhores delinqüentes de luxo que aprenderam a conjugar, em todas as formas e modos, o verbo “roubar”, em vez de devolverem o que roubaram, foram restituídos aos cargos pelo Governo Lula para continuarem a roubar, conforme o aprendizado que tiveram no Governo FHC. Então, realmente, fica muito difícil ter paciência e minimizar.

Um Senador dizia há pouco que o Secretário de Organização do PT do Ceará que estava com o dinheiro no vestuário íntimo devia ser um babaca. Estou quase chegando à conclusão de que babacas são

os meus filhos, porque o filho do Lula é muito esperto. Muito esperto. E eu vou falar sobre isso porque não é uma situação privada. Se eu encontrasse o filho do Lula na rua, entupido de cocaína, eu o trataria como eu trataria o meu filho se estivesse submetido a uma coisa dessas. Se o filho do Lula estivesse metido em um banga público alcoolizado, eu o acolheria como uma mãe acolheria o filho.

Mas o que está no noticiário não trata da vida pessoal. Quanto à vida pessoal, eu conheço famílias maravilhosas, maravilhosas, cujos filhos se jogam no mundo das drogas, cujos filhos se jogam no mundo da marginalidade. Então, tudo pode acontecer.

Mas não se trata disso. O que está sendo colocado é que o filho do Lula, em um ano, conseguiu entrar numa sociedade sem um único real e hoje é sócio de uma empresa de mais de R\$5 milhões. E, como eu quero que os meus filhos continuem entendendo que, por mais que não tenhamos um apartamento para ver a bela Praia da Ponta Verde, não vale a pena roubar – e eu continuo dizendo isso aos meus filhos. O filho do Lula também não pode roubar dinheiro público. E é o que efetivamente está aqui acontecendo.

Eu quero que alguém me esclareça, neste Senado, como é que se entra com zero real em um negócio, faz-se de conta que entra com R\$50,00 e torna-se sócio de uma empresa de R\$5 milhões. Alguém precisa explicar! Porque o filho do pobre quando vai para a marginalidade como último refúgio, o filho da pobreza rouba sob risco, porque ele sabe exatamente o que acontece. O filho do pobre na favela sabe qual é o destino dele, porque já viu o primo ser assassinado, ele já viu o parente dele morrer com um balaço na cabeça quando a polícia entra invadindo o morro.

Por que é que ao filho do rico não acontece nada? Por que é que as lições a serem dadas para os filhos dos ricos são de que eles podem, impunemente, parasitar e privatizar o espaço público?

Não pode ser desse jeito!

E é por isso que eu me sinto na obrigação de falar. Se fosse um problema pessoal, eu o acolheria como uma mãe acolhe um filho, porque problemas pessoais os filhos em todas as famílias podem ter. Acontece que isso aqui não é um problema pessoal; é um problema público. Alguém precisa explicar como é que o filho do Presidente da República entra sem um real em uma empresa e, um ano depois, ele é sócio de uma empresa de R\$5 milhões. Alguém precisa explicar isso, porque, por mais que a realidade implacável diga “não”, eu quero continuar dizendo

aos meus filhos que não vale a pena roubar. E, para dizer isso, é fundamental que os exemplos sejam dados com a punição daqueles que estão tratando o espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa, na verdade, fazer um apelo para que nós, Senadores; nós, Parlamentares, venhamos cumprir o nosso dever.

Eu não posso entender por que a LDO, que é fundamental para a elaboração da proposta orçamentária do próximo ano, que deve, por injunção constitucional, estar aqui no Congresso em agosto, não é votada. E não é votada não é porque não tenhamos chegado a nenhum entendimento. Há um entendimento completo e absoluto sobre o texto a ser votado. Não se vota sob o argumento de que se quer fazer o Governo sangrar. Mas quem sangra com o Governo é também o Congresso Nacional, hoje vítima de acusações que devem ser esclarecidas.

Se a razão principal é fazer com que as CPIs continuem funcionando, por que não fazermos um acordo para fazê-las funcionar e cumprirmos o nosso dever? Não estamos cumprindo o nosso dever. Tenho feito apelo para todos os Deputados, todos os Parlamentares. Lamentavelmente, a grande ausência na Comissão Mista de Orçamento é de Senadores. Por quê? Porque, apenas em Comissões Parlamentares de Inquérito, 32 Senadores hoje estão a investigar fatos, que são graves e que devem ser investigados, além das comissões permanentes que têm suas votações a serem feitas.

Tudo isso é verdade. Mas não votamos a LDO porque temos que fazer com que o Governo sangre e, com isso, sangramos todos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permita-me um aparte, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Pois não, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Não há nenhum objetivo de ver o Governo sangrar. O Governo está sangrando por si. Não somos nós...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Mas não estou dizendo isso, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Um momento, por favor. Se V. Ex^a me concedeu o aparte, deixe-me terminar. Vou terminar pedindo que

V. Ex^a encontre uma fórmula de deixar o Senado e a Câmara abertos votando-se a LDO, e nós a votaremos. Mas, encontre essa fórmula sem pagar ajuda de custo. Encontre essa fórmula, que votaremos a LDO quando V. Ex^a achar conveniente. Agora, dizer que atrapalha? Não atrapalha. Se a LDO ficar pronta hoje ou no dia 31 próximo é a mesma coisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– É a mesma coisa, Senador!

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Desculpe-me V. Ex^a, mas não é.

Se V. Ex^a terminou, agradeço a sua intervenção. Mas creio que esses são fatos políticos importantes, mas a LDO tem também muita importância para o País, porque ela é que vai dar as diretrizes para a elaboração de um Orçamento que tem de estar aqui em agosto.

Não há mais nenhuma discussão de mérito a ser feita. Na verdade, se a maioria tivesse a vontade política que tem a Oposição, a LDO seria votada. Basta a presença dessa maioria lá dentro para que a LDO seja votada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Permito. Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Fernando Bezerra, sabe V. Ex^a a admiração que tenho pela sua luta, pelo trabalho que V. Ex^a, mesmo incompreendido, tem feito para se destacar como Líder do Governo. Até por lealdade, eu lhe comuniquei antecipadamente que a Oposição não votaria a LDO. Ela não votaria por um motivo muito simples: o Brasil jamais compreenderia, numa hora como esta, que se votasse a LDO e os Parlamentares saíssem de férias pelo Brasil afora. A Nação não entenderia isso. A sociedade brasileira, angustiada e amargurada com o que está vendo, também não compreenderia isso. Daí por que a Oposição, no seu legítimo direito de obstruir, tomou essa decisão. V. Ex^a já foi bem claro. Se o Governo quiser, ele traz a plenário os seus representantes e vota. Agora, não estou sozinho nessa tese. Consultei o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, que me disse que ficaria de bom tamanho, que ficaria satisfeito se a LDO fosse votada até o dia 31 de julho.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Se essa é a palavra do Governo, estou aqui a perder tempo. Se houve acordo nessa direção, não fazem sentido nenhum as minhas palavras.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não falei a V. Ex^a que houve acordo.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Consultarei o Senador Aloizio Mercadante. Se S. Ex^a fala em nome do Governo, está encerrada a questão.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Lamento que V. Ex^a não dê credibilidade ao que lhe está dizendo um colega. Estou-lhe reproduzindo exatamente o que me disse o Senador Aloizio Mercadante na presença de mais dois amigos. Disse a S. Ex^a que nós estávamos nesse processo de obstrução, e S. Ex^a concordou comigo em relação à inoportunidade do momento. Tive o cuidado de conversar, nesta semana, com o Ministro Paulo Bernardo, com quem me encontrei casualmente. Comuniquei a S. Ex^a a disposição da Oposição, dizendo, inclusive, que não temos problema com relação ao mérito e, sim, quanto ao momento; e S. Ex^a também concordou. V. Ex^a foi a primeira pessoa a quem comuniquei a nossa intenção, pelo respeito e pela admiração que lhe tenho. Neste ano, tenha V. Ex^a a certeza e a convicção de que daremos um tratamento diferenciado às questões orçamentárias, para que não se repita o que ocorreu no ano passado, quando o Plenário do Congresso, no último dia, votou o famoso acordo do Governo brasileiro com o FMI – V. Ex^a conhece esse acordo e sabe em que circunstâncias a votação ocorreu –, por meio de um projeto que ninguém discutiu. Os Governadores não foram consultados, e os Ministros não tiveram conhecimento da matéria. Além disso, o documento finalizador só chegou, da Casa Civil, no mesmo dia da votação, portanto, 23 de dezembro. Quero afirmar a V. Ex^a, como Líder do Governo...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Eu só queria que V. Ex^a me deixasse terminar. V. Ex^a já está fazendo um discurso sobre outro tema.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas eu tinha o dever de prestar esses esclarecimentos a V. Ex^a e gostaria que conferisse com o Senador Aloizio Mercadante se o que estou dizendo condiz ou não com a verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Vou fazê-lo. Recebi um apelo do Sr. Ministro Antonio Palocci – a não ser que o Palocci tenha combinado com o Senador Aloizio Mercadante e este não me tenha dito. O que o Ministro Palocci me disse foi que se fizesse um esforço para votar a LDO.

Respeito o que a Oposição faz, entendo que é legítimo. Mas venho aqui fazer um apelo para se encontrar um caminho pelo qual o Congresso Nacional

possa cumprir o seu dever de investigar por meio das CPIs e, ao mesmo tempo, de votar a LDO, para cuja discussão de mérito não há mais o que fazer, como V. Ex^a acaba de dizer. Todos estão de acordo. Se a questão é política, vamos encaminhar uma negociação política no sentido de continuarmos a investigar o que consta aqui.

Sobre a questão orçamentária a que V. Ex^a se refere, todos nós votamos, inclusive V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Se V. Ex^a verificar os Anais, verá que votei contra. Apenas, atendendo a um pedido de V. Ex^a para que não prejudicasse o País, não requeri a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O orador está com a palavra.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É verdade, até porque me contrariou, pois pedi que obstruísse.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço aos Srs. Senadores, caso queiram apartear o orador, que solicitem o aparte.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Ouço o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Fernando Bezerra, V. Ex^a trouxe o centro deste problema para o Plenário várias vezes. Primeiramente, havia, sim, uma preocupação de a CPI dos Correios ser ou não instalada – e ela o foi. Depois, dado o prazo exíguo, a proximidade do mês de julho, o recesso ou coisa parecida, surgiu a preocupação de ela poder ou não funcionar durante o recesso, mesmo sendo votada a LDO em tempo normal. No meu entendimento – eu queria até conferir isso com a Mesa –, foi apresentado um requerimento, acordado por todos os Líderes, para que a CPMI funcionasse normalmente no mês de julho, mesmo sendo votada a LDO. Com o surgimento do movimento dos agricultores no Congresso, o “tratoração”, ficou uma pendência nas negociações. Esse foi o segundo motivo pelo qual a LDO não foi votada, porque havia uma pendência de negociação com os líderes considerados no Congresso da bancada ruralista. Este problema, pelo que me consta, também foi solucionado. Então, para mim é uma surpresa estarmos ainda com medo de que, ao votarmos a LDO, o Congresso feche. Creio que nenhum dos membros da CPMI vai fazê-la parar. Votando-se ou não a LDO, a CPI continuará os seus trabalhos. Quanto às outras duas CPIMs que estão para ser instaladas, penso

que, também pela situação que estamos vivendo, é impossível que comecem a trabalhar em seguida. Elas só podem iniciar seus trabalhos em agosto, na volta do nosso trabalho. Daí por que penso que se V. Ex^a estivesse aqui cheio de maldades nem estaríamos discutindo neste Plenário. V. Ex^a poderia colocar um ponto e dizer: olha, eu preciso de uma maioria lá, vamos votar acima de todos. E como se diz no Norte, “quem pode mais chora menos”. Mas V. Ex^a não fez isso, tem conversado e conversado e conversado para que encontremos a solução da LDO sem prejudicar os trabalhos desta Casa. Portanto, faço novamente essa pergunta ao PFL e confesso que quem não está mais entendendo sou eu. Obrigado pelo aparte.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, eu quero ter o direito de terminar o meu discurso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a, por sua generosidade, permite que eu apenas esclareça em um minuto?

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Vou terminar assitindo a um debate no Plenário sem dar uma palavra, e eu gostaria de falar. Mas tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero dizer ao Senador Sibá Machado que a nossa preocupação não é com o funcionamento das CPIs, porque elas vão funcionar. Queremos é o Plenário permanente. O Brasil não pode ficar sem ouvi-lo todos os dias, Senador. O Brasil precisa ouvir V. Ex^a defender o seu Governo. O Brasil precisa que a Oposição diga o que está acontecendo. O Brasil não vai entender que nós, Senadores e Deputados, estejamos de férias enquanto a Nação vive esta crise. Além da questão dos ruralistas, que não entra no mérito da minha discussão, há também a que define o salário dos militares. As mulheres dos militares estão aqui acampadas há dois meses, passando necessidade e vexame, entrando em conflito com as autoridades policiais. Sobre essa questão, o Governo assumiu o compromisso não de dar aumento, mas de defini-la pelo menos no texto da Lei Orçamentária. Então, são duas questões. Como creio que o Relator seja um homem de palavra, se isso for resolvido, votaremos na última semana. Agora, a saudade não permite que fiquemos tanto tempo longe. Quero vê-lo aqui, Senador, com o seu brilhantismo, defender o Presidente de V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Senador Heráclito, permite-me V. Ex^a um aparte? Porque

agora V. Ex^a é o orador e eu sou o aparteante. Farei um aparte para encerrar.

O que estou propondo é que venhamos a cumprir o nosso dever. Eu não estou pedindo que V. Ex^a nem Senador nenhum, diante da gravidade do momento nacional, se omita em relação a isso. Há formas de fazer isso, mas deve haver também a compreensão da importância da LDO.

Por último, antes que V. Ex^a faça seu quarto discurso, não vamos colocar os militares nesta hora não, que é muito perigoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 9 de junho de 2005, Eduardo Jorge, médico, ex– Deputado e militante do PT por 23 anos, publicou artigo no jornal **Folha de S. Paulo** onde explica, a um amigo, porque estava se desligando do Partido naquele momento, em outubro de 2003.

“Quase 15 anos no Diretório Nacional, me firmaram uma convicção: sob a liderança stalinista de José Dirceu, o PT não tinha mais espaço para a disputa democrática de idéias que tinha sido um dos fatores do seu crescimento”.

Segue, em suas explicações: “Hoje, quando o País assiste estarecido e decepcionado a essa sequência de escândalos, com o Partido apodrecendo à luz da tevê, o que nos resta esperar?”, comentando que para alguns militantes o que resta é um apoio fanático, mesmo quando as evidências dos erros do Governo Lula se escancaram.

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que o artigo integre este pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR. ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PT acabou?

EDUARDO JORGE

O PT não resolveu uma série de dilemas e perdeu-se, incapaz de formular um programa consequente para o Brasil

EM OUTUBRO de 2003, eu estava me desligando do PT após 23 anos de militância estilo revolucionário “quase” profissional. É importante lembrar que o partido estava no seu auge. Presidência recém-chegada, bancada poderosa no Congresso Nacional, prefeitura de São Paulo contando com mais quatro anos de governo...

Em certo fim de semana naquela época, encontrei-me no Ibirapuera com um amigo, companheiro de fundação do PT. Ex-padre, cristão e socialista idealista, queria saber as razões da minha saída silenciosa e discreta. Expliquei que quase 15 anos no Diretório Nacional me firmaram uma convicção: sob a liderança stalinista de José Dirceu, o PT não tinha mais espaço para a disputa democrática de idéias que tinha sido um dos fatores de seu crescimento.

Ele caminhava agora claramente para se tornar um misto de PCB piorado com PTB também piorado. PTB não de Getúlio e Brizola, e sim de Ivete Vargas. O casamento do autoritarismo, fisiologismo e financiamento milionário de campanhas políticas e máquinas burocráticas mataria a alma do PT. Mas isso era uma realidade que eu tinha visto na cúpula. Os quadros intermediários, de base e eleitores não tinham ainda essa vivência, que só o tempo faria emergir com toda clareza.

O padre não ignorava de tudo o que eu falava. Era observador arguto do que acontecia na administração de São Paulo, laboratório-mor deste novo PT. Argumentava, porém, que não tínhamos opção. Um insucesso do governo Lula seria verdadeiro apocalipse para a esquerda. Uma derrota por dez ou 20 anos para as causas populares no país. Um retorno a perder de vista da direita ao governo. Quase o fim da democracia...

É essa visão que oprime como uma camisa-de-força os petistas, obrigando-os a seguir adiante num apoio fanático, mesmo quando as evidências dos erros

do governo Lula se escancaram.

É a falta de um verdadeiro batismo de democracia que o socialista precisa para aceitar uma característica elementar neste tipo de regime: a alternância de partidos nos governos. Se um partido de direita, de centro ou de esquerda vai mal, o povo o substitui por outro. Isso é bom, necessário. O mundo não acaba se um partido de esquerda fracassa no governo e é substituído pelo voto por outro grupo político. É assim na Espanha, Itália, Japão, Nova Zelândia, Índia etc.

O PT colaborou para a implantação da democracia no Brasil por linhas retas e tortas. Essa é uma dívida que temos com ele. Eu tenho uma dívida particular. Entrei como um militante leninista ortodoxo e a experiência que o PT me proporcionou me transformou em alguém que procura ser democrata, verde e, insisto, socialista.

Mas o PT não resolveu uma série de dilemas — totalitarismo/democracia, produtivismo/ecologia, nacionalismo/internacionalismo, corporativismo/universalismo das políticas — e perdeu-se, incapaz de formular um programa consequente para o Brasil e de firmar alianças políticas lógicas e necessárias.

Hoje, quando o país assiste estarrecido e decepcionado a essa sequência de escândalos, com o partido apodrecendo à luz da TV, o que nos resta esperar? A meu ver, existem três possibilidades:

Primeiro, vamos torcer para Lula não ser atingido pela lama e para que ele fi-

nalmente tome uma atitude e lidere a exclusão de toda essa facção autoritário-fisiológica que controla a direção nacional e está em postos-chave do governo, inclusive no Planalto. Com isso ele criará condições para o entendimento programático, sem compra de votos, com outros partidos de ideologias aparentadas de esquerda e centro-esquerda. Assim, chegará até o final de seu período presidencial e deixará que o povo julgue quem deve compor o próximo governo. É importante recuperar o PT, uma organização necessária no quadro político nacional pela sua tradição de lutas populares no passado recente.

Segundo, se Lula e a maioria do PT se afeerrarem em impedir as investigações e em manter as alianças fisiológicas, o futuro vira uma loteria. A radicalização tomaria contornos imprevisíveis e, como além da fumaça há muito fogo nesse lixo, há chances de uma batalha pelo impeachment. O PT que sobreviver a esse tormento seguirá como morto vivo, fantasma de um sonho que acabou.

Terceiro, o processo se arrasta indefinido até outubro. As tendências que apóiam Lula se desmoralizam e os grupos marxistas leninistas e trotskistas capturam um PT cambaleante na eleição do Diretório Nacional, em outubro de 2005. Também aqui o PT será outro. Será então inevitável o que aconteceu no Partido Comunista Italiano, que dividiu-se em dois, a Esquerda Democrática e a Refundação Comunista. Em tempo, os dois herdeiros expulsaram os corruptos que havia entre eles.

O momento é decisivo. São dias que valem anos. Seria uma pena assistirmos a um Anakin ainda jovem, embora pretensioso, se tornar um Darth Vader tropical decadente.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, 55, médico sanitário, é o secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo (PV). Foi deputado federal pelo PT-SP (de 1987 a 2003) e secretário municipal da Saúde de São Paulo (nas gestões Luíza Erundina e Marta Suplicy).

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O mensalão da perua”, publicada pela Revista **Veja**, em sua edição de 15 de junho do corrente.

Em maio, foi publicada, pela revista **Veja**, matéria que denunciou Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, da Legislação de 2001 a 2004, que recebiam

uma mesada de até R\$120 mil mensais para aprovar projetos de interesse da então Prefeita Marta Suplicy. Não é a primeira vez que os petistas são acusados de pagamento do mensalão.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto que me traz à tribuna, no dia de hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a matéria intitulada “O PT e o deslumbamento do poder”, publicada no jornal **Estado de S. Paulo**, em sua edição de 23 de junho do corrente.

Com o poder, o antigo e honesto PT do frango com polenta deu lugar ao novo PT do caviar e champagne. Como afirmou o autor, Gilberto de Mello Kujawski, o Partido dos Trabalhadores ex-Catão da moralidade pública, deitou e rolou na orgia do poder.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR. SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O MENSALÃO DA PERUA

A denúncia de suborno a vereadores paulistanos, durante a gestão de Marta Suplicy, resulta em pedido de instauração de CPI

Uma irresistível força gravitacional arrasta governos do PT em direção a suspeitas da prática do mensalão. O pagamento de propina a parlamentares em troca de votos. No início de maio deste ano, VEJA tornou pública uma grave denúncia: vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, na legislatura de 2001 a 2004, recebiam uma mesada de até 120 000 reais mensais para aprovar projetos de interesse da então prefeita Marta Suplicy. O esquema de corrupção foi relatado a dois ocupantes de altos postos na administração tucana do recém-eleito prefeito José Serra, que sucedeu Marta. Em conversas com o presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego, Roberto Scaringella, e com o secretário municipal de governo, Aloysio Nunes Ferreira, o empresário Jorge Moura, dono da empresa Consladel, disse ser o responsável pela manutenção da caixinha para os parlamentares. Moura revelou ainda, de acordo com um relato feito a VEJA por um dos tucanos mais próximos a Serra, que o esquema de suborno também chegava ao Executivo e irrigava o bolso de dois secretários da gestão Marta. Nos quatro anos de governo petista, a Consladel manteve com a prefeitura diversos contratos. Dois deles estão sob investigação do Ministério Público, que também instaurou inquérito para apurar as denúncias publicadas em VEJA. Na semana passada, a situação ficou ainda mais complicada para a turma do mensalão municipal. O vereador Dalton Silvano, do PSDB, recolheu 21 assinaturas e protocolou um requerimento com o pedido de instauração de uma CPI para apurar as suspeitas de pagamento de propina.

O pedido deve ir à votação em plenário. São necessários 28 votos para que a CPI seja instalada. Nos corredores da Câmara, comenta-se que parlamentares da legislatura anterior e servidores da casa só estão esperando a instalação da CPI para apresentar-se espontaneamente e contar o

que viram nos quatro anos da gestão Marta. “Nunca houve uma prefeita com tanta maioria na casa como ela. Havia vereadores que só apareciam lá para apertar o botão de sim ou não, de acordo com o que determinava o líder do governo”, diz o vereador Dalton Silvano.

Não é de hoje que os petistas convivem com acusações contra o mensalão da perua — a propósito, VEJA usa essa expressão para referir-se a Marta Suplicy na mais elegante das acepções, e amparada em decisão proferida pelo juiz Ailton Pinheiro de Castro, da Justiça de São Paulo, que em maio deste ano julgou improcedente uma ação por danos morais, pela publicação da reportagem “Perua na lama”, afirmando que a revista se manteve “nos limites da

crítica jornalística perfeitamente legitimada pelo sistema jurídico como alicerce da democracia”. Pois bem: em novembro de 2003, surgiu o primeiro indício de existência de um mensalão da perua. Em reunião com lideranças da região de São Miguel Paulista, o então vereador tucano Gilberto Natalini, hoje secretário municipal de Participação e Parceria, declarou ser um dos poucos parlamentares que não aceitavam o mensalão.

que era conhecido pelo nome-código de “cesta básica”. “Não pego 500 000, 1 milhão, para aprovar projetos da prefeitura, embora quarenta dos 55 vereadores façam”, disse Natalini, na ocasião. Sua fala foi gravada e divulgada na imprensa. A prefeita Marta processou o vereador, que foi condenado, em primeira instância, ao pagamento de 25 000 reais. Agora, com o pedido de CPI, histórias como essa podem finalmente ser passadas a limpo.

MARTA E A CAIXINHA
O mensalão da esfuziante ex-prefeita era chamado na Câmara de “cesta básica”

CLASSIFICAÇÃO POR TELEFONE: 3855-2001

VENDAS DE ASSINATURAS

Capital: 3858-9000

Demais localidades: 0800-14-9000

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR

3858-5400

falcom@estado.com.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Capital: 3959-8500 Demais localidades:

0800-14-77-20

www.assinante.estado.com.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALISTA

0800-11-00-94 - www.jornalistaonline.com.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO ÀS AGÊNCIAS DE

PUBLICIDADE 3856-2531 - cia@estado.com.br

PREÇOS VENDA AVULSA

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 3,50 (domingo); DF: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo); ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,90 (domingo); MS: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo); BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo); AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo).

O PT e o deslumbramento do poder

Gilberto de Mello Kujawski

ções em que um parlamentar aceita logo um cargo no Executivo, ao primeiro estalar de dedos de um chamamento nessa direção. Mesmo com um suplente local, no voto distrital os cidadãos poderiam sentir-se logrados com a troca, com reflexos numa reeleição futura do titular, um tema que, aliás, seria ventilado na própria campanha eleitoral, tal como hoje nas eleições para o Poder Executivo. Veja-se, por exemplo, o compromisso assumido pelo prefeito de São Paulo, José Serra, de não deixar o cargo para ser candidato nas eleições do próximo ano.

Como outro exemplo, o governo do presidente Lula está cheio de parlamentares que optaram por cargos no Executivo, dando lugar a suplentes, sem nenhuma satisfação ao eleitor. O que mais uma vez demonstra que ser ou não ser um representante fiel é claramente uma questão de segunda ou terceira ordem nessa fase eleitoral que segue o roteiro do voto proporcional.

Todos sabem que o poder corrompe. Mas, antes de corromper, deslumbra. Como que põe o mundo inteiro ao alcance de quem o conquista, o mundo com todas as sedução do reino das mil e uma noites, magia pura. O poder é o magnetismo mais potente da Terra e quem dele se investe se transforma num ímã fabuloso, puxando para si tudo o que se inclui em seu amplo raio de ação. O poder atrai para si o dinheiro, o conforto, as mordomias, os prazeres e dele já se disse ser o maior afrodisíaco existente. Atrai também as habilidades, as competências, os talentos e corrompe alguns deles, como certos filósofos e intelectuais transformados em seus títeres. Atrai ainda as consciências e reduz homens e mulheres à condição de súditos os mais servís. O político Jânio Quadros, quando indagado sobre como dispunha de recursos para viajar tanto e tão faustosamente (quando não ocupava nenhum cargo público), ilustrou anedoticamente a resposta: "Quero fumar", anunciou. De imediato, dois ou três

peça e se julga onipotente. Portanto, irresponsável, livre de dar satisfações a ninguém. Aqui se manifesta a afinidade entre o poder e a corrupção. E também entre o poder e a prepotência, o mando acima da lei e das instituições. Não que todos os políticos sejam corruptos e prepotentes, pelo amor de Deus. Alguns resistem. Estes, diria Nelson Rodrigues, são os anormais.

Sublime anormalidade, sem a qual não existiriam sociedade nem Estado organizados e o mundo seria um caos. O potencial de sedução do poder assume tal magnitude que seu exercício exige do titular uma disciplina superior, conduta moral rigorosa, espartana, sóbria como a dos antigos estóicos. O imperador Marco Aurélio tinha o mundo a seus pés, mas jamais sucumbiu às tentações que assediavam o governante vulgar. "Um imperador, o soberano de todo o mundo conhecido, professor de estóico e agiu como estóico" (M. Pohlenz). A História abunda

em exemplos semelhantes: Abraham Lincoln, nos EUA, ou Bernardino Rivadavia, considerado modelo de homem público e o verdadeiro fundador da República Argentina, ou, para não ir longe, os nossos Pedro II - "estou cansado de segurar os laços do meu governo" - ou Campos Salles, que depois de deixar a Presidência era visto na feira vestindo uma calça velha com os fundilhos púidos.

Ao assumirem o poder, espantava-se das lideranças petistas, forjadas no antigo ideal revolucionário, que conservassem ainda algum resquício daquela moralidade insubornável, daquele patriotismo ardente dos militantes políticos que desejavam sinceramente talhar a nova Pátria. Imaginava-se que talvez se mirassem no exemplo dos reformadores que ficaram na História, como os irmãos Graco, em Roma, aparentados com a alta nobreza, mas que deram a vida (literalmente) pela melhoria das condições de vida do povo. Aguardava-se de seus cabeças a articulação teórica e prática de um projeto consistente de Nação, que libertasse as forças reprimidas no seio da sociedade para a construção do no-

vo Brasil, graças à concórdia entre o povo e as elites. Lula ganhou o crédito de toda a população. Até os que não votaram nele torciam para que seu governo desse certo. Em vez da redenção coletiva esperada, o que se viu foi algo chocante e escandaloso: o engessamento do governo por um único partido (à moda stalinista), a ocupação afiota de todos os cargos de direção por membros ou simpatizantes do PT, a concupiscência do poder pelo poder explodindo e escancarada. Quem tem o poder quer mais poder. O PT não encontrou em si reservas de lucidez, de maturidade, de grandeza para superar a miserável lei da inércia que leva o político vulgar a ampliar desmesadamente o raio e a duração de seu mandato.

O Partido dos Trabalhadores, ex-Catão da moralidade pública, deitou e rojou na orgia do poder. Para começar, orgia de comemorações com bebidas e comidas finas em abundância nos Fasanos da vida, financiadas não se sabe por quem. O antigo e honesto PT do frango com polenta deu lugar ao novo PT do caviar com champanhe. A cachaça amiga, outrora tão apreciada por tantos próceres do partido, foi substituída pelo uísque de 12 anos. E o cigarro, por caríssimos charutos nas mãos bem tratadas de Delúbio Soares e outros tantos. Não é proibido tomar champanhe nem comer caviar, mas o mendigo que se fez rei deveria ser mais discreto para não dar sinais ostensivos de apego às galas do poder, como quem tira uma revanche.

Orgia de nomeações de apaliguados lotando a máquina do governo; orgia de alianças espú-

rias pagas não se sabe com que moeda; orgia de palavras e falsas promessas nos improvisos de Lula; orgia de expedientes matreiros para garantir aos atuais governantes 12 anos nos

cargos, como quer Zé Lurceu; orgia de abraços e carinhos com trogloditas populistas como Hugo Chávez e Fidel Castro. "Le roi s'amuse" - o rei se diverte -, escrevia Victor Hugo do medíocre e devasso Napoleão III, derrubado pelos canhões prussianos que apontavam no horizonte em 1870. "O PT relaxou geral", escreveria hoje o grande poeta sobre nossos medíocres e lenientes governantes, agora ameaçados pela artilharia pesada da opinião pública.

Em meio a esse relaxamento geral, a erva daninha da corrupção começou a crescer e a tomar conta do cenário político, rompendo a governabilidade, desmoralizando o governo, abalando as instituições e enterrando de vergonha os brasileiros. Do 1º, que se propunha a reformar o País de alto a baixo, o que o País exige agora é que a reforma comece pelo próprio governo, depois da faxina geral da casa que parece iniciar-se.

Gilberto de Mello Kujawski é autor do livro *A Identidade Nacional e Outros Ensaíes* (Funpec), prefácio de Mauro Chaves. O lançamento será sábado, a partir das 11 horas, na Livraria Cultura do Conjunto Nacional.

O FRANGO COM POLENTE DEU LUGAR AO CAVIAR COM CHAMPANHE

rias pagas não se sabe com que moeda; orgia de palavras e falsas promessas nos improvisos de Lula; orgia de expedientes matreiros para garantir aos atuais governantes 12 anos nos

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 4 de julho de 2005, intitulado “Nota de falecimento”, de autoria do colunista Vinicius Torres Freire.

Com a denúncia desse final de semana de que o PT leva dinheiro do Marcos Valério, o petismo-lulismo faleceu. O petismo-lulismo nasceu de um projeto do quarteto José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira para ligar a imagem de Lula, “neopai

dos pobres”, ao PT. Contudo, com a queda do quarteto cai também o projeto “petismo-lulismo”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VINICIUS TORRES FREIRE

Nota de falecimento

SÃO PAULO - Faleceu neste final de semana o petismo-lulismo. Não resistiu a um mês de ferida aberta, a quatro semanas de Roberto Jefferson e de jornalismo: o petismo-lulismo leva dinheiro do notório Marcos Valério.

O petismo-lulismo foi um projeto de acaudilhamento do PT em torno do neopai dos pobres, Lula da Silva, plano concebido e implementado desde 1995 pela camarilha dos quatro, ora escorraçada até pelo próprio Lula: José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira.

Ganhou e aparelhou prefeituras com o “discurso rosa”. Mentiu. Fez campanhas à base de bravatas econômicas, políticas e sociais irrealizáveis, o que o próprio Lula admitiu. Ganhou e aparelhou o poder federal, montou uma coalizão política lastreada no inchaço da escória política de partidos satélites. Estertora, dá o vexame final na CPI em que seus deputados constituem a tropa de choque de Valério e Delúbio.

Faleceu também o sistema político. O feretro ainda não saiu. Pode apodrecer e empestear ainda mais o ambiente. A cassação de uns tipos notórios não bastará para purificá-lo.

Há indícios gritantes de que esta onda de deterioração do Estado vem desde Collor e é sistemática. Atinge Orçamento, estatais, licitações. Vive no compadrio mafioso na nomeação de quadros da burocracia. Nas campanhas eleitorais. Na publicidade oficial. Nos partidos de aluguel.

Nas pontas e na intermediação do sistema estão lavadores de dinheiro, doleiros, traficantes e contrabandistas. A presença destes últimos nos Estados de fronteira já é notória.

Essa reforma política de que falam é besteirinha, cortina de fumaça. Falta reforma institucional. Privatizar e sujeitar instituições ao controle social. Profissionalizar a burocracia. Moralizar o Orçamento. Barrar partidos de aluguel. Dar cabo da máquina de propaganda oficial.

Mas nada disso vai funcionar direito se o país continuar a fabricar a pior iniquidade social do mundo, se for um país de semicidadãos ignorantes, um país sem crescimento, onde viver de expedientes rende mais do que viver uma vida decente.

@ → vinit@uol.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

• Ao Degolar Apaniguados, a Crise Restabelece

O Triunfo do Mérito

Senador Arthur Virgílio
11 de julho de 2005

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre tive resistência em aceitar o refrão que diz que, *há males que vêm para bem*. Esse nem de longe é o melhor caminho. Contudo nesta crise eclodida nos quintais petistas e no agora malfado Governo Lula, algum efeito benéfico começa a despontar, com a substituição

de dirigentes graduados, indicados pelo petismo, por servidores de carreira.

Não se diga que foi bom ter aparecido tanta corrupção idealizada e orquestrada petistas incrustados em órgãos da administração pública. O que é bom é que esses corruptos estão sendo trocados por pessoal de carreira. Ainda bem.

A revista **Veja** desta semana publica, a propósito dessa saudável troca, matéria de página inteira, sob o título “O Efeito Benéfico da Crise”. Nela se destaca que a crise degola apaniguados e, por ora, restabelece o triunfo do mérito.

Na reportagem, informa-se que, em lugar de dois executivos demitidos do Banco do Brasil, foram escolhidos servidores com longa ficha de serviços prestados

ao estabelecimento. E salienta: *O novo vice-presidente de Finanças, Aldo Luiz Mendes, é doutor em economia e trabalha no banco há 25 anos. Já o economista Antonio Francisco de Lima Neto, que assumiu a vice-presidência de Varejo, tem 26 anos de casa. O presidente interino dos Correios, Jânio Cezar Luiz Pohren, é servidor público há mais de 20 anos.*

E mais:

Dos outros nove cargos de segundo e terceiro escalões que passaram por mudanças na BR Distribuidora, Eletronuclear, Eletronorte, Embratur, IRB e Furnas, oito estão nas mãos de gente das próprias estatais ou vizinhanças. A única exceção é o economista Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica. É uma exceção de respeito. Escalado para moralizar o

IRB pelo Ministro Antonio Palocci, da Fazenda, Lisboa é conhecido pelo currículo invejável e pela ausência de paixões partidárias. Sua função é higienizar o covil no qual Roberto Jefferson e seus apaniguados transformaram a estatal.

Pela oportunidade da matéria da **Veja**, incluo-a neste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O EFEITO BENÉFICO DA CRISE

A crise degola apaniguados e, por ora, restabelece o triunfo do mérito

Na semana passada, o governo Lula mandou para casa mais dois graduados servidores públicos. Luiz Eduardo Franco de Abreu e Edson Monteiro ocupavam, respectivamente, as vice-presidências de Finanças e Varejo do Banco do Brasil. Foram afastados dos cargos sob a suspeita de beneficiar o PT na concessão de um empréstimo de 20,6 milhões de reais sem exigir avalista. Até agora, excluindo-se a dança das cadeiras na Esplanada dos Ministérios, a navalha da corrupção já degolou doze funcionários de alto escalão do governo. Aninhados em cargos tão cobiçados como ministérios, todos foram indicados exclusivamente por causa de seus vínculos com partidos da base aliada do governo. Eis aí uma boa notícia, ofuscada pelos holofotes da crise: a capacidade técnica, e não a filiação partidária, foi o dado decisivo para que os novos indicados tomassem posse.

De uma maneira geral, quem está assumindo as funções dos demitidos são funcionários de carreira das próprias estatais, gente com formação técnica e um

histórico de décadas de trabalho nas instituições onde agora passam a exercer posto de comando. Para o lugar dos dois executivos demitidos do Banco do Brasil, por exemplo, foram escolhidos servidores com longa ficha de serviços prestados ao banco. O novo vice-presidente de Finanças, Aldo Luiz Mendes, é doutor em economia e trabalha no banco há 25 anos. Já o economista Antônio Francisco de Lima Neto, que assumiu a vice-presidência de Varejo, tem 26 anos de casa. O presidente interino dos Correios, Janio Cezar Luiz Pohren, é servidor público há mais de vinte anos. Dos outros nove cargos de segundo e terceiro escalão que passaram por mudanças na BR Distribuidora, Eletronuclear, Eletronorte, Embratur, IRB e Furnas, oito estão nas mãos de gente das próprias estatais ou vizinhanças. A única exceção é o economista Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica. É uma exceção de respeito. Escalado para moralizar o IRB pelo ministro Antonio Palocci, da Fazenda, Lisboa é conhecido pelo currículo invejável e pela ausência de paixões partidárias. Sua função é higienizar o covil no qual Roberto Jefferson e seus apaniguados transformaram a estatal.

Num regime presidencialista de coallizão, como o brasileiro, é unimaginável que o governo, qualquer governo, consiga cumprir minimamente suas funções sem distribuir nacos de poder entre os partidos aliados. O problema está no método e na abundância. Cargos públicos com orçamentos maiores que muitos ministérios são loteados com total ausência de critérios. Basta que o ungido tenha um padrinho político poderoso. Essas vagas também são ofertadas em excesso. Existem no Brasil cerca de 25 000 cargos de confiança. Desse total, 1 000 cargos entram na barganha principal — e cinquenta deles, como mostrou **VEJA** na edição passada, são disputados a unha pelos políticos, devido à generosidade de recursos com que lidam. Há quem busque apenas dividendos eleitorais. Mas há quem acredite que só vale a pena indicar um aliado para um cargo público se for para fazer caixa para o padrinho e para o partido. Se o governo continuar a faxina, trocando os compromissados apenas com suas legendas e seus caciques por técnicos competentes, a crise já terá servido para alguma coisa. ■

Julia Dualibi

Brasil

JÁ PASSOU

O escândalo começou com 3 000 reais no bolso de um servidor de quarto escalão. Já revelou uma dinheirama e não pára de degolar autoridades

Otávio Cabral

Há oito semanas, o escândalo começou com um funcionário de quarto escalão arrecadando uma gorjeta de 3 000 reais, destinada a ser o adiantamento de uma propina de 15 000 reais. Na semana passada, como que movido com a propulsão dos foguetes, o escândalo já estava prestes a ceifar o segundo ministro, o companheiro Luiz Gushken, responsável pela área de comunicação e publicidade do governo, e já apareciam cifras beirando os 2 bilhões de reais. É uma trajetória fulminante e devastadora, que credencia o atual es-

cândalo a figurar entre os grandes rombos da história recente. Está próximo do da máfia dos vampiros, que sugava dinheiro da Saúde, cujo estrago foi estimado em 2 bilhões de reais. Próximo da roubalheira na velha Sudam, que veio a público em 2001 e também bateu na casa dos 2 bilhões de reais. Rivaliza até com o pai de todos os escândalos, aquele que derrubou Collor e enjaolou seu sócio PC Farias, estimado em 2,5 bilhões de reais, em valores de hoje. O caso de agora, no entanto, tem uma alteração central. As cifras bilionárias orbitam, pelo menos até aqui, em torno de um único personagem: o mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza.

Na quarta-feira passada, o empresário depôs na CPI dos Correios durante catorze horas, no Congresso Nacional. Deu respostas telegráficas, deixou perguntas de dúvidas no ar, mas conseguiu atravessar o interrogatório sem fazer mais estragos do que os já existentes. O estrago maior apareceu na primeira leva de documentos sigilosos que aportou na CPI. No pacote, em que aparecem mais de 300 documentos diferentes, dos quais 77 são sigilosos, descobre-se a vida financeira de Marcos Valério de

2000 até agora. Nos papéis, pode-se constatar que o empresário é um homem rico desde aquele ano, mas tudo deu um salto espetacular de 2003 em diante, período que coincide com o governo do PT. Tudo é tudo mesmo: seu patrimônio pessoal, sua movimentação bancária e a dinheirama que passou pelas contas de suas empresas. Em 2000, Marcos Valério tinha um patrimônio de 2,9 milhões de reais e vinha aumentando sua riqueza a um ritmo de uns 15% ao ano — um desempenho “bastante significativo”, mas longe de ser mexolcável, segundo atestou a VFLA, falando em tese, o professor Cláudio Felisoni de Angelo, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Em 2003, no entanto, sua fortuna saltou de 3,9 milhões de reais para 11 milhões de reais, num crescimento sensacional de mais de 180%. Nesse caso, é difícil de explicar. “Um salto desse tamanho, só

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

— Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 - art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº

84/99, na Casa de origem), que altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob o nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo; e

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 31, DE 2000***(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 29, DE 2002***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 42, DE 2003**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.*

Parecer sob nº 463, de 2005, do relator Senador José Jorge, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2004 (nº 1.138/2003, na Casa de origem), que *denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE*.

Pareceres sob nºs 379 e 1.070, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Flávio Arns: 1º pronunciamento: (sobre o Projeto), favorável; 2º pro

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 36 minutos.)

OS Nº 14519/05

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 8 DE JULHO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema nesta manhã não pode ser diferente, tem que ser este mesmo proposto pelo Senador César Borges e pelo Senador Pedro Simon. Fica essa incrível sensação de que a descrença se generaliza de forma avassaladora no País em relação às instituições públicas, aos partidos políticos, aos políticos de forma geral.

Isso me faz lembrar, Senador Pedro Simon, de uma pesquisa realizada há algum tempo pela Unesco entre jovens universitários do Rio de Janeiro. A conclusão foi dramática: os jovens universitários, naquela oportunidade, revelaram que apenas 25% deles acreditavam ser a democracia o regime adequado; os demais preferiam a Ditadura ou, pior, eram indiferentes. Quando indagados sobre o porquê, a resposta: a democracia só nos oferece escândalos de corrupção, falta de oportunidades, violência e pobreza.

Portanto, quando uma crise moral de tal proporção abate-se sobre o Poder Público brasileiro, isso assusta a todos nós e convoca-nos para uma incrível

responsabilidade: a de tentarmos emergir dos escombros provocados pelo escândalo da corrupção para um tempo em que seja possível edificar uma imagem nova, reconstruída na dignidade, na decência e na responsabilidade pública.

Esta semana foi muito importante para a CPMI dos Correios. Sem dúvida, ela demonstrou estar cumprindo o seu dever em relação a uma das suas funções básicas, que é conferir transparência aos fatos e mobilizar a sociedade. A sociedade está atenta aos fatos revelados pela imprensa, que municia a CPMI, e revelados pela CPMI, que municia a imprensa, em um trabalho de complementaridade indispensável para que se alcancem com eficiência os objetivos propugnados nessa investigação.

Essa tarefa de trazer o mal à luz para que ele possa ser combatido o Parlamento está conseguindo realizar. A população está mobilizada. E a mobilização da população convoca a autoridade a quem cabe responsabilizar civil e criminalmente os eventuais envolvidos em delitos, em práticas ilícitas, em corrupção enfim. Esse é o desejo de todos nós nessa tarefa de promover a assepsia geral e irrestrita, como propugnou o Senador Pedro Simon, alcance a quem alcançar.

Nesta semana, pessoalmente – embora respeite opiniões divergentes –, concluo: há uma parceria explicitada na área de publicidade. Essa parceria se dá entre as agências de publicidade do Sr. Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores, pela movimentação incrível que empreendem nas hostes do Partido a pretexto de discutir política, segundo ele. Seria ele o interlocutor mais adequado para se discutir política no seio de um partido que se propugnou ser ideológico, programático, e que durante 25 anos discutiu teses programáticas, em congressos, elaborando documentos, propostas, programas? Seria o Sr. Marcos Valério esse interlocutor autorizado, o mais adequado para essa discussão política no interior do PT? Ou ele estaria discutindo outras coisas? Ele diz: “Não. Discutia política.” Mas é evidente e sabemos que ele discutia outra estratégia. Ele participava certamente da arquitetura de um projeto de poder de longo prazo, que lamentavelmente, Senador Alberto Silva, implica a construção de um modelo espúrio de relação entre Executivo, Legislativo, Partidos Políticos, lideranças políticas, com mandato ou sem mandato.

Essa é a parte mais escabrosa do projeto de poder arquitetado. Desvendar os meandros dessa arquitetura de ligações perigosas é o papel importante do Congresso Nacional, que tem como ferramenta para tal, inicialmente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. E, como propõe o Senador Pedro Simon,

seria adequado dominá-la de CPI da Corrupção, com vários sub-relatores, encarregados dos mais diversos setores, para que pudéssemos concentrar organizada-mente os trabalhos de investigação, já que, para quem deseja realmente uma limpeza geral, todos os elementos são considerados e não podem ser ignorados na tarefa da investigação com profundidade.

Percebe-se essa parceria entre o Partido dos Trabalhadores de um lado e, do outro lado, na busca dos recursos deploravelmente públicos, o Governo, por meio de conexões visíveis, empresariais, familiares, fisiológicas, com a nomeação de correligionários e com a constituição de empresas que estabelecem um tráfico de influência visível: é o marido, que está na Secretaria de Comunicação; a esposa, que é proprietária da empresa que celebra contrato com o Sr. Marcos Valério e que tem uma representante legal em Brasília, que trabalha na empresa da esposa do que trabalha na Secom e assina os contratos dos Correios. Enfim, é uma conexão extremamente perigosa, sob o ponto de vista do interesse público, e extremamente facilitadora, sob o ponto de vista dos interesses escusos daqueles que se envolvem com a corrupção no setor privado à custa do dinheiro oriundo do imposto pago com tanto sacrifício pela população do País.

A essa altura, Sr. Presidente César Borges, o contribuinte deve estar a imaginar que é por isso que a carga tributária do Brasil é uma das mais escorchantes do mundo; é por isso que a carga tributária no nosso País cresce assustadoramente, oferecendo ao Governo, certamente, arrecadações historicamente recordes. E o contribuinte imagina: então, é por isso que há não investimentos públicos que alavanquem o crescimento econômico? O trabalhador desempregado, Senador Cristovam Buarque, deve estar imaginando: então, é por isso que eu não tenho oportunidades de vida digna, que não encontro trabalho, salário, moradia, educação e acesso ao serviço público de saúde? O agricultor, desesperado, que esteve aqui há poucos dias, com esse “tratoração”, deve imaginar: então, é por isso que estamos abandonados.

Há aqueles que estão levando os nossos sonhos e as nossas esperanças e roubando o salário, o emprego, a escola, o médico, o hospital, enfim, as oportunidades de vida digna de milhões de brasileiros. E concluímos: realmente, o Brasil seria um país muito mais rico e poderoso se não fosse essa roubalheira desenfreada.

Por essa razão, uma ONG denominada Transparência Internacional, que tem sede na Alemanha e realiza o *ranking* dos países corruptos todos os anos, que recomenda ou não, a grandes conglomerados econômicos, investimentos nesse ou naquele país,

subtraindo, portanto, oportunidades de crescimento ao nosso em razão dessa posição de vergonha que ocupamos nessa escala, por esse motivo, essa ONG diz que a renda **per capita** do brasileiro seria 70% superior à renda *per capita* de hoje se tivéssemos o índice de corrupção que tem a Dinamarca. Particularmente, não desejo tanto, mas é claro que eu gostaria que houvesse uma evolução em nosso País.

O ideal seria alcançarmos os índices da Dinamarca e oferecer a cada brasileiro a oportunidade de ter uma renda 70% superior àquela que ele tem hoje, mas temos o dever de trabalhar para combater para valer a corrupção, investigando, denunciando, condenando, se possível, para que o Brasil evolua e alcance um patamar em que a corrupção não seja essa corrosão fatal a deteriorar de forma perversa a estrutura da Administração Pública, fazendo com que os recursos públicos sejam descaminhados nos desvãos da corrupção, ao invés de serem direcionados com o estabelecimento de prioridades competentes para atender às necessidades básicas da população e realizar as aspirações maiores da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR: RENAN CALHEIROS

11-7-2005

Segunda-feira

14h50 – Procurador Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15h00 – Cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado da Saúde ao Deputado Saraiva Felipe pelo Ministro Humberto Costa

Auditório Emílio Ribas, Térreo do Bloco G da Esplanada dos Ministérios – Ministério da Saúde.

16h00 – Cerimônia de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado de Minas e Energia ao Senhor Silas Rondeau Cavalcante Silva pelo Ministro Interino Maurício Tolmasquim.

Auditório do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia.

17h00 – Cerimônia de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Comunicações ao Senador Hélio Costa pelo Ministro Eunício Oliveira.

Auditório do Edifício Sede do Ministério das Comunicações

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 255**, adotada em 1º de julho de 2005 e publicada no dia 04 do mesmo mês e ano, que "Prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios e dá outras providências":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Senador ÁLVARO DIAS	02, 03, 06, 07, 08.
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	05.
Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO	01, 04.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 08

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 255
00001

Data	Proposição Medida Provisória nº 255/05
Autor Deputado <i>José Carlos Machado</i>	Nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 6º do art. 1º da Lei nº 11.053, de 2004, alterado pelo art. 1º da MP 255, a seguinte redação:

"Art. 1º
 § 6º As opções mencionadas no § 5º deste artigo deverão ser exercidas até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao do ingresso nos planos de benefícios operados por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e serão irrevogáveis, mesmo nas hipóteses de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas." (NR)

Justificação

Apresentamos essa emenda por entender que o prazo para opção determinado pela Medida Provisória ainda é exíguo para o participante dos planos de aposentadoria fazer a opção facultada pela lei. Entendemos que num país com baixa cultura previdenciária, e onde as aplicações financeiras ainda não são bem conhecidas pela população em geral, é necessário um maior prazo para que os aplicadores entendam a natureza da opção que está sendo feita.

PARLAMENTAR

José Carlos Machado

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 255
00002

data 05/07/2005	proposição Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005
Autor SENADOR ÁLVARO DIAS	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
	Parágrafo Inciso Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória nº 255, de 2005, com a seguinte redação:

Art. ... O art. 1º da Lei n.º 11.053, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º....."

§ 6º As opções mencionadas no § 5º deste artigo deverão ser exercidas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias do ingresso nos planos de benefícios operados por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e serão irretratáveis, mesmo nas hipóteses de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas." (NR)

Justificativa

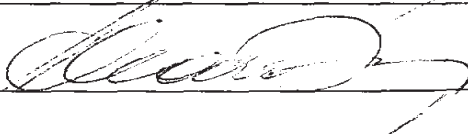
Editada em 29 de dezembro de 2004, a Lei n.º 11.053 veio permitir aos participantes de planos de benefícios previdenciários a opção por regime alternativo de tributação mediante a aplicação de uma tabela de alíquotas regressivas, de acordo com o prazo de acumulação das respectivas provisões, reservas técnicas e fundos.

Considerando tratar-se de opção irretratável é fundamental que o participante disponha de todos os elementos e possa conhecer as características de cada regime de tributação, de forma a exercer conscientemente a sua opção.

O prazo de 180 dias permitirá às entidades de previdência complementar efetuar fornecer todos os esclarecimentos e ao participante o tempo necessário para conhecer os critérios que determinarão a alíquota a incidir sobre os valores por eles eventualmente resgatados ou percebidos sob a forma de benefícios, com maior segurança.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2005.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 255
00003

data 05/07/2005	proposição Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005
Autor SENADOR ÁLVARO DIAS	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
	Parágrafo Inciso Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória nº 255, de 2005, com a seguinte redação:

Art. ... O art. 1º da Lei n.º 11.053, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 7º Excetua-se do disposto no §6º, quanto ao momento da opção, o participante, segurado ou quotista ingresso no plano de benefícios antes da regulamentação de que trata o § 3º, que deverá formalizar sua opção à respectiva entidade de previdência complementar, sociedade seguradora ou ao administrador do FAPI, conforme o caso, até o dia 1º de janeiro de 2006." (NR)

Justificativa

Editada em 29 de dezembro de 2004, a Lei n.º 11.053 veio permitir aos participantes de planos de benefícios previdenciários a opção por regime alternativo de tributação mediante a aplicação de uma tabela de alíquotas regressivas, de acordo com o prazo de acumulação das respectivas provisões, reservas técnicas e fundos.

Já considerado exíguo o prazo para opção previsto na norma legal, de apenas seis meses, a demora na regulamentação da forma de cálculo do prazo de acumulação, conforme previsto no §3º do art. 1º daquela norma legal, trouxe prejuízo aos participantes ingressos nos planos de benefícios após 1º de janeiro de 2005, na medida em que ficaram impossibilitados de conhecer até então os critérios que determinarão a alíquota a incidir sobre os valores por eles eventualmente resgatados ou percebidos sob a forma de benefícios, e que, portanto, não tiveram os elementos para eventualmente exercer, de forma conscientemente, sua opção.

Considerando que a forma de cálculo do prazo de acumulação previsto na Lei n.º 11.053, de 2004, foi conhecida somente em 11/03/2005, torna-se necessário a prorrogação do prazo de opção inicialmente conferido a tais participantes, pelo que propomos a inclusão de §7º ao art. 1º daquela norma legal para resguardar o interesse deste grupo de participantes.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2005.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 255
00004

Data	Proposição Medida Provisória nº 255/05
------	--

Deputado ^{Autor} <i>Jose Carlos Machado</i>	Nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao § 2º do art. 2º da Lei nº 11.053, de 2004, alterado pelo art. 1º da MP 255, a seguinte redação:

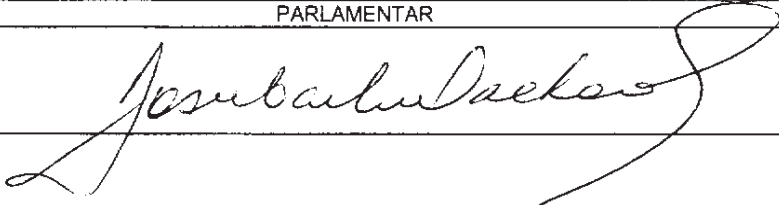
“Art. 2º
§ 2º A opção de que trata esse artigo deverá ser formalizada pelo participante, segurado ou quotista, à respectiva entidade de previdência complementar, sociedade seguradora ou ao administrador de FAPI, conforme o caso, até o último dia útil do mês de dezembro de 2006.
.....” (NR)

Justificação

Acompanhamos com preocupação a manifestação, na imprensa, de muitos administradores de fundos de previdência sobre o exíguo prazo para a opção pela tributação regressiva definitiva do Imposto de Renda.

Esta Medida Provisória faz avanço importante ao postergar o prazo para o último dia útil de dezembro de 2005. Entendemos, contudo, que poderia e deveria ter se estendido mais, atingindo o final de 2006. Num país com cultura previdenciária ainda pouco desenvolvida, e onde os investidores conhecem tão mal as aplicações financeiras, é essencial prolongar esse prazo, permitindo maior interação e esclarecimentos entre os investidores e as entidades administradoras de fundos de previdência.

PARLAMENTAR



**MPV 255
00005****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 05/07/2005	proposição Medida Provisória nº 255, de 2005.
Autor Deputado José Carlos Aleluia	nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 255, de 2005, o seguinte artigo 3º:

Art. 3º. O artigo 12 da Lei nº 9.250, de 1995 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII e com alteração do § 1º:

“Art. 12.....

VII – as contribuições realizadas em favor de instituições de ensino fundamental, médio ou superior, mantidas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

§ 1º. A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV e VII não poderá reduzir o imposto devido em mais de quinze por cento”.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no artigo 205, preceitua que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)”. Todavia, a contribuição ao ensino pela população ainda se mostra reduzida. Portanto, a desoneração de parcela da carga tributária devida por pessoas físicas resultará em maior investimento na educação pela sociedade, com a conseqüente elevação na qualidade dos serviços prestados pelas instituições de ensino. Essa é a finalidade da presente emenda, em que se permite que o valor da doação a estabelecimentos de ensino seja deduzido do imposto de renda apurado mediante a incidência da alíquota sobre a base de cálculo.

Cabe ressaltar que tal medida tem sido adotada com êxito em países desenvolvidos, conforme divulgado na matéria “Código fiscal incentiva doações nos EUA”, veiculada no Jornal “O Estado de São Paulo”, em 08.05.2005. No referido país todas as universidades sustentam parte expressiva de suas atividades com doações cujos valores são abatidos na declaração de imposto de renda de pessoas físicas. Em razão desse incentivo, são o país onde as instituições de ensino superior mais recebem contribuições financeiras.

Por sua vez, a ampliação do percentual máximo de redução do IRPF a que se refere o art. 12, §1º decorre do acréscimo do inciso VII entre as hipóteses de dedução do imposto. É razoável que o limite das deduções seja alterado de doze para quinze por cento, a fim de que o contribuinte seja efetivamente motivado a destinar parte de sua renda a instituições públicas de ensino.

Investimentos em educação garantem o desenvolvimento da sociedade. Assim, o país só tem a ganhar com a aprovação da emenda.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 255
00006

data 05/07/2005	proposição Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005
Autor SENADOR ÁLVARO DIAS	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
	Parágrafo Inciso Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória n.º 255, de 2005, com a seguinte redação:

“Art.... Não cabe desconsideração, para quaisquer fins, do pagamento dos débitos de tributos efetuado, nos moldes do art. 5º, da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, pelas entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e Fundos de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) que tenham comprovado a desistência expressa e irrevogável das ações judiciais individuais que tenham por objeto os tributos cujos débitos foram objeto de pagamento, ainda que não tenham formalizado a desistência de medidas judiciais coletivas que versem sobre as questões também demandadas em ações judiciais individuais, das quais o sujeito passivo tenha formalizado sua desistência.”

Justificativa

Nos termos do artigo 5º, da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, as entidades de previdência complementar optantes pelo regime especial de tributação (“RET”) poderiam pagar ou parcelar débitos de tributos federais (“anistia”). A referida anistia alcançou os débitos de tributos objeto de discussões judiciais, pela entidade de previdência complementar optante pelo RET, desde que houvesse comprovação da desistência das demandas judiciais que versassem sobre os tributos, cujos débitos foram objeto de pagamento.

Vale ressaltar que até mesmo a desistência parcial foi autorizada pelo parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei nº 10.431, de 24 de abril de 2002, para os débitos de tributos objeto de discussão judicial, que fossem incluídos no pagamento da anistia, nas hipóteses em que o débito

correspondente pudesse ser distinguido daquele que se vincular à ação remanescente.

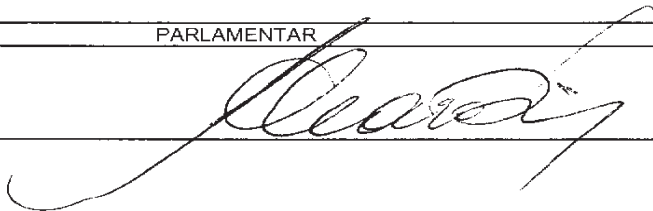
Diante disso, as entidades que mantinham ações judiciais próprias que versassem sobre os tributos cujos débitos foram pagos no âmbito da referida anistia, formalizaram sua desistência expressamente, comprovando-a às autoridades competentes.

Não obstante, algumas entidades de previdência complementar que aderiram à referida anistia, formalizando a desistência das ações judiciais em que figuravam como parte, vêm sendo objeto de questionamento por parte de agentes de fiscalização que pretendem desconsiderar todo o pagamento efetuado no âmbito da anistia em questão, e até mesmo a opção ao RET, o que não tem embasamento legal uma vez que a anistia foi uma faculdade conferida às entidades optantes pelo RET, e não o contrário, como se pretende alegar. Para tanto, utilizam do fundamento de que, para adesão à anistia, era necessária a desistência de ações judiciais em que as entidades não figuram como parte, mas cujos efeitos a elas podem ser aplicáveis, como, por exemplo, nos casos em que as referidas demandas judiciais foram ingressadas por entidades representantes dos interesses do setor – o que não encontra respaldo legal.

Por este motivo, faz-se necessário esclarecer que o requisito previsto no artigo 5º, da Medida Provisória nº 2.222, de 2001, se perfaz com a desistência das ações judiciais próprias (ou individuais) das entidades de previdência complementar – em que estas figuram como parte – que versem sobre tributos cujos débitos foram objeto de pagamento no âmbito da anistia. Por isso, a ausência de formalização de desistência das ações judiciais coletivas, nas quais a parte seja entidade representativa do setor e não propriamente a entidade de previdência complementar optante pelo RET, não deve ensejar a desconsideração da opção pela adesão à anistia, nos termos da regulamentação anteriormente referida, nem tampouco pode ser vista como motivo para qualquer pretensão em questionar a adesão ao RET.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2005.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 255
00007

data 05/07/2005	proposição Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005
--------------------	--

Autor SENADOR ÁLVARO DIAS	nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

		Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória nº 255, de 2005, com a seguinte redação:

"Art.... Sobre os benefícios complementares de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, concedidos pelos planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, após a opção do participante pelo regime de tributação de que o artigo 1º, da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, independentemente do prazo de acumulação, incidirá imposto de renda à alíquota de 10% (dez por cento), quando não for aplicável a isenção conferida em Lei.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se, também, aos benefícios complementares de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez concedidos pelos planos de benefícios cujos participantes tenham efetuado a opção pelo regime de tributação referido no caput, nos termos do artigo 2º, da Lei nº 11.053, de 2004."

"(NR)

Justificativa

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, que elevou o Brasil ao nível internacional, no que tange à tributação de poupança previdenciária, ao dispensar a retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras das entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e FAPI, também alterou a forma de incidência do Imposto de Renda sobre os resgates e benefícios recebidos pelos Participantes de Planos de Benefícios estruturados nas modalidades

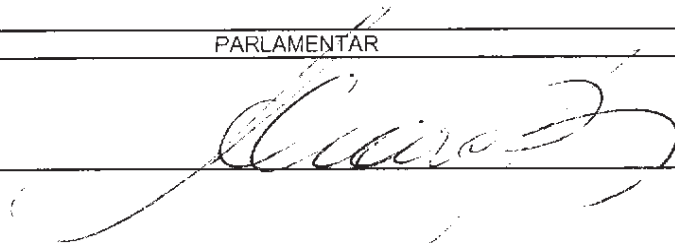
de Contribuição Definida ("CD") e Contribuição Variável ("CV"). Entre as alterações trazidas pela Lei, consta a faculdade conferida aos participantes de planos das modalidades "CD" ou "CV" aderirem a novo regime tributário (art. 1º), conhecido como "regime das alíquotas regressivas", que variam de 35% (trinta e cinco por cento) a 10% (dez por cento), dependendo do prazo de acumulação dos recursos.

Ocorre que o participante que vier a se invalidar ou a ficar temporariamente incapacitado para o trabalho, recebendo as complementações de invalidez e auxílio doença de sua entidade de previdência complementar, sociedade seguradora ou FAPI, tendo optado pelo mencionado regime das alíquotas regressivas, será penalizado pela tributação, de forma injusta e inadequada. Tal participante, caso não fosse acometido pelos mencionados eventos de risco (invalidez e incapacidade temporário para o trabalho), verteria contribuições ao plano por vários anos e, provavelmente, seria elegível à alíquota de 10% (dez por cento) do Imposto de Renda.

Dessa forma, sugere-se que seja garantido a tal participante, independentemente de seu prazo de acumulação, a incidência do Imposto de Renda à alíquota de 10% (dez por cento) sobre os benefícios de risco anteriormente mencionados, se porventura tal participante já não seja isento por determinação legal.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2005.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 255
00008data
05/07/2005proposição
Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005Autor
SENADOR ÁLVARO DIAS

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória nº 255, de 2005, com a seguinte redação:

“Art.... A faculdade de que trata o art. 5º, da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, é aplicável tanto à quitação da totalidade quanto de parte dos débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, não cabendo desconsideração, para quaisquer fins, do pagamento parcial dos débitos de tributos, efetuado nos moldes do referido dispositivo legal e da regulamentação posterior, pelo sujeito passivo.”

Justificativa

Nos termos do artigo 5º, da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, as entidades de previdência complementar optantes pelo regime especial de tributação (“RET”) poderiam pagar ou parcelar débitos de tributos federais (“anistia”). A referida anistia alcançou os débitos de tributos das entidades de previdência, sem mencionar a obrigatoriedade de seu pagamento integral. Por esta razão, o parágrafo 6º, do artigo 8º, da Instrução Normativa SRF nº 126, de 25 de Janeiro de 2002, o artigo 2º, da Instrução Normativa SRF nº 204, de 25 de setembro de 2002, o artigo 2º, da Instrução Normativa SRF nº 279, de 10 de janeiro de 2003, mencionavam, todos, a possibilidade de pagamento parcial de débitos de tributos federais. Ademais, o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei nº 10.431, de 24 de abril de 2002, determinava que, para débitos objeto de discussão judicial, a anistia era aplicável, inclusive, para desistência parcial, nas hipóteses em que o débito correspondente pudesse ser distinguido daquele que se vincular à ação remanescente.

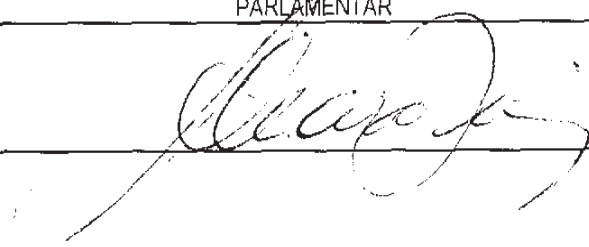
Não obstante estas autorizações, algumas entidades de previdência complementar que aderiram à referida anistia, efetuando, com base nos

normativos supramencionados, o pagamento parcial de débitos de tributos federais, vêm sendo objeto de questionamento quanto à adesão "parcial" da referida anistia. Em alguns casos, os agentes de fiscalização pretendem, inclusive, desconsiderar todo o pagamento efetuado no âmbito da anistia em questão, e até mesmo a opção ao RET, o que não tem embasamento legal uma vez que a anistia foi uma faculdade conferida às entidades optantes pelo RET, e não o contrário, como se pode pretender alegar.

Por este motivo, faz-se necessário esclarecer que o pagamento parcial de tributos, justamente por estar fundamentada com base no artigo 5º, da Medida Provisória nº 2.222, de 2001, não deve ensejar a desconsideração da opção pela adesão à anistia, nos termos da regulamentação anteriormente referida, nem tampouco pode ser visto como motivo para qualquer pretensão em questionar a adesão ao RET.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2005.

PARLAMENTAR

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a member of the Brazilian Senate, is written over a horizontal rectangular box.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 3024 DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 000865/05-2, **RESOLVE** designar o servidor **NILSON DA SILVA REBELLO**, matrícula 102699, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Marco Maciel, a partir de 1º de julho de 2005.

Senado Federal, 11 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 138 PÁGINAS